



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 14^a REUNIÃO

(1^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**21/05/2015
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 21/05/2015.

14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PLS 288/2013 - Terminativo -	SEN. RICARDO FERRAÇO	8
2	MSF 18/2015 - Não Terminativo -	SEN. LINDBERGH FARIAS	124
3	MSF 19/2015 - Não Terminativo -	SEN. TELMÁRIO MOTA	171

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Audiência Pública destinada a discutir projetos, situação da pasta e perspectivas para o futuro, assim como prestar informações aos membros da Comissão no âmbito da competência do Ministério da Defesa.	208

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

Jorge Viana(PT)
Lindbergh Farias(PT)
Gleisi Hoffmann(PT)
Lasier Martins(PDT)
Cristovam Buarque(PDT)
Ana Amélia(PP)

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)

AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)
RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)
PR (61) 3303-6271	3 Delcídio do Amaral(PT)
RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)
DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)
RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)

SUPLENTES

CE (61) 3303-6390 /6391
RR (61) 3303-6315
MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
PE (61) 3303-6285 / 6286
AL (61) 3303-6148 / 6151

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)

MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)
PR (61) 3303- 6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)
VAGO(17)	3 Valdir Raupp(PMDB)
Eunício Oliveira(PMDB)	4 Romero Jucá(PMDB)
Ricardo Ferraço(PMDB)	5 Hélio José(PSD)

MA (061) 3303-6352 / 6349
PB (61) 3303.6747
RO (61) 3303- 2252/2253
RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
DF (61) 3303- 6640/6645/6646

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)

RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)
SP (61) 3303- 6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)
CE (61) 3303- 4502/4503	3 José Serra(PSDB)
SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(9)(12)(15)

GO (61) 3303-6439 e 6440
PA (61) 3303-2342
SP (61) 3303-6651 a 6657 e 6659
MG (61) 3303-5717

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)

Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)
Vanessa Grazzotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)

AP (61) 3303- 9011/3303-9014
BA (61) 3303-6408

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)

Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PR)
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303- 4161/5867	2 Wellington Fagundes(PR)

RJ (61) 3303- 5225/5730
MT (61) 3303-6213 a 6219

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazzotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35. 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edson Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

Em 21 de maio de 2015
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA
14ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Deliberativa
2ª PARTE	Audiência Pública
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Inclusão de item, PLS nº 288, de 2013.

1ª PARTE PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013

- Terminativo -

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

[Parecer aprovado na comissão \(CAS\)](#)

[Parecer aprovado na comissão \(CCJ\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2015

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 19, de 2015

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

2^a PARTE

Audiência Pública

Assunto / Finalidade:

Audiência Pública destinada a discutir projetos, situação da pasta e perspectivas para o futuro, assim como prestar informações aos membros da Comissão no âmbito da competência do Ministério da Defesa.

Observações:

Audiência Pública em atendimento ao § 2º do Artigo 103 do Regimento Interno do Senado Federal e Requerimento Nº 6, DE 2015 – CRE, de Autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RRE 6/2015](#), Senador Ricardo Ferraço

Convidado:

Ministro Jaques Wagner

- Ministro de Estado da Defesa

1^a PARTE - DELIBERATIVA

1

PARECER N° , DE 2014

DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *institui a Lei de Migração, regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, estabelece normas de proteção ao emigrante brasileiro e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

I – RELATÓRIO

O Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, por meio do qual se pretende instituir a Lei de Migração, regular a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, estabelecer normas de proteção ao emigrante brasileiro, entre outras providências.

A proposição é composta por sete títulos. O Título I, “Dos Princípios e dos Direitos dos Imigrantes”, traz a definição de “imigrante” como “todo estrangeiro que transite, trabalhe ou resida e se estabeleça transitória, temporária ou definitivamente no País”. São excluídos, portanto, o turista e outros sem pretensão de se estabelecer em território nacional (art. 1º, §§ 1º e 2º). O repúdio à xenofobia, a não criminalização da imigração, a acolhida humanitária e a garantia à reunião familiar entre outros, estão previstos como princípios da política migratória brasileira (art. 2º). Além disso, o art. 3º prevê uma série de direitos e garantias aos imigrantes, a exemplo do amplo acesso à justiça, bem como a medidas destinadas a promover a integração do imigrante nas respectivas comunidades locais.

O Título II, “Dos Documentos”, dispõe sobre os tipos de visto (de trânsito, de turismo e negócios, temporário, permanente, diplomático e oficial e de cortesia). Traz, ainda, dispositivos sobre os institutos do asilo e da reunião familiar.

Os dispositivos sobre repatriação, deportação e expulsão encontram-se no Título III. Já o Título IV define as regras sobre naturalização, inclusive sobre seus efeitos e sobre a perda da nacionalidade. O Título V ocupa-se de situações referentes ao emigrante brasileiro.

O Título VI, “Das Sanções”, tipifica o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de migração e prevê infrações administrativas, com as respectivas multas, a exemplo da entrada ou estada de estrangeiro sem documentação adequada no território nacional; do exercício de atividade remunerada no Brasil por estrangeiro beneficiário de visto de turismo e negócios.

Por fim, o Título VII cuida das Disposições Finais, com alterações na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que *dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências*. Pretende-se que o brasileiro que tenha trabalhado no exterior possa contribuir, de forma retroativa e como segurado facultativo, para o Regime Geral de Previdência Social. Há, ainda, a cláusula revocatória da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro), com exceção dos dispositivos referentes à extradição.

O PLS foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), cabendo a esta decisão terminativa sobre a matéria.

Na CAS, houve aprovação da matéria com quatro emendas. A primeira delas altera a ementa, com o fim de incluir a menção às normas, previstas no texto do projeto, sobre proteção ao emigrante brasileiro. A segunda emenda corrige equívoco na remissão, constante do § 2º do art. 27 do PLS: substitui-se a referência à § 2º por § 1º. A terceira, na redação ao art. 47, apenas substitui a expressão “seguindo” por “segundo”. A quarta emenda tem por fim deixar expresso que a possibilidade de contribuição

retroativa como contribuinte facultativo pelo brasileiro que tenha trabalhado no exterior não será aplicada aos casos em que ele já se vincule à Previdência Social em outra condição que lhe seja mais favorável. Para tanto, a emenda inclui as alíneas “c”, “e” e “f” do inciso I do art. 11 da Lei nº 8.213, de 1991, ao lado da já mencionada alínea “e” do inciso V do mesmo artigo. Ademais, é suprimida a referência ao art. 13-A constante na parte final do art. 102-A que o PLS pretende incluir no texto na Lei nº 8.213, de 1991, em face da inexistência desse dispositivo.

II – ANÁLISE

O PLS nº 288, de 2013, ao pretender instituir uma Lei de Migração, deve ser submetido ao exame desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em observância aos termos do art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o qual prevê entre as competências da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a análise de proposições referentes aos atos e relações internacionais e ao Ministério das Relações Exteriores.

Mediante a revogação de quase totalidade da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, conhecido como Estatuto do Estrangeiro, a instituição de uma Lei de Migração, por meio da aprovação do PLS nº 218, de 2013, vem atender a necessidade de um novo paradigma para o tratamento da questão do estrangeiro no Brasil. Em outras palavras, busca-se dar enfoque agora ao migrante e não mais ao estrangeiro.

Para tanto, o autor da proposição esclarece na justificação que: “o regime jurídico brasileiro para estrangeiros apresenta defasagem evidente, já que à época em que foi concebido, no início dos anos 80, ainda estávamos em período autoritário e com grandes preocupações de segurança nacional, o que se refletiu na regulação jurídica. Contudo, outros enfoques são aconselháveis para abordar essa matéria, como o de cooperação, o trabalhista e o humanitário”.

Esse o quadro, o projeto visa, em essência, abordar o tema tendo em vista preocupação com assistência humanitária, cooperação internacional e integração regional. Ele fixa princípios que deverão reger a política migratória brasileira em conformidade com diretrizes claras e

humanistas. Nesse sentido, a matéria passa a ser inserida no contexto da proteção internacional dos direitos humanos mediante a incorporação dos três princípios gerais de direitos humanos: interdependência, universalidade e indivisibilidade. Assim sendo, reconhece-se o cabedal normativo de proteção dos direitos humanos dos imigrantes e não o caracteriza como mero ato de soberania. Ainda segundo o Senador Aloysio Nunes Ferreira, “a lei almejada construirá um corpo normativo de direitos e deveres que devem alcançar todos os imigrantes, que cada imigrante faz jus a todos os direitos previstos e que cada direito se realiza em conjunto com a efetividade dos demais”.

Entretanto, não obstante o exemplar trabalho apresentado pelo Senador Aloysio Nunes, entendemos que o projeto possa ser ainda aprimorado, revogando-se o chamado Estatuto do Estrangeiro por completo. Tal revogação entendemos necessária, pois, sendo anterior à Constituição de 1988, o nefasto Estatuto encontra-se mais do que ultrapassado, não se coadunando com a República constitucional e democrática em que vivemos hoje. A nova Lei de Migrações que aqui propomos, através do Substitutivo, além de facilitar as negociações internacionais, dá tratamento humano ao migrante.

Somos um país de imigrantes: historicamente, eles ajudaram a construir e a desenvolver o Brasil. A partir da abolição da escravatura, o país assistiu a um grande fluxo migratório. Entre 1888 e 1929 recebemos mais de 100 mil imigrantes por ano. Italianos, portugueses, espanhóis, alemães, árabes, poloneses, russos, ucranianos, enfim, pessoas das mais diversas partes do mundo aqui se estabeleceram. Muitas vezes agricultores na terra natal, começaram trabalhando nas fazendas de café. Com a industrialização, foram para as fábricas e tornaram-se parte das raízes da sociedade brasileira. É dívida histórica do Brasil a consolidação de uma lei mais humanitária, coerente com a busca por uma sociedade justa, livre e democrática, que respeite os direitos humanos e seja ciente quanto à contribuição cultural, social e econômica dos imigrantes para o país.

A ascensão do Brasil nos últimos anos como líder regional através de uma política exterior pró-ativa, com a promoção do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, atraiu um fluxo maior de migrantes provenientes não só de seus países vizinhos, como também de áreas distantes, como Ásia e África.

Recentemente enfrentamos crises agudas geradas por fluxos de migração internacional em que, apesar de terem sido pontuais, a falta de legislação adequada e de políticas públicas dela decorrentes gerou violações graves de direitos humanos. Tais problemas também contribuíram para a imagem negativa da mobilidade humana junto à opinião pública, dificultando ainda mais a inserção dessas pessoas na sociedade brasileira. Hoje convivem no Brasil regimes de acolhida e de autorização para trabalho diversos, que dependem das características dos migrantes, ferindo princípios fundamentais como o da igualdade. Muito deste problema é resultado da proliferação dos atos normativos infra-legais para atendimento de demandas e situações específicas, os quais foram editados na falta de uma lei compatível com a Constituição Federal.

Além de garantir os direitos dos imigrantes que hoje se encontram em nosso país, esse projeto também tem como objetivo preparar nosso país para o momento histórico que hoje vive o mundo. Um novo ciclo de migrações internacionais está se formando não só pela globalização econômica, mas também em decorrência das guerras, regimes ditatoriais, desastres naturais, fome, pobreza.

O aumento cada vez mais acentuado da migração na Europa e nos Estados Unidos demonstram que é impossível conter os fluxos de pessoas. O Mediterrâneo tornou-se, além de hecatombe humanitária e cemitério de imigrantes, o símbolo do colapso de políticas migratórias proibitivas e não-integracionistas. É a prova de que restringir e burocratizar a regularização migratória não evita o deslocamento, e só precariza as condições de vida do migrante.

Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) de 2009 procurou derrubar mitos em torno da migração, ao enfatizar a necessidade de os governos perceberem as vantagens dos trabalhadores vindos de fora, especialmente em momentos de crise econômica e desemprego. Ao contrário do que normalmente se acredita, os migrantes estimulam a produtividade, contribuindo muito mais do que aquilo que recebem. Muitas dessas pessoas encontram-se em situação de desemprego, insegurança e marginalização social e, ainda assim, são apontados como causa de problemas.

Acreditamos que agora é o momento de reformas e de quebrar tais mitos. Com a proteção e a inclusão social dos imigrantes nas comunidades em que vivem contribuímos para o desenvolvimento do nosso país. A garantia do acesso dos imigrantes aos direitos econômicos, sociais e culturais é uma exigência da lei internacional dos direitos humanos, e não um ato de caridade.

Sendo assim, no primeiro Capítulo de nosso Substitutivo encontram-se, além das Disposições Gerais, os princípios e garantias que devem reger a política migratória brasileira.

No Capítulo II, expomos a condição jurídica e documental do imigrante e aqui se incluem os tipos de documento de viagem e de visto, a condição de asilado, Reconhece a peculiaridade da circulação de pessoas nas regiões de fronteira e, por isso, a seção específica para os “residentes fronteiriços”, expressão que designam os indivíduos que trabalham no Brasil, mas conservam a sua residência habitual no Estado vizinho do qual é nacional, a que regressa, em princípio, todos os dias ou, pelo menos, uma vez por semana. O leque de possibilidades de concessão de visto foi ampliado, de forma a garantir, sobretudo, o cumprimento de tratados e acordos internacionais, que o Brasil vem descumprindo sistematicamente.

O Capítulo III trata da Residência e suas especificidades: a sua autorização, da proteção da pessoa apátrida e redução da apatridia e da reunião familiar.

O Capítulo IV dispõe sobre o registro e a identidade civil do imigrante, enquanto que o Capítulo V versa sobre o controle migratório, incluindo a fiscalização migratória e o impedimento de ingresso no país. No Capítulo VI encontram-se as medidas de retirada compulsória, sendo aqui incluídas seções específicas para a repatriação, a deportação, as medidas vinculadas à mobilidade e a expulsão.

No Capítulo VII estão situadas a opção de nacionalidade e a naturalização, exibindo suas condições e efeitos, bem como tratando da perda e da reaquisição da nacionalidade.

O Capítulo VIII traz uma grande novidade ao tratar especificamente do emigrante brasileiro, o qual vê dispostos seus direitos textualmente. Têm-se, ainda, os princípios e diretrizes que nortearão as políticas públicas direcionadas a esse indivíduo.

As medidas de cooperação estão evidenciadas no Capítulo IX, a saber: a extradição, a transferência de execução da pena e a transferência de pessoas condenadas. Em seguida, o Capítulo X trata das infrações e penalidades administrativas. Por último, o Capítulo XI traz as considerações finais.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, na forma da emenda substitutiva apresentada a seguir.

EMENDA Nº – CRE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2013

Institui a Lei de Migração.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

Seção I

Disposições Gerais

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no país e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para os emigrantes.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Migrante: toda pessoa que se desloca de um país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, incluindo o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida;

II – Imigrante: toda pessoa, nacional de outro país ou apátrida, que trabalhe ou resida e se estabeleça temporária ou definitivamente no Brasil;

III – Emigrante: o brasileiro que se estabeleça temporária ou definitivamente no exterior;

IV – Residente Fronteiriço: toda pessoa, nacional de outro país ou apátrida, que conserva a sua residência habitual em um município fronteiriço de país vizinho;

V - Visitante: toda pessoa, nacional de outro país ou apátrida, que vem ao Brasil para estadas de curta duração sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente em território nacional;

VI – Apátrida: toda a pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002.

§ 2º Ficam plenamente garantidos os direitos originários dos povos indígenas e das populações tradicionais, em especial o seu direito à livre circulação nas terras tradicionalmente ocupadas.

Art. 2º. A presente Lei não prejudica a aplicação de normas internas e internacionais específicas sobre refugiados, asilados, agentes e pessoal diplomático ou consular, funcionários de organização internacional e seus familiares.

Seção II

Dos Princípios e Garantias

Art. 3º. A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios:

I – universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;

II – repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;

III – não criminalização da imigração;

IV – não discriminação em razão dos critérios e procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida no território nacional;

V – promoção de entrada regular e de regularização documental;

VI – acolhida humanitária;

VII – desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;

VIII – garantia do direito a reunião familiar;

IX – igualdade de tratamento e de oportunidade aos migrantes e seus familiares;

X – inclusão social, laboral e produtiva dos migrantes por meio de políticas públicas;

XI – acesso igualitário e livre dos imigrantes aos serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública,

trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

XII – promoção e difusão dos direitos, liberdades, garantias e obrigações dos migrantes;

XIII – diálogo social na formulação, execução e avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã dos migrantes;

XIV – fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e livre circulação de pessoas;

XV – cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios a fim de garantir a efetiva proteção de direitos humanos dos migrantes;

XVI – integração e desenvolvimento das regiões de fronteira, e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir a efetividade dos direitos dos residentes fronteiriços;

XVII – proteção integral e atenção ao superior interesse das crianças e adolescentes migrantes;

XVIII – observância do disposto em convenções, tratados e acordos internacionais;

XIX - proteção dos brasileiros no exterior;

XX - migração e desenvolvimento humano no local de origem como direitos inalienáveis de todas as pessoas;

XXI – promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil; e

XXII - repúdio a práticas de expulsão ou deportação coletivas.

Art. 4º. Aos imigrantes é garantido, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como:

I – direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;

II – direito à liberdade de circulação no território nacional;

III – direito à reunião familiar dos imigrantes com seus cônjuges e companheiros, filhos, familiares e dependentes;

IV – medidas de proteção às vítimas e testemunhas de crimes e violações de direitos;

V – direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável;

VI – direito de reunião para fins pacíficos;

VII – direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos;

VIII – acesso aos serviços públicos de saúde e de assistência social e previdência social, nos termos da lei;

IX – amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

X – direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade;

XI – garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador;

XII - isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de

hipossuficiência econômica, na forma do regulamento;

XIII - direito de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

XIV – direito a abertura de conta bancária; e

XV – direito a sair, permanecer e reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de residência, prorrogação de estada ou transformação de visto em residência.

§ 1º Os direitos e garantias previstos nesta Lei serão exercidos em observância ao disposto na Constituição Federal, independentemente da situação migratória, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo, e não excluem outros decorrentes de convenções, tratados e acordos internacionais de que o Brasil seja parte.

§ 2º Aos imigrantes é permitido exercer cargos, empregos e funções públicas, conforme definido em edital, excetuados aqueles reservados para os brasileiros natos, nos termos da Constituição Federal.

§ 3º Não se exigirá do migrante prova documental impossível ou descabida que dificulte ou impeça o exercício de seus direitos, inclusive o acesso a cargo, emprego e função pública.

§ 4º Aplicam-se aos visitantes os direitos previstos no caput e nos incisos I, II, IV, V, VI, VIII, IX, X, XIII, XIV e XV.

§ 5º Aplicam-se aos imigrantes não registrados os direitos previstos no caput e nos incisos I, II, IV, VI, VIII, X e XIII.

CAPÍTULO II

DA CONDIÇÃO JURÍDICA E SITUAÇÃO DOCUMENTAL DO IMIGRANTE

Seção I

Dos documentos de viagem

Art. 5º. São documentos de viagem:

I – passaporte;

II - laissez-passer;

III - autorização de retorno;

IV - salvo conduto;

V - carteira de identidade de marítimo;

VI - carteira de matrícula consular;

VII - cédula documento de identidade civil ou documento estrangeiro equivalente, quando admitidos em convenções, tratados e acordos internacionais;

VIII - certificado de membro de tripulação de transporte aéreo; e

IX - outros que vierem a ser reconhecidos pelo Estado brasileiro em regulamento.

§1º Os documentos previstos nos incisos I a VI e IX, quando emitidos pelo Estado brasileiro, são de propriedade da União, cabendo a seus titulares a posse direta e o uso regular.

§2º As condições para a concessão dos documentos de que tratam o § 1º serão previstas em regulamento.

Seção II

Dos vistos

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 6º. O visto é o documento que dá a seu portador a expectativa de ingresso em território nacional.

Parágrafo único. O visto concedido não implicará o reconhecimento de Estado, Governo ou Regime.

Art. 7º. Os vistos serão concedidos pelas Embaixadas, Consulados-Gerais, Consulados, Vice-Consulados e, quando habilitados pelo órgão competente do Poder Executivo, por Escritórios Comerciais e de Representação do Brasil no exterior.

Parágrafo único. Excepcionalmente, os vistos diplomáticos, oficiais e de cortesia poderão ser concedidos no Brasil.

Art. 8º. Poderão ser cobradas taxas e emolumentos consulares pelo processamento do visto.

Art. 9º Regulamento disporá sobre:

I – os requisitos de concessão do visto, bem como de sua simplificação, inclusive por reciprocidade;

II - prazo de validade dos vistos e sua forma de contagem;

III - prazo máximo para a primeira entrada e para a estada do imigrante e visitante no país;

IV - hipóteses e condições de dispensa recíproca ou unilateral de vistos, taxas e emolumentos por seu processamento;

V - solicitação e emissão dos vistos por meio eletrônico.

Parágrafo único. A simplificação e a dispensa recíproca de visto ou de cobrança de taxas e emolumentos consulares por seu processamento poderão ser definidas por comunicação diplomática.

Art. 10º. Não se concederá visto:

I – quem não preencha os requisitos para o tipo de visto pleiteado;

II - quem comprovadamente ocultar condição impeditiva de concessão de visto ou ingresso no país;

III – menor de dezoito anos desacompanhado ou sem autorização de viagem por escrito dos responsáveis legais ou autoridade competente.

Art. 11º. Poderá ser denegado visto a quem se enquadre nas hipóteses de impedimento definidas nos incisos I a IV e IX do art. 45.

Parágrafo único. A que tiver visto brasileiro denegado ficará impedida de ingressar no país enquanto permanecerem as condições que ensejaram a denegação.

Subseção II

Dos tipos de visto

Art. 12º. Ao solicitante que pretenda ingressar ou permanecer no território nacional poderá ser concedido visto:

I – de visita;

II – temporário;

III – diplomático;

IV- oficial; e

V - de cortesia.

Subseção III

Do visto de visita

Art. 13º. O visto de visita poderá ser concedido ao visitante que venha ao

Brasil para estadas de curta duração, sem intenção de estabelecer residência, nos seguintes casos:

- I – turismo;
- II – negócios;
- III – trânsito; e
- IV – outras hipóteses definidas em regulamento.

§1º É vedado ao beneficiário de visto de visita exercer atividade remunerada no Brasil.

§2º O beneficiário de visto de visita poderá receber pagamentos do governo, de empregador brasileiro ou de entidades privadas a título de diária, ajuda de custo, cachê, pro labore e outras despesas com a viagem, bem como concorrer a prêmios, inclusive em dinheiro, em competições desportivas ou concursos artísticos ou culturais.

§ 3º O visto de visita não será exigido no caso de escalas ou conexões em território nacional, desde que o visitante não deixe a área de trânsito internacional.

Subseção IV

Do visto temporário

Art. 14º. O visto temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com intuito de estabelecer residência por tempo determinado, e que se encontre nas seguintes situações:

- I – pesquisa, ensino ou extensão acadêmica;
- II – tratamento de saúde;
- III - acolhida humanitária;
- IV – estudo;
- V - trabalho;
- VI – férias-trabalho;
- VII– prática de atividades religiosas e serviço voluntário;
- VIII - realização de investimentos ou atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural;
- IX - reunião familiar;
- X - beneficiário de tratado ou acordo internacional em matéria de vistos;
- e
- XI - outras hipóteses definidas em regulamento.

§ 1º O visto temporário para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica poderá ser concedido ao imigrante que não possua vínculo empregatício com a instituição de pesquisa ou de ensino brasileira.

§ 2º O visto temporário para tratamento de saúde poderá ser concedido a imigrante e acompanhante, que comprove a capacidade para custear seu tratamento e meios de subsistência suficientes.

§ 3º O visto temporário de acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação, reconhecida pelo Governo brasileiro, de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidades de grandes proporções, de graves violações de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou outras hipóteses, na forma do regulamento.

§ 4º O visto temporário de estudo poderá ser concedido ao imigrante que pretenda vir ao Brasil para frequentar curso regular ou realizar estágio, intercâmbio de

estudo ou de pesquisa.

§ 5º O visto temporário de trabalho poderá ser concedido ao imigrante que venha exercer atividade laboral, com ou sem vínculo empregatício no Brasil.

§ 6º O visto temporário de férias-trabalho poderá ser concedido ao imigrante maior de dezesseis anos, nacional de país que conceda idêntico benefício aos nacionais brasileiros, em termos definidos por comunicação diplomática.

§ 7º Regulamento disporá sobre as especificidades de cada categoria de visto temporário, definindo condições, prazos e requisitos.

Subseção V

Dos vistos diplomático, oficial e de cortesia

Art. 15º. Os vistos diplomático, oficial e de cortesia serão concedidos, prorrogados ou dispensados na forma desta Lei e de regulamento.

Parágrafo único. Os vistos diplomático, e oficial poderão ser transformados em residência, o que importará na cessação de todas as prerrogativas, privilégios e imunidades decorrentes do respectivo visto.

Art. 16º. Os vistos diplomático e oficial poderão ser concedidos às autoridades e funcionários estrangeiros que viajem ao Brasil em missão oficial de caráter transitório ou permanente, representando Estado estrangeiro ou organismo internacional reconhecido.

§ 1º Não se aplica ao titular dos vistos referidos no caput o disposto na legislação trabalhista brasileira.

§ 2º Os vistos diplomático e oficial poderão ser estendidos aos dependentes das autoridades dispostas no caput.

Art. 17º. O portador de visto diplomático ou oficial somente poderá ser remunerado por Estado estrangeiro ou organismo internacional, ressalvado o disposto em convenção, acordo e tratado internacional que contenha cláusula específica sobre o assunto.

Parágrafo único. Os dependentes dos titulares de visto diplomático ou oficial poderão exercer atividade remunerada no Brasil, sob o amparo da legislação trabalhista brasileira, desde que sejam nacionais de país que assegure a reciprocidade de tratamento aos nacionais brasileiros, por comunicação diplomática.

Art. 18º. O empregado particular portador de visto de cortesia somente poderá exercer atividade remunerada para o titular de visto diplomático, oficial ou de cortesia ao qual esteja vinculado, sob amparo da legislação trabalhista brasileira.

Parágrafo único. O titular de visto diplomático, oficial ou de cortesia será responsável pela saída de seu empregado do território nacional.

Seção III

Dos residentes fronteiriços

Art. 19º. A fim de facilitar a sua livre circulação, poderá ser concedida aos residentes fronteiriços, mediante requerimento, autorização para a realização dos atos da vida civil.

Parágrafo único. Condições específicas poderão ser dispostas em regulamento, convenções, tratados e acordos internacionais.

Art. 20º. A autorização indicará o Município fronteiriço no qual a pessoa estará autorizada a exercer os direitos a ela atribuídos por esta Lei.

§ 1º Residentes fronteiriços, detentores da autorização de que trata o

caput, gozarão das garantias e direitos assegurados pelo regime geral de migrações desta Lei, conforme especificado em regulamento.

§ 2º O documento de trânsito vicinal especificará o espaço geográfico de abrangência e de validade.

Art. 21º. O documento relativo à autorização será cancelado, a qualquer tempo, se o titular:

I – tiver fraudado ou utilizado documento falso para obter o documento de fronteiriço;

II – obtiver outra condição migratória;

III - sofrer condenação penal; ou

IV - exercer direitos fora dos limites previstos na autorização.

Seção IV

Do asilado

Art. 22º. O asilo político, que se constitui em ato discricionário do Estado, poderá ser diplomático ou territorial, e será outorgado como instrumento de proteção à pessoa.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre as condições para a concessão e manutenção do asilo.

Art. 23º. Não se concederá asilo a quem tenha cometido os crimes de genocídio, contra a humanidade, de guerra ou de agressão, nos termos do Estatuto de Roma, de 1998, internalizado pelo Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2012.

Art. 24º. A saída do asilado do País sem prévia autorização implica renúncia ao asilo.

CAPÍTULO III DA RESIDÊNCIA

Seção I

Da autorização de residência

Art. 25º. A residência poderá ser autorizada, mediante registro, à pessoa que se encontre em uma das seguintes situações:

I - pesquisa, ensino ou extensão acadêmica;

II – tratamento de saúde;

III – acolhida humanitária;

IV – estudo;

V – trabalho;

VI - férias-trabalho;

VII – prática de atividades religiosas e serviço voluntário;

VIII - realização de investimentos ou atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural;

IX – fizer jus a reunião familiar;

X – ser beneficiário de tratado ou acordo internacional em matéria de residência e livre circulação;

XI - detentor de oferta de trabalho;

XII – já ter possuído a nacionalidade brasileira e não desejar ou não reunir os requisitos para readquiri-la;

XIII - aprovação em concurso público para exercício de cargo ou emprego público no Brasil;

XIV - ser beneficiário de refúgio, asilo ou de proteção ao apátrida;

XV – estar em liberdade provisória ou em cumprimento de prisão cautelar ou de pena criminal;

XVI - tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória;

XVII - outras hipóteses definidas em regulamento.

Seção II

Disposições gerais

Art. 26º. Os prazos e o procedimento de autorização de residência de que trata o art. 25 serão dispostos em regulamento.

§1º Nova autorização de residência poderá ser concedida, nos termos do art. 25, mediante requerimento.

§2º O requerimento de nova autorização de residência após o vencimento do prazo da autorização anterior implicará na aplicação da sanção prevista no art. 109, II.

§3º O solicitante de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida fará jus a residência até a obtenção de resposta ao seu pedido.

§ 4º Poderá ser concedida residência independente de situação migratória.

Art. 27º. Pela autorização de residência poderão ser cobradas taxas.

Art. 28º. Regulamento disporá sobre a perda e o cancelamento da autorização de residência em razão de fraude processual ou da ocultação de condição impeditiva da concessão de visto, ingresso ou permanência no país, observado procedimento administrativo que garanta o contraditório e a ampla defesa.

Art. 29º. Poderá ser negada residência nas hipóteses previstas no art. 45, incisos I a IV e IX.

Art. 30º. A posse ou propriedade de bens no Brasil não confere o direito de obter visto ou autorização de residência no território nacional.

Art. 31º. O visto de visita ou de cortesia poderá ser transformado em residência, mediante requerimento e registro, desde que satisfeitos os requisitos previstos em regulamento.

Seção III

Da proteção da pessoa apátrida e redução da apatridia

Art. 32º. Regulamento disporá sobre instituto protetivo especial da pessoa apátrida, consolidado em mecanismo simplificado de naturalização, tão logo seja determinada a situação de apatridia.

§ 1º Durante a tramitação do processamento do reconhecimento da condição de apátrida, incidem todas as garantias e mecanismos protetivos e de facilitação da inclusão social relativos à Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, à Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, promulgada pelo Decreto nº 50.125, de 28 de janeiro de 1961, e à Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

§ 2º Aplicam-se aos apátridas residentes todos os direitos atribuídos aos imigrantes no art. 4º.

Seção IV

Da reunião familiar

Art. 33º. O visto ou autorização de residência para fins de reunião familiar será concedida ao imigrante:

- I – cônjuge ou companheiro, sem distinção de gênero ou orientação sexual;
- II – filho de brasileiro ou de imigrante beneficiário de residência, ou que tiver filho brasileiro ou imigrante beneficiário de residência;
- III – ascendente, descendente até o segundo grau e irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de residência; e
- IV - que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.

Parágrafo único. A concessão de visto ou autorização de residência para fins de reunião familiar poderá ser estendida, por meio de ato fundamentado, a outras hipóteses de parentesco, dependência afetiva e fatores de sociabilidade.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO E DA IDENTIDADE CIVIL DO IMIGRANTE

Art. 34º. O registro consiste na identificação civil por dados biográficos e biométricos, sendo obrigatório a todo imigrante detentor de visto temporário ou de autorização de residência.

§1º O registro gerará número único de identificação que garantirá o pleno exercício dos atos da vida civil.

§2º O documento de identidade do imigrante será expedido com base no número único de identificação.

Art. 35º. A identificação civil de solicitantes de refúgio, de asilo, de reconhecimento de apatridia e de acolhimento humanitário poderá ser realizada com a apresentação dos documentos de que o imigrante dispuser.

Art. 36º. Os documentos de identidade emitidos até a data de publicação desta Lei continuarão válidos até sua total substituição.

Art. 37º. A identificação civil, o documento de identidade e as formas de gestão da base cadastral dos detentores de vistos diplomático, oficial e de cortesia, atenderão a disposições específicas previstas em regulamento.

CAPÍTULO V

DO CONTROLE MIGRATÓRIO

Seção I

Da fiscalização marítima, aeroportuária e de fronteira

Art. 38º. As funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras serão realizadas pela Polícia Federal nos pontos de entrada ou de saída do território nacional.

Parágrafo único. É dispensável a fiscalização de passageiros, tripulantes e estafes de navios em passagem inocente, exceto quando houver necessidade de descida de pessoas a terra ou subida a bordo do navio.

Art. 39º. O viajante deverá permanecer na área de fiscalização até que seu documento de viagem tenha sido verificado, salvo os casos previstos em lei.

Art. 40º. Poderá ser autorizada a admissão excepcional no país, desde que a pessoa esteja de posse de documento de viagem válido em uma das seguintes condições:

- I - não possua visto;

II - seja portadora de visto emitido com erro ou omissão;

III - tenha perdido a condição de residente por ter permanecido ausente do país na forma especificada no regulamento, e detenha as condições objetivas para a concessão de nova autorização de residência;

IV - seja criança ou adolescente que esteja acompanhado do responsável legal residente no País, desde que manifeste a intenção de requerer autorização de residência com base em reunião familiar;

V – seja criança ou adolescente desacompanhado do responsável legal ou sem autorização expressa para viajar desacompanhado, com imediato encaminhamento ao Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Regulamento poderá dispor sobre outras hipóteses excepcionais de admissão observados os princípios e diretrizes desta Lei.

Art. 41º. A entrada condicional de pessoa que não preencha requisitos de admissão no território poderá ser feita mediante assunção de termo de compromisso, pelo transportador ou seu agente, de custear as despesas com a permanência e as providências para a repatriação do viajante.

Art. 42º. O tripulante ou passageiro que, por motivo de força maior, seja obrigado a interromper a viagem no território nacional, poderá ter seu desembarque permitido mediante termo de responsabilidade pelas despesas decorrentes do transbordo.

Art. 43º. A autoridade responsável pela fiscalização contribuirá para aplicação de medidas sanitárias em consonância com o Regulamento Sanitário Internacional e outras disposições pertinentes.

Seção II

Do impedimento de ingresso

Art. 44º. O portador de visto ou pessoa de nacionalidade beneficiária de convenção, tratado, acordo internacional ou comunicação diplomática que acarrete dispensa de visto poderá adentrar o território nacional, ressalvadas as hipóteses impeditivas previstas nesta Seção.

Art. 45º. Poderá ser impedido de ingressar no País a pessoa:

I - anteriormente expulsa do País, enquanto os efeitos da expulsão vigorarem;

II - condenada ou respondendo a processo por ato de terrorismo ou por crime de genocídio, contra a humanidade, de guerra ou de agressão, nos termos definidos pelo Estatuto de Roma;

III - condenada ou respondendo a processo em outro país por crime doloso passível de extradição, segundo a lei brasileira;

IV - que tenha o nome incluído em lista de restrições por ordem judicial ou compromisso assumido pelo Brasil perante os organismos internacionais;

V - que apresente documento de viagem que:

- a) não seja válido para o Brasil;
- b) esteja com o prazo de validade vencido; ou
- c) esteja com rasura ou indício de falsificação.

VI - que não apresente documento de viagem ou documento de

identidade, quando admitido;

VII - que não porte visto condizente com o motivo de viagem, quando incidir exigência de visto;

VIII – que tenha, comprovadamente, fraudado a documentação ou as informações apresentadas quando da solicitação de visto;

IX – que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal, mediante ato fundamentado do órgão competente do Poder Executivo.

Parágrafo único. Ninguém será impedido por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertinência a grupo social ou opiniões políticas.

CAPÍTULO VI

DAS MEDIDAS DE RETIRADA COMPULSÓRIA

Art. 46º. A aplicação deste Capítulo observará o disposto na Lei nº 9.474, de 1997, e nos instrumentos e mecanismos de proteção aos apátridas ou que tratem de situações humanitárias, além de outras disposições legais, convenções, tratados, e acordos internacionais.

Seção I

Da Repatriação

Art. 47º. A repatriação consiste na devolução da pessoa em situação de impedimento ao país de procedência ou de nacionalidade.

§ 1º Será feita imediata comunicação do ato de repatriação às empresas transportadoras e à autoridade consular do país de nacionalidade do imigrante ou visitante, ou quem lhe representa.

§ 2º Condições específicas de repatriação podem ser definidas por regulamento, convenções, tratados e acordos internacionais, observados os princípios e garantias previstos nesta Lei.

§ 3º Não será aplicada medida de repatriação à pessoa em situação de refúgio, apatridia de fato ou de direito, ou a quem necessite de acolhimento humanitário, nem, em qualquer caso, devolução para país ou região que possa apresentar risco à sua vida, segurança ou integridade.

§ 4º Poderá ser permitida a estada condicional do imigrante ou visitante sobre quem recaia medida de repatriação.

§ 5º As despesas com a repatriação e os custos decorrentes da estada do imigrante ou visitante sobre quem recaia medida de repatriação são de responsabilidade da empresa transportadora, independente da situação migratória ou documental.

Seção II

Da deportação

Art. 48º. A deportação é medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória do imigrante que se encontre em situação migratória irregular no território nacional.

§ 1º A deportação será precedida de notificação pessoal ao imigrante, da qual conste, expressamente, as irregularidades verificadas e prazo para a regularização não inferior a sessenta dias, podendo ser prorrogado, por igual período, por despacho fundamentado e mediante compromisso de o imigrante manter atualizado suas informações domiciliares.

§ 2º A notificação prevista neste artigo não impede a livre circulação no

território nacional, devendo informar seu domicílio e suas atividades.

§ 3º Vencido o prazo do § 1º sem que se regularize a situação migratória, a deportação poderá se executada.

§ 4º A deportação não exclui eventuais direitos adquiridos em relações contratuais ou decorrentes da lei brasileira.

§ 5º A saída voluntária de pessoa notificada para deixar o País equivale ao cumprimento da notificação da deportação para todos os fins.

Art. 49º. Os procedimentos conducentes à deportação devem respeitar o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Deverá ser informado ao imigrante o direito à assistência pela Defensoria Pública da União durante o procedimento administrativo de deportação.

Art. 50º. Em se tratando de apátrida, o procedimento de deportação dependerá de prévia autorização da autoridade competente.

Seção III

Das medidas vinculadas à mobilidade

Art. 51º. A autoridade policial competente representará perante juízo federal as medidas necessárias para efetivar a deportação ou a expulsão.

Seção IV

Da expulsão

Art. 52º. A expulsão consiste em medida administrativa de retirada compulsória do território nacional, conjugada a impedimento de reingresso do migrante por prazo determinado.

§ 1º Poderão dar causa à expulsão a condenação com sentença transitada em julgado relativa à prática de:

I – crime de genocídio, contra a humanidade, de guerra ou de agressão, nos termos definidos pelo Estatuto de Roma; e

II – crimes comuns dolosos passíveis de penas privativas de liberdade, consideradas a gravidade e as possibilidades de ressocialização no território nacional.

§ 2º Caberá à autoridade competente resolver sobre a expulsão, sua duração ou suspensão, e a revogação dos seus efeitos, observado o disposto nesta Lei.

§ 3º O processamento da expulsão nos casos de crime comum não prejudicará a progressão de regime, de cumprimento da pena, a suspensão condicional do processo, a comutação da pena, a concessão de pena alternativa, de indulto coletivo ou individual, anistia ou de quaisquer benefícios concedidos em igualdade de condições aos nacionais brasileiros.

§ 4º A determinação do prazo de vigência da medida de impedimento vinculada aos efeitos da expulsão observará a proporcionalidade em relação ao prazo total da pena cominada e nunca será superior ao dobro de seu tempo.

Art. 53º. Não se procederá à expulsão:

I – se implicar extradição inadmitida pela lei brasileira;

II – quando o expulsando:

a) tiver filho brasileiro que esteja sob sua guarda ou dependência econômica ou sócio-afetiva ou tiver pessoa brasileira sob sua tutela;

b) tiver cônjuge ou companheiro residente no Brasil, sem distinção de gênero ou orientação sexual, reconhecido judicial ou legalmente; ou

c) tiver ingressado no Brasil até os doze anos de idade, residindo desde então no País.

d) for pessoa idosa, na forma da Lei nº 10.471, de 1º de outubro de 2003, que resida no País há mais de dez anos, considerada a gravidade e o fundamento da expulsão.

Art. 54º. Regulamento definirá procedimentos para apresentação e processamento de pedidos de suspensão e revogação dos efeitos das medidas de expulsão e de impedimento de ingresso e permanência no território nacional.

Art. 55º. Regulamento disporá sobre as condições especiais de autorização de residência para viabilizar medidas de ressocialização a imigrantes e visitantes em cumprimento de penas cominadas ou executadas em território nacional.

Art. 56º. A expulsão decorrerá de procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A Defensoria Pública da União será notificada da instauração do processo de expulsão, se não houver defensor constituído.

Art. 57º. O expulsando cujo processo esteja pendente de decisão, nas condições previstas no art. 53, estará em situação migratória regular.

Art. 58º. A existência de processo de expulsão não impede a saída voluntária do expulsando do País.

Seção V

Disposições gerais

Art. 59º. Não se procederá à deportação, repatriação ou expulsão coletivas.

Art. 60º. Não se procederá à repatriação, deportação ou expulsão de qualquer indivíduo quando subsistirem razões para acreditar que a medida poderá colocar em risco a vida ou a integridade pessoal.

Art. 61º. A repatriação, a expulsão e a deportação serão feitas para o país da nacionalidade ou de procedência do migrante ou visitante, ou para outro que o aceite, em observância às convenções, tratados e acordos internacionais dos quais o Brasil seja parte.

Art. 62º. Não se procederá à deportação se a medida implicar extradição não admitida pela legislação brasileira.

CAPÍTULO VII

Da Opção de Nacionalidade e da Naturalização

Seção I

Da opção de nacionalidade

Art. 63º. Os filhos de pai ou mãe brasileiro nascidos no exterior e que não tenham sido registrados em repartição consular poderão, a qualquer tempo, promover ação de opção de nacionalidade.

Parágrafo único. O órgão de registro deve informar periodicamente à autoridade competente os dados relativos à opção de nacionalidade, conforme regulamento.

Seção II

Das condições da naturalização

Art. 64º. A naturalização pode ser:

I – ordinária;

- II – extraordinária;
- III – especial; ou
- IV – provisória.

Art. 65º. Será concedida a naturalização ordinária àqueles que preencherem as seguintes condições:

- I – ter capacidade civil, segundo a lei brasileira;
- II – ter residência no território nacional, pelo prazo mínimo de quatro anos;
- III – comunicar-se na língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando.

Art. 66º. O prazo de residência fixado no inciso II do caput do art. 65 será reduzido para no mínimo um ano se o naturalizando preencher quaisquer das seguintes condições:

- I - ser originário de países de língua portuguesa;
- II – ter filho brasileiro;
- III – ter cônjuge ou companheiro brasileiro e não estar dele separado legalmente ou de fato no momento da concessão da naturalização;
- IV – ser natural de Estado-Parte ou Estado associado do Mercado Comum do Sul – Mercosul;
- V – haver prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil;
- VI – recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística.

Parágrafo único. As condições previstas nos incisos V e VI do caput serão reconhecidas na forma disposta em regulamento.

Art. 67º. A naturalização extraordinária será concedida a pessoa de qualquer nacionalidade, fixada no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

Art. 68º. A naturalização especial poderá ser concedida ao estrangeiro que se encontre em uma das seguintes situações:

- I – casado ou companheiro, há mais de cinco anos, de integrante do Serviço Exterior Brasileiro em atividade ou com pessoa a serviço do Estado brasileiro no exterior;
- II – ser ou ter sido empregado em missão diplomática ou em repartição consular do Brasil por mais de dez anos ininterruptos.

Art. 69º. São requisitos para a concessão da naturalização especial:

- I – ter capacidade civil, segundo a lei brasileira;
- II – comunicar-se na língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando.

Art. 70º. A naturalização provisória poderá ser concedida ao migrante criança ou adolescente, que tenha fixado residência no território nacional antes de completar dez anos de idade, e deverá ser requerida por intermédio do representante legal da criança ou adolescente.

Parágrafo único. A naturalização prevista no caput será convertida em definitiva se o naturalizando expressamente assim o requerer no prazo de dois anos após atingir a maioridade.

Art. 71º. O pedido de naturalização será apresentado e processado, na

forma prevista pelo órgão competente do Poder Executivo, sendo cabível recurso em caso de denegação.

§ 1º No curso do processo de naturalização, o migrante poderá requerer a tradução ou a adaptação de seu nome à língua portuguesa.

§ 2º Será mantido cadastro com o nome traduzido ou adaptado associado ao nome anterior.

Art. 72º. No prazo de até doze meses após a concessão da naturalização, deverá o naturalizado comparecer perante a justiça eleitoral para o devido cadastramento.

Seção III

Dos efeitos da naturalização

Art. 73º. A naturalização produz efeitos após a publicação no Diário Oficial do ato de naturalização.

Art. 74º. O brasileiro naturalizado ou por opção que cumpriu com suas obrigações militares perante País de nacionalidade anterior, fará jus ao Certificado de Dispensa de Incorporação.

Seção IV

Da perda da nacionalidade

Art. 75º. O naturalizado perderá a nacionalidade em razão de condenação transitada em julgado, nos termos do art. 12, § 4º, inciso I da Constituição Federal.

Parágrafo único. O risco de geração da situação de apatridia será levado em consideração antes da efetivação da perda da nacionalidade.

Seção V

Da reaquisição da nacionalidade

Art. 76º. O brasileiro que, em razão do previsto no inciso II do § 4º do art. 12 da Constituição, houver perdido a nacionalidade, uma vez cessada a causa, poderá readquiri-la ou ter o ato que declarou a perda revogado, na forma definida pelo órgão competente do Poder Executivo.

CAPÍTULO VIII DO EMIGRANTE BRASILEIRO

Seção I

Dos princípios e diretrizes

Art. 77º. As políticas públicas para os emigrantes observarão os seguintes princípios e diretrizes:

I – proteção e prestação de assistência consular por meio das representações do Brasil no exterior;

II – promoção de condições de vida digna, por meio, entre outros, da facilitação do registro consular e da prestação de serviços consulares relativos às áreas de educação, saúde, trabalho, previdência social e cultura;

III – promoção de estudos e pesquisas sobre os emigrantes e as comunidades de brasileiros no exterior, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas nessa área;

IV – atuação diplomática, nos âmbitos bilateral, regional e multilateral, em defesa dos direitos dos emigrantes brasileiros, conforme o direito internacional;

V – ação governamental integrada, com a participação de órgãos do

governo implicados nas áreas temáticas mencionadas nos incisos I a IV, visando a assistir as comunidades brasileiras no exterior;

VI – esforço permanente de desburocratização, atualização e modernização do sistema de atendimento, com o objetivo de aprimorar a assistência ao emigrante.

Seção II Dos direitos do emigrante

Art. 78º. Todo emigrante que decida retornar para o Brasil com ânimo de residência, poderá introduzir no País, com isenção de direitos de importação e de taxas aduaneiras, os bens novos ou usados que um viajante, em compatibilidade com as circunstâncias de sua viagem, puder destinar para seu uso ou consumo pessoal, sempre que, pela sua quantidade, natureza ou variedade, não permitam presumir importação ou exportação com fins comerciais ou industriais.

Art. 79º. Em caso de ameaça à paz social e à ordem pública por grave ou iminente instabilidade institucional, ou calamidades de grande proporção na natureza, deverá ser prestada especial assistência aos emigrantes pelas representações brasileiras no exterior.

Art. 80º. Os tripulantes brasileiros contratados por embarcações ou armadoras estrangeiras, de cabotagem ou a longo curso, com sede ou filial no Brasil, e que explorem economicamente o mar territorial e a costa brasileira, terão direito a seguro a cargo do contratante, válido para todo o período da contratação, conforme o disposto no Registro de Embarcações Brasileiras (REB), contra acidentes de trabalho, invalidez total ou parcial ou morte, sem prejuízo de benefícios de apólice mais favorável vigente no exterior.

CAPÍTULO IX DAS MEDIDAS DE COOPERAÇÃO

Seção I Da Extradução

Art. 81º. A extradição é medida de cooperação especializada entre o Estado brasileiro e outro Estado, pela qual se concede ou solicita a entrega de pessoa sobre quem recaia condenação criminal definitiva ou para fins de instrução de processo penal em curso.

§ 1º A extradição será requerida por via diplomática ou, quando previsto em convenção, tratado ou acordo internacional, entre as autoridades centrais designadas para este fim.

§ 2º A extradição e sua rotina de comunicação serão realizadas pelo órgão competente do Poder Executivo em coordenação com as autoridades judiciárias e policiais competentes.

Art. 82º. Não se concederá a extradição quando:

I – a pessoa cuja extradição é solicitada ao Brasil for nacional brasileira;
II – o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente;

III – o Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;

IV – a lei brasileira impuser ao crime a pena de prisão inferior a dois anos;

V – o extraditando estiver respondendo a processo ou já houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato em que se fundar o pedido;

VI – estiver extinta a punibilidade pela prescrição segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente;

VII – o fato constituir crime político ou de opinião;

VIII – o extraditando houver de responder, no Estado requerente, perante Tribunal ou Juízo de exceção;

IX – o extraditando for solicitante ou beneficiário de refúgio, nos termos da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

§ 1º A exceção do inciso VII do caput não impedirá a extradição quando o fato constituir, principalmente, infração da lei penal comum, ou quando o crime comum, conexo ao delito político, constituir o fato principal.

§ 2º Caberá à autoridade judiciária competente a apreciação do caráter da infração.

§ 3º Para determinação da incidência do inciso I, será observada, nos casos de aquisição de nacionalidade por naturalização, a anterioridade do fato gerador da extradição.

§ 4º O Supremo Tribunal Federal poderá deixar de considerar crimes políticos os atentados contra Chefes de Estado ou quaisquer autoridades, bem como crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídio.

Art. 83º. São condições para concessão da extradição:

I – ter sido o crime cometido no território do Estado requerente ou serem aplicáveis ao extraditando as leis penais desse Estado; e

II – estar o extraditando respondendo a processo investigatório, processo penal ou ter sido condenado pelas autoridades judiciárias do Estado requerente a pena de privação de liberdade.

Art. 84º. Em caso de urgência, o Estado interessado na extradição poderá, previamente ou conjuntamente à formalização do pedido extradicional, requerer prisão cautelar com o objetivo de assegurar a executoriedade da medida de extradição, por via diplomática ou por auxílio direto, que, após exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei, ou em convenções, tratados e acordos internacionais, representará à autoridade judicial competente.

§ 1º O pedido de prisão cautelar deverá conter informação sobre o crime cometido e deverá ser fundamentado, podendo ser apresentado por correio, fax, mensagem eletrônica ou qualquer outro meio que assegure sua comunicação por escrito.

§ 2º O pedido de prisão cautelar poderá ser transmitido à autoridade competente para extradição no Brasil por meio de canal estabelecido com o ponto focal da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) no país, devidamente instruído com a documentação comprobatória da existência de ordem de prisão proferida por Estado estrangeiro e, nos casos de ausência de convenção, tratado e acordo internacional, promessa de reciprocidade recebida por vias diplomáticas.

§ 3º Na ausência de disposição específica em convenção, tratado ou acordo internacional, o Estado estrangeiro deverá formalizar o pedido de extradição, no prazo de sessenta dias, contado da data em que tiver sido cientificado da prisão do extraditando.

§4º Caso o pedido de extradição não seja apresentado no prazo do §3º, o

extraditando deverá ser posto em liberdade, não se admitindo novo pedido de prisão cautelar pelo mesmo fato sem que a extradição haja sido devidamente requerida.

§ 5º Efetivada a prisão do extraditando de que trata este artigo, o pedido de extradição será encaminhado à autoridade judiciária competente.

§ 6º A prisão cautelar poderá ser prorrogada até o julgamento final da autoridade judiciária competente quanto à legalidade do pedido de extradição.

Art. 85º. Quando mais de um Estado requerer a extradição da mesma pessoa, pelo mesmo fato, terá preferência o pedido daquele em cujo território a infração foi cometida.

§ 1º Tratando-se de crimes diversos, terão preferência, sucessivamente:

I – o Estado requerente em cujo território haja sido cometido o crime mais grave, segundo a lei brasileira;

II – o que em primeiro lugar houver pedido a entrega do extraditando, se a gravidade dos crimes for idêntica;

III – o Estado de origem, ou, na sua falta, o domiciliar do extraditando, se os pedidos forem simultâneos.

§ 2º Nos casos não previstos nesta Lei, o órgão competente do Poder Executivo decidirá sobre a preferência do pedido, que priorizará o Estado requerente que mantiver tratado de extradição com o Brasil.

§ 3º Havendo convenção, tratado ou acordo internacional com algum dos Estados requerentes, prevalecerão suas normas no que disserem respeito à preferência de que trata este artigo.

Art. 86º. Poderá ser autorizada, pelo juízo competente, a prisão albergue ou domiciliar, ou determinado que o processo de extradição seja respondido em liberdade, com retenção do documento de viagem até o julgamento da extradição, considerando a situação administrativa migratória, os antecedentes e as circunstâncias que revestem o caso.

Art. 87º. O extraditando poderá se entregar voluntariamente ao Estado requerente, desde que o declare expressamente, esteja assistido por advogado e seja advertido de que tem direito ao processo judicial de extradição e à proteção que tal direito encerra, caso em que o pedido será decidido no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Art. 88º. Todo pedido que possa originar processo de extradição em face de Estado estrangeiro deverá ser encaminhado ao Brasil diretamente pelo órgão do Poder Judiciário responsável pela decisão ou processo penal que a fundamenta.

§ 1º Compete a órgão do Poder Executivo o papel de orientação, informação e avaliação dos elementos formais de admissibilidade dos processos preparatórios para encaminhamento ao Estado requerido.

§ 2º Compete aos órgãos do sistema de Justiça vinculados ao processo penal gerador de pedido de extradição a apresentação de todos os documentos, manifestações e demais elementos necessários para o processamento do pedido, inclusive suas traduções oficiais.

§ 3º O pedido deve ser instruído com a cópia autêntica ou o original da sentença condenatória ou decisão penal proferida e contará ainda com indicações precisas sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias do fato criminoso, a identidade do extraditando e, ainda, cópia dos textos legais sobre o crime, a

competência, a pena e sua prescrição.

§ 4º O encaminhamento do pedido para extradição no Brasil confere autenticidade aos documentos.

Art. 89º. Os pedidos de extradição originados de Estado estrangeiro serão recebidos pelo órgão competente do Poder Executivo e, após exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei ou em convenção, tratado ou acordo internacional, encaminhados à autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. Não preenchidos os pressupostos de que trata o caput, o pedido será arquivado mediante decisão fundamentada, sem prejuízo de renovação do pedido, devidamente instruído, uma vez superado o óbice apontado.

Art. 90º. Nenhuma extradição será concedida sem prévio pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre sua legalidade e procedência, não cabendo recurso da decisão.

Art. 91º. Ao receber o pedido, o Relator designará dia e hora para o interrogatório do extraditando e, conforme o caso, dar-lhe-á curador ou advogado, se não o tiver, correndo do interrogatório o prazo de dez dias para a defesa.

§ 1º A defesa versará sobre a identidade da pessoa reclamada, defeito de forma dos documentos apresentados ou ilegalidade da extradição.

§ 2º Não estando o processo devidamente instruído, o Tribunal, a requerimento do órgão do Ministério Público Federal correspondente, poderá converter o julgamento em diligência para suprir a falta no prazo improrrogável de sessenta dias, decorridos os quais o pedido será julgado independentemente da diligência.

§ 3º O prazo referido no §2º correrá da data da notificação à Missão Diplomática do Estado requerente.

Art. 92º. Julgada procedente a extradição e autorizada a entrega, pelo órgão competente do Poder Executivo, será o ato comunicado por via diplomática ao Estado requerente que, no prazo de sessenta dias da comunicação, deverá retirar o extraditando do território nacional.

Art. 93º. Se o Estado requerente não retirar o extraditando do território nacional no prazo do art. 92, será ele posto em liberdade, sem prejuízo de outras medidas aplicáveis.

Art. 94º. Negada a extradição em qualquer de suas fases, não se admitirá novo pedido baseado no mesmo fato.

Art. 95º. Quando o extraditando estiver sendo processado, ou tiver sido condenado, no Brasil, por crime punível com pena privativa de liberdade, a extradição será executada somente depois da conclusão do processo ou do cumprimento da pena, ressalvada hipótese de liberação antecipada pelo Poder Judiciário.

§ 1º A entrega do extraditando ficará igualmente adiada se a efetivação da medida puser em risco a sua vida por causa de enfermidade grave comprovada por laudo médico oficial.

§ 2º A entrega do extraditando poderá ser efetuada ainda que responda a processo ou esteja condenado por contravenção.

Art. 96º. Não será efetivada a entrega sem que o Estado requerente assuma o compromisso:

I – de não ser o extraditando preso nem processado por fatos anteriores ao pedido;

II – de computar o tempo de prisão que, no Brasil, foi imposta por força da extradição;

III – de comutar a pena corporal, perpétua ou de morte em pena privativa de liberdade, respeitado o limite máximo de cumprimento de trinta anos;

IV – de não ser o extraditando entregue, sem consentimento do Brasil, a outro Estado que o reclame;

V – de não considerar qualquer motivo político, para agravar a pena; e

VI – de não ser o extraditando submetido a qualquer tipo de tratamento degradante, desproporcional ou cruel.

Art. 97º. A entrega do extraditando, de acordo com as leis brasileiras e respeitado o direito de terceiro, será feita com os objetos e instrumentos do crime encontrados em seu poder.

Parágrafo único. Os objetos e instrumentos referidos neste artigo poderão ser entregues independentemente da entrega do extraditando.

Art. 98º. O extraditando que, depois de entregue ao Estado requerente, escapar à ação da Justiça e homiziár-se no Brasil, ou por ele transitar, será detido mediante pedido feito diretamente por via diplomática ou pela Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), e de novo entregue sem outras formalidades.

Art. 99º. Salvo motivo de ordem pública, poderá ser permitido o trânsito, no território nacional, de pessoas extraditadas por Estados estrangeiros, bem como o da respectiva guarda, mediante apresentação de documentos comprobatórios de concessão da medida.

Seção II

Da Transferência de Execução da Pena

Art. 100º. Nas hipóteses em que couber solicitação de extradição executória, a autoridade competente poderá solicitar ou autorizar a transferência da execução da pena, desde que preservado o princípio do non bis in idem.

Parágrafo único. A transferência da execução da pena será possível quando:

I - o condenado em território estrangeiro for nacional ou tiver residência habitual ou vínculo pessoal no Brasil;

II - a sentença tiver transitado em julgado;

III - a duração da condenação a cumprir ou que restar para cumprir, for de, pelo menos, seis meses, na data de apresentação do pedido ao Estado da condenação; ou

IV - os fatos que originaram a condenação constituírem infração penal face à lei de ambas as Partes.

Art. 101º. O pedido de transferência da execução da pena de estado estrangeiro será requerido por via diplomática ou na forma definida em convenções, tratados e acordos internacionais.

§1º O pedido será recebido por órgão competente do Poder Executivo e, após exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei ou em convenções, tratados e acordos internacionais, encaminhados à autoridade judiciária competente.

§2º Não preenchidos os pressupostos de que trata o §1º, o pedido será

arquivado mediante decisão fundamentada, sem prejuízo de renovação do pedido, devidamente instruído, uma vez superado o óbice apontado.

Art. 102º. A forma do pedido de transferência da execução da pena e de seu processamento serão definidos por regulamento.

Seção III

Da Transferência de Pessoas Condenadas

Art. 103º. A transferência de pessoas condenadas poderá ser concedida quando o pedido se fundamentar em tratado ou acordo internacional, ou quando Governo estrangeiro prometer a reciprocidade ao Brasil e prometer dar cumprimento à pena imposta pelo tempo restante.

§ 1º O condenado no território nacional poderá ser transferido para o seu país de nacionalidade ou país que tiver residência habitual ou vínculo pessoal, a fim de cumprir a pena a ele imposta pelo Estado brasileiro, por sentença transitada em julgado, necessitando expressar seu interesse em ser transferido ao Brasil ou ao seu Estado de nacionalidade.

§ 2º A transferência do imigrante condenado no Brasil pode ser aplicada conjuntamente à aplicação de medida de impedimento de reingresso no território nacional, na forma do regulamento.

Art. 104º. A transferência será possível quando:

I - o condenado no território de uma das Partes for nacional ou tiver residência habitual ou vínculo pessoal no território da outra Parte que justifique a transferência;

II - a sentença tiver transitado em julgado;

III - a duração da condenação a cumprir ou que restar para cumprir for de, pelo menos, seis meses, na data de apresentação do pedido ao Estado da condenação;

IV - os fatos que originaram a condenação constituírem infração penal face à lei de ambos os Estados;

V - o condenado ou, quando, em virtude da sua idade ou do seu estado físico ou mental, uma das Partes o considere necessário, o seu representante consentir na transferência;

VI - as Partes estiverem de acordo quanto à transferência.

Art. 105º. A forma do pedido de transferência de pessoa condenada e seu processamento serão definidos pelo regulamento.

CAPÍTULO X DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 106º. Regulamento disporá sobre o procedimento de apuração e processamento das infrações administrativas e a fixação e atualização das multas, em observância ao disposto nesta Lei.

Art. 107º. As infrações administrativas previstas neste Capítulo serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e observadas as disposições desta Lei.

§ 1º O cometimento simultâneo de duas ou mais infrações importará na cumulação das sanções cabíveis, respeitados os limites estabelecidos nos incisos V e VI

do art. 108.

§ 2º A multa atribuída por dia de atraso ou excesso de permanência poderá ser convertida em redução equivalente do período de autorização de estada para o visto de visita, no caso de nova entrada no País.

Art. 108º. Os valores das multas tratadas neste Capítulo considerarão:

I - as hipóteses individualizadas nesta Lei;

II - a condição econômica do infrator, a reincidência e a gravidade;

III - atualização periódica conforme estabelecido em regulamento;

IV - o valor mínimo individualizável de R\$100,00 (cem reais);

V - o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e o máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para infrações cometidas por pessoas físicas;

VI - o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e o máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para infrações cometidas por pessoas jurídicas, por ato infracional.

Art. 109º. Constitui infração, sujeitando o infrator às seguintes sanções:

I - entrar no território nacional sem estar autorizado:

Sanção: deportação, caso não saia do país ou regularize a situação migratória no prazo fixado;

II – a estada de imigrante no território nacional depois de esgotado o prazo legal de sua documentação:

Sanção: multa por dia de excesso e deportação, caso não saia do País ou não regularize a situação migratória no prazo fixado; e

III - deixar de se registrar, dentro do prazo de noventa dias do ingresso no país, quando for obrigatória a identificação civil; e

Sanção: multa.

IV – deixar de se registrar, para efeito de autorização de residência temporária ou permanente dentro de trinta dias, quando orientado a fazer pelo órgão competente.

Sanção: multa por dia de atraso.

V – transportar para o Brasil pessoa que esteja sem documentação migratória regular.

Sanção: multa por migrante transportado.

VI - deixar a empresa transportadora de atender compromisso de manutenção ou de promoção da saída do território nacional de quem tenha sido autorizado a ingresso condicional no Brasil por não possuir a devida documentação migratória.

Sanção: multa.

VII - empregar imigrante em situação irregular ou impedido de exercer atividade remunerada:

Sanção: multa.

Art. 110º. As penalidades aplicadas serão objeto de pedido de reconsideração e de recurso, nos termos do regulamento.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 111º. Esta Lei não prejudica direitos e obrigações estabelecidos por acordos internacionais vigentes para o Brasil e mais benéficos ao residente em

Município fronteiriço e ao migrante, em particular os acordos firmados no âmbito do Mercado Comum do Sul - Mercosul.

Art. 112º. As autoridades brasileiras serão tolerantes quanto ao uso do idioma do residente em Município fronteiriço e do imigrante quando se dirigirem aos órgãos ou repartições públicas para reclamar ou reivindicar os benefícios decorrentes desta Lei.

Art. 113º. Fica aprovada a seguinte Tabela de Emolumentos Consulares e Taxas:

Grupo	Sub-grupo	Número de Emolumento	Natureza do Emolumento	Valor
100 - Documentos de viagem	110 - Passaporte Comum	110.3	Concessão de Passaporte Biométrico	R\$ - Ouro 80,00
100 - Documentos de viagem	110 - Passaporte Comum	110.4	Concessão de Passaporte Biométrico sem apresentação do documento anterior	R\$ - Ouro 160,00
100 - Documentos de viagem	120 - Passaporte Diplomático	120.1	Concessão	Grátis
100 - Documentos de viagem	130 - Passaporte Oficial	130.1	Concessão	Grátis
100 - Documentos de viagem	140 - Passaporte de Emergência	140.1	Concessão em situação excepcional (art. 13 do Decreto nº 5.978/06 - RDV)	Grátis
100 - Documentos de viagem	150 - Passaporte para estrangeiro	150.3	Concessão de Passaporte Biométrico	R\$ - Ouro 80,00
100 - Documentos de viagem	150 - Passaporte para estrangeiro	150.4	Concessão de Passaporte Biométrico sem apresentação do documento anterior	R\$ - Ouro 160,00
100 - Documentos de viagem	160 - Laissez-passer	160.3	Concessão de Laissez-passer biométrico	R\$ - Ouro 80,00
100 - Documentos de viagem	160 - Laissez-passer	160.4	Concessão de Laissez-passer biométrico sem apresentação do documento anterior	R\$ - Ouro 160,00
100 - Documentos de viagem	170 - Autorização de Retorno ao Brasil	170.1	Concessão	Grátis
100 - Documentos de viagem	180 - Carteira de Matrícula Consular	180.1	Concessão	Grátis
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	220 - Visto de Visita	220.1	Concessão ou renovação do prazo de entrada	R\$ - Ouro 80,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	211.1	Concessão ou renovação do prazo de entrada	R\$ - Ouro 100,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou	220 - Visto de Visita (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	220.2	Concessão ou renovação do prazo de entrada (reciprocidade - Austrália)	R\$ - Ouro 120,00

Laissez-passer brasileiro				
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	220 - Visto de Visita (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	220.3	Concessão ou renovação do prazo de entrada (reciprocidade – Angola)	R\$ - Ouro 100,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.1	VITEM I – Concessão ou renovação do prazo de entrada – Pesquisa, ensino ou extensão acadêmica	R\$ - Ouro 100,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.2	VITEM II – Concessão ou renovação do prazo de estada – Tratamento de saúde	R\$ - Ouro 100,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.3	VITEM III – Concessão ou renovação do prazo de estada – Acolhida humanitária	Grátis
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.4	VITEM IV – Concessão ou renovação do prazo de estada - Estudo	R\$ - Ouro 100,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.5	VITEM V – Concessão ou renovação do prazo de estada - Trabalho	R\$ - Ouro 100,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.6	VITEM VI – Concessão ou renovação do prazo de estada - Férias-Trabalho - Nova Zelândia	R\$ - Ouro 80,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.7	VITEM VII – Concessão ou prorrogação do prazo de estada - Atividades religiosas e serviço voluntário	R\$ - Ouro 100,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.8	VITEM VIII – Concessão ou prorrogação do prazo de estada - Investimentos ou atividade de relevância econômica, científica, tecnológica ou cultural	R\$ - Ouro 100,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.9	VITEM IX – Concessão ou prorrogação do prazo de estada - Reunião familiar	R\$ - Ouro 100,00

Laissez-passar brasileiro				
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passar brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.10	VITEM X – Concessão ou prorrogação do prazo de estada – Acordos Internacionais	R\$ - Ouro 100,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passar brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.11	VITEM XI – Concessão ou prorrogação do prazo de estada – Casos definidos em regulamento	R\$ - Ouro 100,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passar brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.65	VICAM – Visto Temporário de Capacitação Médica	R\$ - Ouro 0,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passar brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.66	VICAM – Visto Temporário para Dependente de portador de VICAM	R\$ - Ouro 0,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passar brasileiro	220 - Visto de Visita (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	220.4	VIVIS – Concessão (Reciprocidade – Argélia)	R\$ - Ouro 85,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passar brasileiro	220 -Visto de Visita (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	220.5	VIVIS – Concessão (Reciprocidade – Estados Unidos)	R\$ - Ouro 160,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passar brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.12	VITEM IV – Concessão (Reciprocidade – Estados Unidos)	R\$ - Ouro 160,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passar brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.13	VITEM I e VII (Reciprocidade – Estados Unidos)	R\$ - Ouro 250,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passar brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.14	VITEM II, V, VIII, IX e XI (Reciprocidade – Estados Unidos)	R\$ - Ouro 290,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.15	VITEM IV – Concessão (Reciprocidade – Reino Unido)	R\$ - Ouro 465,00

Laissez-passer brasileiro				
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	220 - Visto de Visita (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	220.6	VIVIS – Concessão (Reciprocidade – China)	R\$ - Ouro 115,00
200 - Visto em documento de viagem estrangeiro ou Laissez-passer brasileiro	230 - Visto Temporário (de 0 a R\$ ouro 1.000,00)	230.16	Visto Temporário - Validade superior a 180 dias (reciprocidade – Reino Unido)	R\$ - Ouro 215,00
300 - Atos de Registro Civil	310 - Registro de nascimento e expedição da respectiva certidão			Grátis
300 - Atos de Registro Civil	320 - Celebração de casamento	320.1	Registro de casamento realizado fora da Repartição Consular e expedição da respectiva certidão	R\$ - Ouro 20,00
300 - Atos de Registro Civil	320 - Celebração de casamento	320.2	Celebração de casamento na Repartição Consular e expedição da respectiva certidão	Grátis
300 - Atos de Registro Civil	330 - Registro de óbito e expedição da respectiva certidão			Grátis
300 - Atos de Registro Civil	340 - Outros atos do registro civil e expedição da respectiva certidão			Grátis
300 - Atos de Registro Civil	350 - Certidões adicionais dos atos do registro civil			R\$ - Ouro 5,00
400 - Atos Notariais	410 - Reconhecimento de assinatura ou legalização de documento não passado na Repartição Consular	410.1	Quando destinado à cobrança de pensões do Estado, vencimentos de serviço público, para efeitos de saque de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) mediante termo de compromisso com a Caixa Econômica Federal, por aposentadoria ou, ainda, por reforma.	Grátis
400 - Atos Notariais	410 - Reconhecimento de assinatura ou legalização de documento não passado na Repartição Consular	410.2	Quando destinado a documentos escolares, para cada documento e até um máximo de três documentos relativos à mesma pessoa	R\$ - Ouro 5,00
400 - Atos Notariais	410 - Reconhecimento	410.3	Quando destinado a documentos escolares,	R\$ - Ouro 15,00

	de assinatura ou legalização de documento não passado na Repartição Consular		havendo mais de três documentos relativos à mesma pessoa, os documentos poderão ser reunidos em maço e feita uma única legalização	
400 - Atos Notariais	410 - Reconhecimento de assinatura ou legalização de documento não passado na Repartição Consular	410.4	Quando destinado a outros documentos não mencionados acima, do no 410.1 ao 410.3: para cada documento, na assinatura que não seja repetida, ou pela legalização do reconhecimento notarial	R\$ - Ouro 20,00
400 - Atos Notariais	410 - Reconhecimento de assinatura ou legalização de documento não passado na Repartição Consular	410.5	Quando destinado a outros documentos não mencionados acima, do no 410.1 ao 410.4 e se houver mais de três documentos, do interesse da mesma pessoa física ou jurídica, já reunidos em maço e com reconhecimento notarial, a legalização será feita mediante o reconhecimento da firma do notário	R\$ - Ouro 60,00
400 - Atos Notariais	420 - Pública Forma	420.1	Pública Forma: documento escrito em idioma nacional	Ver Detalhar
400 - Atos Notariais	420 - Pública Forma	420.2	Pública Forma: documento escrito em idioma estrangeiro	Ver Detalhar
400 - Atos Notariais	430 - Autenticação de Cópias de Documentos	430.1	para cada documento copiado na Repartição (Se o documento for escrito em idioma nacional)	R\$ - Ouro 10,00
400 - Atos Notariais	430 - Autenticação de Cópias de Documentos	430.2	para cada documento copiado fora da Repartição (Se o documento for escrito em idioma nacional)	R\$ - Ouro 5,00
400 - Atos Notariais	430 - Autenticação de Cópias de Documentos	430.3	para cada documento copiado na Repartição (Se o documento for escrito em idioma estrangeiro)	R\$ - Ouro 15,00
400 - Atos Notariais	430 - Autenticação de Cópias de Documentos	430.4	para cada documento copiado fora da Repartição (Se o documento for escrito em idioma estrangeiro)	R\$ - Ouro 10,00
400 - Atos Notariais	440 - Procurações ou Substabelecimentos, lavrados nos Livros da Repartição Consular, incluído o Primeiro Traslado	440.1	Para cobrança ou cessação do pagamento de pensões do Estado, vencimentos de serviço público, aposentadoria ou reforma	R\$ - Ouro 5,00
400 - Atos Notariais	440 - Procurações ou	440.2	Para os demais efeitos que não os mencionados no	R\$ - Ouro 20,00

	Substabelecimento s, lavrados nos Livros da Repartição Consular, incluído o Primeiro Traslado		nº440.1, por outorgante (cobrado apenas um emolumento quando os outorgantes forem: marido e mulher; irmãos e co-herdeiros para o inventário e herança comum; ou representantes de universidades, cabido, conselho, irmandade, confraria, sociedade comercial, científica, literária, ou artística)	
400 - Atos Notariais	440 - Procurações ou Substabelecimento s, lavrados nos Livros da Repartição Consular, incluído o Primeiro Traslado	440.3	no caso do nº440.1 (Por segundo traslado de procuração, ou substabelecimento)	R\$ - Ouro 5,00
400 - Atos Notariais	440 - Procurações ou Substabelecimento s, lavrados nos Livros da Repartição Consular, incluído o Primeiro Traslado	440.4	no caso do nº 440.2 (Por segundo traslado de procuração, ou substabelecimento)	R\$ - Ouro 10,00
400 - Atos Notariais	450 - Sucessão	450.1	Lavratura de testamento público	R\$ - Ouro 30,00
400 - Atos Notariais	450 - Sucessão	450.2	Termo de aprovação de testamento cerrado e respectiva certidão	R\$ - Ouro 20,00
400 - Atos Notariais	460 - Escrituras e Registros de Títulos e Documentos	460.1	Escríptura tomada por termo no livro de Escrituras e Registro de Títulos e Documentos da Repartição e expedição da respectiva certidão	R\$ - Ouro 15,00
400 - Atos Notariais	460 - Escrituras e Registros de Títulos e Documentos	460.2	Escríptura e registro de qualquer contrato e expedição da respectiva certidão	Ver Detalhar
400 - Atos Notariais	460 - Escrituras e Registros de Títulos e Documentos	460.3	Registro de quaisquer outros documentos no livro de Escrituras e Registros de Títulos e Documentos da Repartição e expedição da respectiva certidão	Ver Detalhar
400 - Atos Notariais	460 - Escrituras e Registros de Títulos e Documentos	460.4	Registro de quaisquer outros documentos, em idioma estrangeiro, no livro de Escrituras e Registros de Títulos e Documentos da Repartição e expedição da respectiva certidão	Ver Detalhar
400 - Atos Notariais	470 - Certidões adicionais	470.1	Por certidões adicionais dos documentos previstos nos Grupos 450 e 460	R\$ - Ouro 10,00

500 - Atestados ou Certificados Consulares	510 - Certificado de vida			R\$ - Ouro 5,00
500 - Atestados ou Certificados Consulares	520 - Quaisquer outros atestados, certificados ou declarações consulares, inclusive o certificado de residência.			R\$ - Ouro 15,00
500 - Atestados ou Certificados Consulares	530 - Legalização de documento expedido por autoridade brasileira			R\$ - Ouro 5,00
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.1	Registro de nomeação de capitão, por mudança de comando, e expedição da respectiva certidão	R\$ - Ouro 20,00
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.10	Registro provisório de embarcação, nomeação de capitão, legalização da Lista de Tripulantes e expedição do respectivo Passaporte Extraordinário de Autoridade consular brasileira	R\$ - Ouro 100,00
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.11	Isenção quando tratar de: (a) navio com menos de cinco anos de construção; ou (b) mandado construir por empresa de navegação legalmente organizada e funcionando no Brasil; ou (c) de embarcações montadas ou desmontadas que se destinem à navegação de cabotagem	Grátis
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.12	Visto em diários de bordo	R\$ - Ouro 10,00
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.13	Isenção quando se tratar de embarcações brasileiras procedentes da Argentina e destinada aos portos nacionais do Rio Uruguai, ou de abertura de diário de bordo quando do registro provisório da embarcação	Grátis
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.2	Ratificação de movimentação havida na Lista de Tripulantes para cada tripulante embarcado ou desembarcado	R\$ - Ouro 10,00
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.3	Averbação na lista de tripulantes de alterações de função havidas na tripulação	R\$ - Ouro 10,00

600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.4	Registro de contrato de afretamento no Livro de Escrituras e Registro de Títulos e Documentos, e expedição da respectiva certidão	R\$ - Ouro 50,00
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.5	Registro de protesto Marítimo no Livro de Escrituras e Registro de Títulos e Documentos, e expedição da respectiva certidão	R\$ - Ouro 30,00
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.6	Interrogatório de Testemunha, e expedição do respectivo traslado por testemunha	R\$ - Ouro 30,00
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.7	Nomeação de Peritos e expedição do respectivo registro de nomeação, por perito nomeado	R\$ - Ouro 20,00
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.8	Registro de vistoria da embarcação no Livro de Escrituras e Registro de Títulos e Documentos e expedição da respectiva certidão	R\$ - Ouro 30,00
600 - Atos Referentes à Navegação	610 - Atos de Navegação - Diversos	610.9	Registro provisório de embarcação e expedição de certificado provisório de propriedade	R\$ - Ouro 20,00
600 - Atos Referentes à Navegação	620 - Inventário de uma embarcação	620.1	de até 200 toneladas	R\$ - Ouro 30,00
600 - Atos Referentes à Navegação	620 - Inventário de uma embarcação	620.2	de mais de 200 toneladas	R\$ - Ouro 60,00
600 - Atos Referentes à Navegação	630 - Assistência da Autoridade consular a vistorias de mercadorias	630.1	a bordo	R\$ - Ouro 100,00
600 - Atos Referentes à Navegação	630 - Assistência da Autoridade consular a vistorias de mercadorias	630.2	em terra (quando permitida essa assistência pela lei local)	R\$ - Ouro 60,00
600 - Atos Referentes à Navegação	630 - Assistência da Autoridade consular a vistorias de mercadorias	630.3	Assistência da Autoridade consular em venda ou leilão de mercadoria avaria, pertencente à carga de uma embarcação (sobre o preço de venda)	2.0%
600 - Atos Referentes à Navegação	630 - Assistência da Autoridade consular a vistorias de mercadorias	630.4	Assistência da Autoridade Consular na arrecadação ou venda de objetos pertencentes a navio ou casco naufragado (sobre a avaliação ou venda)	3.0%
600 - Atos Referentes à Navegação	640 - Mudanças de Bandeira	640.1	Nacional para estrangeira, inclusive o registro e a recepção em depósito dos	0.2%

			papéis da embarcação, no caso de venda da embarcação: sobre o preço de venda	
600 – Atos Referentes à Navegação	640 – Mudanças de Bandeira	640.2	De bandeira estrangeira para nacional no caso de compra de embarcação (título de inscrição)	0.2%
600 – Atos Referentes à Navegação	640 – Mudanças de Bandeira	640.3	Mudanças de bandeira nacional para estrangeira, inclusive o registro e a recepção em depósito dos papéis da embarcação, no caso de arrendamento: sobre o preço do arrendamento anual	0.2%
600 – Atos Referentes à Navegação	640 – Mudanças de Bandeira	640.4	Pela mesma operação do item 630.3, mas de bandeira estrangeira para nacional: sobre o preço de arrendamento anual	0.2%
700 – Isenções de Emolumentos	710 - São isentos de emolumentos, inclusive aqueles relativos a consulta, os vistos em documento de viagem estrangeiro ou de Organização de que o Brasil faça parte:			
700 – Isenções de Emolumentos	710 - São isentos de emolumentos, inclusive aqueles relativos a consulta, os vistos em documento de viagem estrangeiro ou de Organização de que o Brasil faça parte:	710.1	Diplomáticos	Grátis
700 – Isenções de Emolumentos	710 - São isentos de emolumentos, inclusive aqueles relativos a consulta, os vistos em documento de viagem estrangeiro ou de Organização de que o Brasil faça parte:	710.13	VICOR JO - Membros da Família Olímpica e Paralímpica, atletas e voluntários credenciados para o Rio 2016	Grátis
700 – Isenções de Emolumentos	710 - São isentos de emolumentos, inclusive aqueles relativos a consulta, os vistos em documento de viagem estrangeiro ou de Organização de que o Brasil faça parte:	710.2	Oficiais	Grátis

	faça parte:			
700 - Isenções de Emolumentos	710 - São isentos de emolumentos, inclusive aqueles relativos a consulta, os vistos em documento de viagem estrangeiro ou de Organização de que o Brasil faça parte:	710.3	De cortesia	Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	710 - São isentos de emolumentos, inclusive aqueles relativos a consulta, os vistos em documento de viagem estrangeiro ou de Organização de que o Brasil faça parte:	710.4	De visita ou temporário, se concedidos a titulares de passaporte diplomático ou de serviço	Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	710 - São isentos de emolumentos, inclusive aqueles relativos a consulta, os vistos em documento de viagem estrangeiro ou de Organização de que o Brasil faça parte:	710.5	Regulados por acordo que conceda a gratuidade.	Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	720 - São isentas de emolumentos as legalizações de cartas de doação a entidades científicas, educacionais ou de assistência social que não tenham fins lucrativos ou quando a isenção for prevista em Acordo			Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	730 - São isentos de pagamento de emolumentos nos documentos em que forem parte:	730.1	A União Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ou quando determinado por mandato judicial	Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	730 - São isentos de pagamento de emolumentos nos documentos em que forem parte:	730.2	Os Governos dos Estados estrangeiros	Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	730 - São isentos de pagamento de emolumentos nos documentos em que forem parte:	730.3	As Missões Diplomáticas e Repartições Consulares estrangeiras	Grátis
700 - Isenções de	730 - São isentos	730.4	Os funcionários das	Grátis

Emolumentos	de pagamento de emolumentos nos documentos em que forem parte:		Missões diplomáticas e Repartições consulares estrangeiras nos documentos em que intervenham em caráter oficial	
700 - Isenções de Emolumentos	730 - São isentos de pagamento de emolumentos nos documentos em que forem parte:	730.5	A Organização das Nações Unidas e suas agências	Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	730 - São isentos de pagamento de emolumentos nos documentos em que forem parte:	730.6	A Organização dos Estados Americanos e suas agências	Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	730 - São isentos de pagamento de emolumentos nos documentos em que forem parte:	730.7	Os representantes das Organizações e agências mencionadas nos itens 730.5 e 730.6, nos documentos em que intervenham em caráter oficial	Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	730 - São isentos de pagamento de emolumentos nos documentos em que forem parte:	730.8	O Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, e sua agência	Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	730 - São isentos de pagamento de emolumentos nos documentos em que forem parte:	730.9	O Instituto de Assuntos Interamericanos	Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	730.1 - São isentos de pagamento de emolumentos nos documentos em que forem parte: A União Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ou quando determinado por mandato judicial			Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	740 - É isento de pagamento de emolumentos o Alistamento Militar			Grátis
700 - Isenções de Emolumentos	750 - É isento de pagamento o reconhecimento de firma em Autorização de Viagem para Menor			Grátis
700 - Isenções de	760 - Atos notariais			Grátis

Emolumentos	relativos ao processamento de documentação para solicitação do saque do FGTS no exterior			
700 – Isenções de Emolumentos	770 - Legalização feita gratuitamente, mediante consulta e autorização expressa da SERE			Grátis
700 – Isenções de Emolumentos	770 - Legalização feita gratuitamente, mediante consulta e autorização expressa da SERE	770		Grátis
800 – Geração de CPF	800 – Geração de CPF	800	Geração de CPF	Grátis
800 – Geração de CPF	800 – Geração de CPF	800.1	Correção de CPF	Grátis

§ 1º Os valores dos emolumentos consulares e taxas poderão ser atualizados com base nos índices estabelecidos na legislação aplicável.

§ 2º Os valores das taxas e emolumentos consulares poderão ser ajustados com vistas a assegurar a reciprocidade de tratamento.

§3º Não serão cobrados emolumentos pela concessão de:

I- vistos diplomáticos, oficiais e de cortesia;

II – vistos em passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço, ou equivalentes, mediante reciprocidade de tratamento aos portadores de documento de viagem similar brasileiro.

Art. 114º. Regulamento poderá estabelecer competências para os órgãos do Poder Executivo disciplinarem aspectos específicos desta Lei.

Art. 115º. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 232-A. Promover, por qualquer meio, com o fim de obter

vantagem econômica, a entrada ilegal de estrangeiro no território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro.

Pena: reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um sexto a um terço se:

I – o crime é cometido com violência; ou

II - se a vítima for submetida a condições desumanas ou degradantes;

§ 2º As penas previstas para esse crime serão aplicadas sem prejuízo das correspondentes às infrações conexas." (NR)

Art. 116º. Ficam revogadas as expulsões decretadas antes de 05 de outubro de 1988.

Parágrafo único. O órgão competente do Poder Executivo disporá sobre os critérios para revogação e escalonamento da vigência das medidas expulsórias decretadas após 05 de outubro de 1988.

Art. 117º. Ficam revogadas:

I - a Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949; e

II - a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 - Estatuto do Estrangeiro.

Art. 118º. Esta Lei entra em vigor no prazo de um ano da data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

43

, Relator

43



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 288, DE 2013

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DOS DIREITOS DOS IMIGRANTES

CAPÍTULO I

Dos princípios e garantias

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e regula a entrada e estada de estrangeiros na República Federativa do Brasil.

§ 1º Entende-se por “imigrante” todo estrangeiro que transite, trabalhe ou resida e se estabeleça transitória, temporária ou definitivamente no País.

§ 2º Para os fins desta Lei, não será considerado imigrante o turista e outras pessoas sem pretensão de se estabelecer no País.

2

§ 3º A presente Lei não afeta a aplicação de normas internas e internacionais sobre refugiados, asilados, apátridas, agentes e pessoal diplomático ou consular, funcionários de organização internacional, e seus familiares.

Art. 2º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios:

I - interdependência, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos dos imigrantes, decorrentes de tratados dos quais o Brasil seja parte;

II - repúdio à xenofobia, ao racismo e quaisquer formas de discriminação;

III - não criminalização da imigração;

IV - não discriminação quanto aos critérios e procedimentos de admissão de imigrantes no território nacional;

V - promoção de entrada regular e de regularização migratória;

VI - acolhida humanitária;

VII - incentivo à admissão de mão de obra especializada necessária ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico do Brasil, à captação de recursos e à geração de emprego e renda;

VIII - facilitação de entrada temporária de estrangeiros a fim de estimular o comércio, o turismo, as relações internacionais e as atividades culturais, esportivas, científicas e tecnológicas;

IX - garantia do direito a reunião familiar dos imigrantes;

X - igualdade de tratamento e de oportunidade aos imigrantes, sem prejuízo de tratado mais benéfico que o disposto nessa lei;

XI - integração dos imigrantes documentados ou regulares no trabalho e na sociedade brasileira mediante política pública específica;

XII - acesso igualitário e livre aos serviços sociais, bens públicos, saúde, educação, justiça, trabalho, moradia, serviço bancário, emprego e previdência social;

XIII - promoção e difusão dos direitos, liberdades, garantias e obrigações dos imigrantes;

XIV - diálogo social na definição de políticas migratórias e promoção da participação dos imigrantes nas decisões públicas;

XV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e livre-circulação de pessoas;

XVI - cooperação internacional com Estados de origem, trânsito e destino de movimentos migratórios a fim de garantir maior proteção de direitos humanos dos migrantes;

XVII - promoção da justiça internacional penal e combate ao crime organizado transnacional.

CAPÍTULO II

Dos direitos e garantias dos imigrantes

Art. 3º Ao imigrante é garantida, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como assegurados:

I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;

II - direito a liberdade de circulação no território nacional;

III - direito à reunião familiar dos imigrantes com seus cônjuges e companheiros, filhos e familiares dele dependentes;

IV - medidas de proteção às vítimas e testemunhas de tráfico de pessoas e de migrantes;

V - direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a seu país de origem, observada a legislação aplicável;

VI - direito de reunião para fins pacíficos;

4

VII - direito de associação para fins lícitos;

VIII - acesso aos serviços públicos de saúde e de assistência social, nos termos da lei;

IX - amplo acesso à justiça, inclusive com concessão de gratuidade, desde que cumpridos os requisitos legais;

X - acesso à educação;

XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador;

XII- medidas destinadas a promover a integração do imigrante nas respectivas comunidades locais.

Parágrafo único. Os direitos e garantias previstos nesta Lei serão exercidos em observância ao disposto na Constituição, independentemente da situação migratória, e não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja parte, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.

TÍTULO II

DOS DOCUMENTOS

CAPÍTULO I

Dos tipos de visto

Art. 4º Ao estrangeiro que pretenda ingressar ou permanecer no território nacional poderá ser concedido visto:

I – de trânsito;

II – de turismo;

III - de negócios;

- IV – temporário;
- V – permanente;
- VI – diplomático;
- VII – oficial; e
- VIII – de cortesia.

CAPÍTULO II

Do visto de trânsito

Art. 5º O visto de trânsito poderá ser concedido ao estrangeiro que tenha de ingressar em território nacional para atingir o país de destino.

§ 1º O visto de trânsito será concedido para no máximo dois ingressos durante o período de seis meses pelo prazo de até dez dias cada, improrrogáveis.

§ 2º Não será exigido visto de trânsito para viagens em que o meio de transporte utilizado tenha escalas ou conexões em território nacional, desde que o estrangeiro permaneça na área de trânsito.

CAPÍTULO III

Do visto de turismo e negócios

Art. 6º O visto de turismo e negócios poderá ser concedido ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita ou a negócios, sem finalidade migratória.

Parágrafo único. O visto de negócios poderá ser concedido a profissional estrangeiro, inclusive cientista, professor ou pesquisador, e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação que pretendam vir ao Brasil para participar de reuniões ou encontros de negócios, conferências, seminários, congressos, programas de capacitação ou treinamento, desde que esses eventos estejam diretamente relacionados à sua atividade profissional ou área de pesquisa e estudo.

6

Art. 7º O prazo de validade do visto de turismo e negócios será de até dez anos, observada a reciprocidade, e permitirá múltiplas entradas no Brasil, com estadas não excedentes a noventa dias, prorrogáveis por igual período, totalizando o máximo de cento e oitenta dias a cada doze meses.

Art. 8º O visto de turismo e de negócios poderá ser dispensado com base na reciprocidade de tratamento a brasileiros, observado o prazo máximo de estada previsto nesta Lei.

Art. 9º É vedado ao beneficiário de visto de turismo e de negócios exercer atividade remunerada no Brasil.

Parágrafo único. O beneficiário de visto de negócios poderá receber pagamentos do governo ou de empregador brasileiro a título de diária, ajuda de custo e outras despesas com a viagem.

CAPÍTULO IV

Do visto temporário

Art. 10. O visto temporário poderá ser concedido a estrangeiros que se encontrem nas seguintes situações:

I – estudante;

II – trabalhador, em atividades a serem exercidas em caráter temporário em território nacional;

III –tratamento de saúde;

IV –necessidade de acolhimento humanitário;

V –reunião familiar.

§ 1º O visto temporário de estudo poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil para frequentar curso regular com a finalidade de realizar intercâmbio de estudo e pesquisa, cultural ou profissional.

§ 2º O visto temporário de estudo poderá ser concedido pelo prazo de até um ano, podendo ser prorrogado mediante a comprovação de aproveitamento no curso.

§ 3º O visto temporário de trabalho poderá ser concedido ao estrangeiro, com ou sem vínculo empregatício no Brasil, pelo prazo de até um ano, prorrogável pelo tempo de duração de seu contrato de trabalho ou da prestação de seus serviços.

§ 4º O visto temporário para tratamento de saúde, sem prejuízo do direito à saúde dos imigrantes aqui estabelecidos, poderá ser concedido, em caráter excepcional, a estrangeiro e a único acompanhante, que comprove capacidade para custear seu tratamento e meios de subsistência suficientes para sua manutenção durante o período em que este for realizado, por recurso próprio, seguro válido no território nacional, certificado de prestação de serviço de saúde previsto em acordo internacional.

§ 5º O visto temporário para fins humanitários poderá ser concedido, pelo prazo de até um ano, prorrogável pelo período que persistirem as razões humanitárias que motivaram sua concessão, independentemente da situação migratória do estrangeiro, desde que ele não reúna as condições para obtenção de outra categoria de visto.

§ 6º O visto para reunião familiar poderá ser concedido em caráter temporário ou permanente, na forma do disposto no art. 20.

CAPÍTULO V

Do visto permanente

Art. 11. O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil, satisfeita uma das seguintes condições:

I – possuir filho brasileiro, residente no Brasil, que esteja sob sua guarda ou dependência econômica, ou brasileiro sob sua tutela;

II – casar com brasileiro ou ter companheiro brasileiro, sem distinção de gênero ou orientação sexual;

III – ser reconhecido enquanto refugiado ou beneficiado por concessão de asilo pelas autoridades competentes;

IV – ser vítima de tráfico de pessoas;

V – pleitear reunião familiar;

VI – ser beneficiário de acordo internacional;

VII – tiver perdido a nacionalidade brasileira e não quiser ou não puder readquiri-la, ou por ela não quiser optar;

VIII – tiver notório conhecimento em sua área de atuação profissional e puder prestar serviços relevantes ao Brasil, nos termos do regulamento desta Lei;

IX – realizar investimento produtivo que contemple empregos diretos em número satisfatório, nos termos de regulamento, considerada a localidade do empreendimento no Brasil, e que promova, de maneira direta ou indireta, o desenvolvimento econômico, social ou tecnológico do local onde for instalado;

X – tiver residido no Brasil como permanente e perdido essa condição em razão de ausência do País justificada por estudos de graduação ou pós-graduação, treinamento profissional, atividade de pesquisa ou atividade profissional a serviço do Governo brasileiro;

XI – tiver sido empregado em missão diplomática ou em repartição consular do Brasil por mais de dez anos ininterruptos.

§ 1º Somente poderá requerer visto permanente o estrangeiro em situação migratória regular, salvo no caso de ter filho ou cônjuge brasileiro, ter brasileiro sob tutela, ser vítima de tráfico de pessoas ou ser beneficiado por acordo internacional.

§ 2º Não se concederá a permanência a estrangeiro condenado criminalmente no Brasil ou no exterior, desde que a conduta esteja tipificada na legislação penal brasileira e ressalvadas infrações de menor potencial ofensivo.

§ 3º A exigência de guarda prevista no inciso I poderá ser substituída por comprovação de pagamento de pensão alimentícia judicialmente fixada, sem prejuízo de seus deveres parentais estipulados na legislação brasileira.

§ 4º O casamento ou união estável entre brasileiro e estrangeiro dará direito à permanência se este não tiver sido condenado criminalmente no Brasil ou no exterior.

§ 5º No caso do inciso III, a permanência de refugiado ou asilado depende de estar ele residindo no Brasil há no mínimo cinco anos, nos termos de regulação de órgão competente.

§ 6º No caso do inciso IV, será considerado tráfico de pessoas o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude,

ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º, o termo “exploração” incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

§ 8º A concessão da permanência por tráfico de pessoa considerará:

I - a situação de vulnerabilidade social ou econômica ou psicológica, dentre outras, que, no seu país de origem, possibilite uma revitimização, independentemente de colaborar com a investigação ou processo criminal;

II – a existência de coação ou exposição a grave ameaça ao estrangeiro na condição de vítima do crime de tráfico de pessoas, em razão de colaborar com a investigação ou processo criminal no Brasil ou em outro país;

III – necessidade da vítima, em razão da violência sofrida, a de assistência de um dos serviços prestados no Brasil, independentemente de colaborar com a investigação ou processo criminal.

§ 9º No caso do inciso VIII deste artigo, será necessária a comprovação de compromisso, mediante a admissão no serviço público ou contrato de trabalho, para exercício de atividade pelo prazo superior a dois anos.

CAPÍTULO VI

Dos vistos diplomático e oficial e de cortesia

Art. 12. Os vistos diplomático, oficial e de cortesia serão concedidos, prorrogados ou dispensados pela autoridade nacional competente, na forma do regulamento.

§ 1º O visto diplomático, oficial ou de cortesia poderá ser transformado em residência temporária ou permanente, ouvida a autoridade nacional competente, mediante o preenchimento das condições para a concessão da residência.

10

§ 2º A transformação do visto diplomático, oficial ou de cortesia em temporário ou permanente importará na cessação de todas as prerrogativas, privilégios e imunidades decorrentes daqueles vistos.

Art. 13. O portador de visto diplomático ou oficial somente poderá ser remunerado por Estado estrangeiro, organização ou agência internacional de caráter intergovernamental com representação no Brasil, salvo o disposto em acordo internacional que contenha cláusula específica sobre o assunto.

Art. 14. O portador de visto de cortesia é empregado particular de portador de visto diplomático e somente poderá exercer atividade remunerada para a pessoa pela qual foi contratado.

Parágrafo único. A pessoa contratante será responsável pela saída do empregado do território nacional, no prazo de trinta dias, contados da data em que cessar o vínculo empregatício, salvo se o portador de visto de cortesia solicitar e for concedida a transformação de seu visto em temporário ou permanente.

Art. 15. Ao titular de quaisquer dos vistos referidos neste Capítulo não se aplica o disposto na legislação trabalhista brasileira.

Art. 16. Os vistos definidos nesta Lei poderão ser transformados em oficial ou diplomático, depois de ouvida a autoridade nacional competente.

CAPÍTULO VII

Do asilado

Art. 17. O asilo político, que se constitui em ato discricionário do Estado, poderá ser diplomático ou territorial, e será outorgado como instrumento de proteção à pessoa.

Art. 18. Não se considerará asilo a quem tenha cometido crime contra a humanidade, crime de guerra ou genocídio.

Art. 19. A saída do asilado do País sem prévia autorização da autoridade competente implica renúncia ao asilo e impede o reingresso nessa condição.

11
CAPÍTULO VIII

Da reunião familiar

Art. 20. O visto temporário ou permanente para fins de reunião familiar poderá ser concedido ao estrangeiro:

I – cônjuge, companheiro ou filho de brasileiro ou de estrangeiro beneficiário de visto temporário ou permanente;

II – ascendente, descendente a partir de segundo grau e irmão de brasileiro ou de estrangeiro beneficiário de visto temporário ou permanente, desde que comprovada a necessidade de seu amparo por não ter condições de prover seu próprio sustento ou por se tratar de idoso, de pessoa com deficiência ou enfermidade grave.

Parágrafo único. O visto recebido, se temporário ou permanente, será equivalente ao do titular a quem se está reunindo, e, se este for brasileiro, o visto será permanente.

CAPÍTULO IX

Disposições gerais

Art. 21. O pedido formal de visto temporário ou permanente implica autorização provisória de residência, até a decisão final sobre a concessão do visto solicitado, mesmo que o requerente não tenha documento válido, nos termos dessa Lei.

Parágrafo único. Não será concedido visto e será impedida a entrada em território nacional de quem tenha cometido crime hediondo, crime contra a ordem constitucional e o Estado Democrático ou terrorismo, segundo a legislação nacional, e, nos termos definidos pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, crime contra a humanidade, crime de guerra ou genocídio.

Art. 22. Na hipótese de vencimento de visto caberá ao estrangeiro requerer sua prorrogação ou transformação.

Art. 23. O imigrante, temporário ou permanente, poderá solicitar inscrição em entidade fiscalizadora de exercício de profissão, nos termos da legislação específica.

12

Art. 24. Pela concessão de visto de turista, visto temporário e visto permanente, serão cobradas taxas, ressalvado o disposto em acordos internacionais de gratuidade.

Art. 25. A posse ou propriedade de bens no Brasil não confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza ou autorização de residência no território nacional.

TÍTULO III

DA REPATRIAÇÃO, DA DEPORTAÇÃO E DA EXPULSÃO

CAPÍTULO I

Da repatriação

Art. 26. A repatriação consiste no impedimento do ingresso de estrangeiro sem documentação adequada à entrada ou estada no território nacional que esteja em área de aeroporto, porto ou posto de fronteira, mediante despacho da autoridade competente pela respectiva área de fiscalização.

§ 1º Do despacho de que trata o *caput* deste artigo será feita imediata comunicação às autoridades superiores competentes e à autoridade consular do país de nacionalidade do estrangeiro, ou quem lhe representa.

§ 2º Este artigo não se aplica a refugiados, a apátridas e a situações humanitárias, nos termos desta Lei, de outras normas internas e de tratados.

§ 3º Na impossibilidade de retirada imediata de estrangeiro, poderá ser permitida sua entrada condicional, nos termos de regulamentação desta Lei.

CAPÍTULO II

Da deportação

Art. 27. A deportação consiste na retirada compulsória do estrangeiro em caso de não possuir documentação adequada para sua entrada ou estada no território nacional.

13

§ 1º A autoridade competente notificará o estrangeiro para que se retire do território nacional em prazo improrrogável a ser fixado entre o mínimo de 3 (três) e o máximo de 8 (oito) dias.

§ 2º Em situações excepcionais, poderá ser concedido prazo superior pela autoridade competente ao máximo estipulado no § 2º, devendo o estrangeiro pessoalmente comparecer em periodicidade semanal perante a autoridade competente para informar seu domicílio e atividades.

Art. 28. A deportação não exclui eventuais direitos trabalhistas do imigrante adquiridos em relações de trabalho no Brasil.

CAPÍTULO III

Da expulsão

Art. 29. A expulsão consiste em medida administrativa de retirada compulsória de imigrante que cometer crime, salvo os de menor potencial ofensivo segundo a lei brasileira.

§ 1º O juiz remeterá à autoridade competente, de ofício, até trinta dias após o trânsito em julgado, cópia da sentença condenatória de imigrante autor de crime e deverá, ainda, comunicar-lhe a concessão de livramento condicional, de progressão do cumprimento da pena para o regime semiaberto ou aberto e a suspensão condicional do processo ou da pena.

§ 2º A expulsão deverá ser precedida de inquérito e procedimento próprios, nos termos desta Lei e de regulamento.

§ 3º Caberá pedido de reconsideração do ato de expulsão à autoridade superior a que o determinou, no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua publicação.

Art. 30. Não se procederá à expulsão quando o imigrante tiver:

I - filho brasileiro que esteja sob sua guarda ou dependência econômica ou brasileiro sob sua tutela, que tenha sido gerado ou reconhecido antes do fato gerador da medida expulsória, sendo necessário em ambos os casos a fixação de residência em território brasileiro;

14

II - cônjuge ou companheiro brasileiro, sem distinção de gênero ou orientação sexual, reconhecido judicial ou legalmente antes do fato gerador da medida expulsória; ou

III- ingressado no Brasil nos dez primeiros anos de vida, residindo regular e continuamente no País desde então.

Art. 31. A expulsão será efetivada após executada a pena que a motivou.

Parágrafo único. A expulsão poderá efetivar-se ainda que haja processo criminal em tramitação ou em fase de execução da pena, desde que haja razões de segurança pública ou política penitenciária, por motivos humanitários em função de doença grave, ou acordo internacional de transferência de preso.

Art. 32. A expulsão poderá ser revogada, a pedido, quando comprovado que o imigrante é réu primário e exerce atividade laboral, desde que decorridos pelo menos 10 (dez) anos da sua efetivação, salvo se tenha cometido crime hediondo, crime contra a ordem constitucional e o Estado Democrático ou terrorismo, segundo a legislação nacional, e, nos termos definidos pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, crime contra a humanidade, crime de guerra e genocídio.

Art. 33. O imigrante que responda a processo penal não transitado em julgado passível de expulsão, que esteja em liberdade ou cuja prisão não tenha sido decretada, deverá comparecer semanalmente perante a autoridade competente para informar sobre seu endereço, atividades e cumprimento de outras condições que lhe forem impostas.

Parágrafo único. Descumprida qualquer das condições estabelecidas no *caput*, a autoridade competente poderá, a qualquer tempo, solicitar a prisão do estrangeiro à autoridade judicial.

CAPÍTULO IV

Disposições gerais

Art. 34. A repatriação, a deportação e a expulsão serão feitas para o país da nacionalidade ou de procedência do estrangeiro, ou para outro que consinta em recebê-lo, ressalvadas as hipóteses previstas em acordos internacionais dos quais o Brasil seja parte.

15

Art. 35. A efetivação da repatriação, deportação e expulsão poderá ser adiada enquanto a medida colocar em risco à vida do interessado.

Art. 36. Não se procederá à repatriação, deportação ou expulsão se a medida implicar extradição não admitida pela legislação brasileira.

Art. 37. Apurada a responsabilidade de pessoa física ou jurídica que houver transportado o estrangeiro, as despesas decorrentes da repatriação e da deportação serão por eles custeadas.

§ 1º As despesas com a repatriação, deportação e expulsão do imigrante, não podendo este ou terceiro por ela responder, serão custeadas pela União.

§ 2º O repatriado, deportado ou expulso só poderá reingressar no território brasileiro se ressarcir à União as despesas por ela custeadas com a sua repatriação, deportação ou expulsão e efetuar, se for o caso, o pagamento da multa devida à época, com valores atualizados.

Art. 38. A deportação e a expulsão deverão resultar de procedimentos que garantam o contraditório e a ampla defesa.

TÍTULO IV

DA NATURALIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Das condições da naturalização

Art. 39. A naturalização pode ser:

I - ordinária;

II - extraordinária;

III – especial; ou

IV - provisória.

16

Art. 40. São condições para a concessão da naturalização ordinária:

I - ter capacidade civil, segundo a lei brasileira;

II - ser registrado como permanente no Brasil;

III - ter residência ininterrupta no território nacional, pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização;

IV - ler e escrever na língua portuguesa, considerados limites de pessoa com deficiência;

V - comprovar meio de subsistência;

VI - não estar respondendo a processo criminal, nem ter sido condenado penalmente por crime, no Brasil ou no exterior, salvo os de menor potencial ofensivo, segundo a lei brasileira.

§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se ininterrupta a residência se a soma dos períodos de ausência do imigrante do território nacional não ultrapassar cento e vinte dias alternados.

§ 2º A naturalização ordinária será concedida aos originários de países de língua portuguesa que residam no Brasil há pelo menos um ano e que atendam às condições previstas nos incisos I e VI do *caput*.

Art. 41. São condições para a concessão da naturalização extraordinária:

I - ter capacidade civil, segundo a lei brasileira;

II - ter residência ininterrupta no território nacional, pelo prazo mínimo de quinze anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização;

III - não estar respondendo a processo criminal, nem ter sido condenado penalmente por crime, no Brasil ou no exterior, salvo os de menor potencial ofensivo segundo a lei brasileira.

Parágrafo único. Para os fins do *caput* deste artigo, considera-se ininterrupta a residência se a soma dos períodos de ausência do migrante do território nacional não ultrapassar quatrocentos e cinquenta dias alternados.

Art. 42. A naturalização especial poderá ser concedida ao estrangeiro que se encontre em uma das seguintes situações:

I - casado ou companheiro há mais de cinco anos com diplomata brasileiro em atividade;

II – ter sido empregado em missão diplomática ou em repartição consular do Brasil por mais de dez anos ininterruptos.

Art. 43. São requisitos para a concessão da naturalização especial:

I - ter estada comprovada no Brasil por, no mínimo, um ano imediatamente anterior ao pedido de naturalização;

II - ter capacidade civil, segundo a lei brasileira;

III - ler e escrever na língua portuguesa, considerados limites de pessoa com deficiência;

IV - não estar respondendo a processo criminal, nem ter sido condenado penalmente por crime, no Brasil e no exterior, salvo os de menor potencial ofensivo segundo a lei brasileira.

Art. 44. A naturalização provisória poderá ser concedida ao migrante criança ou adolescente, que tenha fixado residência no território nacional antes de completar dez anos de idade.

§ 1º A naturalização prevista no *caput* terá validade até dois anos depois de atingida a maioridade e deverá ser requerida junto à autoridade competente por intermédio do representante legal da criança ou adolescente.

§ 2º Os documentos de identificação oficiais terão data de validade máxima idêntica à prevista no certificado de naturalização provisória.

Art. 45. O titular do certificado de naturalização provisória poderá requerer à autoridade competente a naturalização definitiva, até dois anos após atingir a maioridade, desde que não esteja respondendo a processo criminal, nem tenha sido condenado penalmente por crime, no Brasil e no exterior, salvo os de menor potencial ofensivo segundo a lei brasileira.

18

Parágrafo único. Caso o naturalizado provisório não requeira a naturalização definitiva no prazo previsto no *caput*, poderá ter o registro permanente restabelecido desde que atenda a exigência prevista no *caput* do presente artigo.

Art. 46. Se o requerente figurar como réu em processo penal, o pedido de naturalização será indeferido, sem prejuízo de novo requerimento após o arquivamento do processo, trânsito em julgado da sentença absolutória ou cumprimento de pena por crime de menor potencial ofensivo.

Art. 47. No curso do processo de naturalização, o estrangeiro poderá requerer a tradução ou a adaptação de seu nome.

Parágrafo único. Qualquer mudança de nome ou prenome, posterior à naturalização, deverá ser solicitada seguindo a legislação brasileira.

Art. 48. Do indeferimento do pedido de naturalização caberá pedido de reconsideração, com as razões que o justifiquem, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, no prazo de quinze dias contados da data da publicação do ato.

Parágrafo único. Caberá recurso da decisão denegatória à autoridade hierarquicamente superior, no prazo de quinze dias, contados da data de publicação do ato.

Art. 49. No prazo de até seis meses após a concessão da naturalização, deverá o naturalizado comparecer perante a justiça eleitoral para o devido cadastramento, sob pena de sanção administrativa.

Art. 50. Verificada, a qualquer tempo, a falsidade de documento ou de declaração que justificaram o processo de naturalização, poder-se-á anular o ato de naturalização, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 1º A nulidade a que se refere o *caput* será processada administrativamente, sendo assegurado ao naturalizado o prazo de quinze dias para defesa, contados da notificação.

§ 2º Caberá recurso da decisão denegatória à autoridade hierarquicamente superior, no prazo de quinze dias, contados da data de publicação do ato.

CAPÍTULO II

Dos efeitos da naturalização

Art. 51. A naturalização só produz efeitos após a entrega formal do certificado e confere ao naturalizado o gozo de direitos civis e políticos, nos termos constitucionais e segundo sua capacidade civil.

Art. 52. A naturalização não se estende aos familiares do naturalizado, nem autoriza que estes entrem ou fixem residência no Brasil sem a observância das exigências desta Lei.

Art. 53. O naturalizado não poderá alegar, no Brasil, a condição de estrangeiro para eximir-se de qualquer dever a que esteja obrigado no território nacional.

CAPÍTULO III

Da perda da nacionalidade

Art. 54. O naturalizado perderá sua nacionalidade em razão de atividade nociva ao interesse nacional.

Parágrafo único. Considera-se atividade nociva ao interesse nacional, para efeito deste artigo, a condenação transitada em julgado de crime contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, terrorismo e, nos termos definidos pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídio.

TÍTULO V

DO EMIGRANTE BRASILEIRO

Art. 55. A proteção da dignidade do emigrante brasileiro no exterior deverá ser princípio a reger nossa política exterior.

Art. 56. O Brasil deverá combater o sequestro internacional de criança ou adolescente e prestar assistência a pai ou mãe brasileira, que resida ou pretenda residir no Brasil, sobre litígio de guarda de filho cujo outro genitor seja pessoa de nacionalidade estrangeira que resida no exterior.

Parágrafo único. As crianças, os adolescentes e os incapazes são regidos pela lei do domicílio de seus pais ou responsáveis; tendo os pais ou responsáveis

20

domicílios diversos, regerá a lei que resulte no melhor interesse da criança, do adolescente ou do incapaz.

Art. 57. Os tripulantes brasileiros contratados por embarcações ou armadoras estrangeiras, de cabotagem ou a longo curso, com sede ou filial no Brasil, e que explorem economicamente o mar territorial e a costa brasileira, terão direito a seguro a cargo do contratante, válido para todo o período da contratação, conforme o disposto no Registro de Embarcações Brasileiras (REB), contra acidentes de trabalho, invalidez total ou parcial ou morte, sem prejuízo de benefícios de apólice mais favorável vigente no exterior.

Art. 58. Todo emigrante brasileiro com mais de dois anos de residência no exterior, que decida retornar para o Brasil, poderá introduzir no País bens de sua propriedade destinados ao exercício de sua atividade profissional com isenção de direitos de importação e de taxas aduaneiras.

Art. 59 A União envidará esforços para viabilizar sepultamento condigno no exterior de emigrante brasileiro ou translado de seu corpo ao Brasil, conforme desejo da respectiva família e desde que devidamente comprovado estado de necessidade da família.

TÍTULO VI

DAS SANÇÕES

CAPÍTULO I

Do crime de tráfico internacional de pessoas para fins de migração

Art. 60. Promover, intermediar, facilitar ou financiar a entrada irregular de pessoa em território estrangeiro, com o fim de obter lucro ou benefício material:

Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado:

I – mediante fraude;

II – por quadrilha ou bando;

III – por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

§ 2º A pena é aumentada de um a dois terços, se o crime expõe a perigo a vida ou a saúde de outrem.

§ 3º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave, aplica-se a pena de reclusão, de três a oito anos; se resulta a morte, aplica-se a pena de reclusão, de quatro a doze anos.

§ 4º Para os efeitos penais, a expressão “entrada irregular” compreende o ingresso em território estrangeiro sem observância das formalidades legais exigidas pelo país de destino.

CAPÍTULO II

Das infrações administrativas

Art. 61. Constitui infração administrativa, nos termos desta Lei:

I - a entrada ou estada sem documentação adequada no território nacional de estrangeiro que ainda esteja em área de aeroporto, porto ou posto de fronteira:

Sanção - multa e repatriação.

II - a entrada ou a estada sem documentação adequada no território nacional de estrangeiro em área distinta de aeroporto, porto ou posto de fronteira:

Sanção - multa e deportação, caso o estrangeiro não saia no prazo fixado.

III - a estada de estrangeiro no território nacional depois de esgotado o prazo legal de sua documentação:

Sanção - multa por dia de excesso e deportação, caso o estrangeiro não saia no prazo fixado.

IV – exercer o estrangeiro atividade remunerada no Brasil se beneficiário de visto de turismo e negócios.

22

Sanção - multa e deportação, caso o estrangeiro não saia no prazo fixado.

V - deixar o estrangeiro de apresentar-se no órgão competente nos casos e prazos previstos nessa Lei:

Sanção – multa ou prisão para fim de expulsão.

VI – ausentar-se do País sem prévia autorização da autoridade competente se beneficiário de asilo.

Sanção – perda da condição de asilado.

VII - transportar para o Brasil estrangeiro que esteja sem a documentação exigida para ingresso no território nacional, sem o fim de obter lucro com sua entrada ou estada indocumentada em território nacional:

Sanção - multa por estrangeiro transportado.

VIII - deixar a empresa transportadora de atender às despesas decorrentes de repatriação ou de deportação de estrangeiro que houver transportado:

Sanção - multa por estrangeiro transportado.

IX – deixar de comparecer perante a justiça eleitoral para o devido cadastramento no prazo de até seis meses após a concessão da naturalização.

Sanção – multa.

Art. 62. As multas serão aplicadas mediante processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. O valor das multas previstas nesta Lei será fixado em, no mínimo, R\$ 100,00 (cem reais) e, no máximo, R\$ 10.000,00 (dez mil reais), podendo ser reajustados por regulamento.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 21-B. O brasileiro que tenha trabalhado em país estrangeiro poderá requerer sua inscrição retroativa a esse período, devendo sobre ele contribuir, como segurado facultativo, no Regime Geral de Previdência Social, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo ao brasileiro que:

I – tenha residido em país que possua acordo de integração previdenciária com o Brasil e preencha as condições deste acordo;

II – esteve enquadrado na alínea e do inciso V do art. 11.”

“Art. 102-A. O pagamento, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, das contribuições relativas ao período de permanência no estrangeiro, será isento de multas e objeto de acordo para parcelamento em até sessenta prestações mensais, observadas as condições fixadas neste artigo, e na forma que o regulamento dispuser, desde que requerido até o último dia útil do sexto mês subsequente ao da publicação desta Lei.

§ 1º A opção pelo parcelamento de que trata este artigo exclui a concessão de qualquer outro, rescindindo-se os parcelamentos anteriormente concedidos, devendo ser os seus saldos liquidados ou transferidos para as modalidades de parcelamento previstas nesta Lei.

§ 2º O sujeito passivo será excluído dos parcelamentos a que se refere esta Lei na hipótese de inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente às contribuições referidas no art. 13-A.”

Art. 64. Revogam-se os arts. 1º a 75 e os arts. 95 a 139 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

Art. 65. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

24
JUSTIFICAÇÃO

O regime jurídico brasileiro para estrangeiros apresenta defasagem evidente, já que à época em que foi concebido, no início dos anos 80, ainda estávamos em período autoritário e com grandes preocupações de segurança nacional, o que se refletiu na regulação jurídica. Contudo, outros enfoques são aconselháveis para abordar essa matéria, como o de cooperação, o trabalhista e o humanitário.

A primeira mudança conceitual desse projeto é a de não pretender tecer um novo Estatuto do Estrangeiro. Em outros termos, pretende-se reformar o modelo da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que *define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração* (Estatuto do Estrangeiro). A denominação da lei em vigor revela que o objetivo é a proteção diante do outro e não sua recepção. Essa observação pode parecer secundária, não refletisse ela concepções sectárias, em atraso à perspectiva constitucional, à evolução jurisprudencial, às necessidades práticas hodiernas e à visão mais humanista do relacionamento internacional.

Concentrar o tema no estrangeiro, no forasteiro, no perigo externo, é percepção típica de quando a lei foi elaborada, no fim da ditadura militar, e contaminou boa parte da construção do Estatuto do Estrangeiro. Nesse sentido, o art. 2º do Estatuto do Estrangeiro dispõe acerca de alguns paradigmas possíveis sobre a situação jurídica do estrangeiro, colocando a segurança nacional como precípua. Vejamos:

Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

Os objetivos postos são majoritariamente defensivos. Não se menciona a cooperação internacional, a assistência humanitária, a integração regional, mas a segurança nacional, os interesses do Brasil, a defesa do trabalhador nacional. Vários são os elementos que reforçarão essa visão no decorrer do Estatuto.

Por exemplo, o nosso convívio com o domiciliado em cidade contígua ao território nacional é pautado pelo respeito aos interesses nacionais (art. 21 do Estatuto do Estrangeiro) e não pela integração fronteiriça:

Art. 21. Ao natural de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território nacional, respeitados os interesses da segurança nacional, poder-se-á permitir a entrada nos municípios fronteiriços a seu respectivo país, desde que apresente prova de identidade. (...)

Assim, apresentamos um projeto de Lei de Migrações, deixando de lado aspectos da cooperação penal internacional, tema que deveria ser alvo de lei específica. Sobre a cooperação judiciária, grande vácuo paira no nosso ordenamento jurídico. Houve, em passado recente, discussões sobre esse assunto no Executivo e, inclusive, anteprojeto de lei foi sugerido, porém jamais enviado ao Congresso Nacional. Esse texto versava sobre cooperação jurídica internacional em matéria civil, trabalhista, previdenciária, comercial, tributária, financeira, administrativa e penal, a ser prestada mediante Cartas Rogatórias, Homologação de Decisão Estrangeira, Extradição, Transferência de Processos Penais e de Pessoas Apenadas e Auxílio Direto.

Para os fins desta nova legislação, cumpre definirmos o destinatário principal dessa legislação: o imigrante.

A presente proposição considera “imigrante” quem se estabeleça definitiva, temporária ou transitoriamente no País. Esse conceito perpassa quem está com família brasileira, trabalho fixo, trabalho fronteiriço, ou *status* equivalente. Não seria imigrante quem não tenha a pretensão de se estabelecer no País, como o turista ou alguém que veio aqui para participar de um seminário ou dar um espetáculo. Igualmente não será imigrante quem possui *status* regulado por tratado específico, como é o caso dos refugiados, asilados, apátridas, agentes e pessoal diplomático ou consular, funcionários de organização internacional, e seus familiares.

Uma vez conceituado o imigrante, a presente proposição expõe princípios para reger a política migratória brasileira. A importância de se fixar princípios é de nortear o setor por diretrizes claras e humanistas. Desse modo, a considerar o tema como inserido no contexto da proteção internacional de direitos humanos, inicia-se por destacar a “interdependência, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos dos imigrantes, decorrentes de tratados dos quais o Brasil seja parte”.

Desse modo, ao incorporar os três princípios gerais de direitos humanos (interdependência, universalidade e indivisibilidade) como parte dos “direitos humanos dos imigrantes”, reconhece-se o cabedal normativo de proteção a esse fenômeno, e não o caracteriza como mero ato de soberania. Além disso, pretende denotar que a lei almejada construirá um corpo normativo de direitos e deveres que devem alcançar todos os imigrantes, que cada imigrante faz jus a todos os direitos previstos e que cada direito se realiza em conjunto com a efetividade dos demais.

Como destaque da especificidade do tipo de violação de direitos humanos que esse grupo de pessoas pode sofrer, elege-se como princípio o “repúdio à xenofobia, ao racismo e quaisquer formas de discriminação”. Assim, realizamos o disposto no art. 4º, II e VIII, da Constituição Federal, quando esta dispõe que a República Federativa do

26

Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos e do repúdio ao racismo.

De forma coerente com a perspectiva de direitos humanos desse projeto, afirma-se o princípio de não criminalização da imigração. A imigração não é fenômeno a ser controlado e regulado pelo direito penal, embora haja cenários conexos que possam e devam ser punidos criminalmente. De um lado, os indocumentados, os que entram irregularmente, por si só, não deveriam ser punidos com privação da liberdade. Para tanto, claro, precisa-se reformar a Constituição Federal e retirar do art. 109, X, a competência da justiça federal nesse particular.

De outro lado, a não criminalização deveria ser lida com outro princípio, o de “promoção da justiça internacional penal e combate ao crime organizado transnacional”. Crimes internacionais como genocídio, crimes de guerra ou crimes contra a humanidade devem ser combatidos pelo julgamento interno, pela extradição do acusado ou pela sua entrega ao Tribunal Penal Internacional. Igualmente, o crime organizado transnacional associado à imigração deve ser punido, como é o caso do tráfico internacional de pessoas.

Esse espírito legal, então, deve ser propagado por todo o fenômeno migratório. Admitir uma pessoa no território nacional depende em grande parte da soberania do País. O visto de entrada, por exemplo, é uma expectativa de direito, podendo ser frustrado na prática. No entanto, uma vez definidos os critérios e os procedimentos de admissão de imigrantes no território nacional, estes devem ser iguais para todo estrangeiro. Fixa-se, assim, o princípio da não discriminação nessa definição.

Igualmente, o imigrante não sendo visto como um criminoso, um invasor, simplesmente por se deslocar, igualmente a ele deve ser facultado o caminho de entrada regular e de regularização migratória. O País deve promover claramente e de modo simplificado os modos de se entrar regularmente e aqui permanecer. Além disso, deve prever política permanente de regularização de quem já está no Brasil.

Nesse contexto, do princípio de promoção de entrada regular, está a previsão da acolhida humanitária, que diz respeito à possibilidade de o País aceitar pessoas que venham de situação de calamidade ou vítimas de tráfico de pessoas, como é o caso recente dos haitianos.

Diferentemente do Estatuto do Estrangeiro – cuja aplicação é centrada no atendimento à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, além da já examinada defesa do trabalhador nacional –, o estrangeiro vítima de tráfico de pessoas, também independentemente de

sua situação migratória deverá contar com medidas protetivas, sendo-lhe, inclusive, proporcionados meios que facilitem sua regularização ou seu retorno ao país de origem.

Tais providências mostram-se extremamente importantes, sobretudo na medida em que vêm ao encontro do disposto no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, promulgado pelo Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, e no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (promulgado pelo Decreto nº 5.016, de 12 de março de 2004), que determinam que os Estados Partes deverão tomar medidas de proteção e assistência à vítima do tráfico de pessoas e de migrantes. Assim, o projeto certamente evitaria eventual responsabilização do Estado brasileiro por descumprimento de compromisso assumido no plano internacional.

Ainda nessa lógica, porém em outro rumo, fixa-se o princípio de incentivo à admissão de mão-de-obra especializada necessária ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico do Brasil, à captação de recursos e geração de emprego e renda. A grandeza de nosso País se deve em grande parte ao conhecimento vindo do exterior, não há sentido em não fomentarmos mais essa qualificada imigração. Contudo, importa condicionar o exercício da profissão a critérios exigidos pela legislação específica, sem discriminação.

O atual Estatuto do Estrangeiro, em seu art. 16, parágrafo único, estabelece que a *imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos*. Além disso, por seu art. 2º, deve-se atender a *defesa do trabalhador nacional*. Mudamos nesse projeto essa concepção, por prever igualmente vários tipos de imigração, sem identificar uma primordial, e por não fazer restrição de índole soberanista. Muitas são as garantias deferidas ao nacional, não há razão para ressaltá-las aqui.

Igualmente, porém não destinado exclusivamente aos imigrantes, determina-se o princípio de facilitação à entrada temporária de estrangeiros a fim de estimular o comércio, o turismo, as relações internacionais e as atividades culturais, esportivas e tecnológicas.

Uma vez estabelecido, o imigrante passa a ser dotado de vários direitos: igualdade de tratamento e de oportunidade; integração no trabalho e na sociedade brasileira mediante política pública específica; processo igualitário e livre aos serviços sociais, bens públicos, saúde, educação, justiça, trabalho, moradia, serviço bancário,

emprego e previdência social, nos termos constitucionais; promoção e difusão dos seus direitos, liberdades, garantias e obrigações.

Esse conjunto de direitos depende de política pública bemposta e legitimada, o que se dará por outro princípio, o de diálogo social na definição dessas políticas e promoção da participação dos imigrantes nas decisões públicas. Sobre esse último ponto, porém em sede constitucional, com a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2012, o presente autor defendeu a concessão de direitos políticos no plano municipal aos imigrantes.

Inspirados em diversos processos de integração, sobretudo o Mercosul, e na nossa Constituição Federal, são consagrados os princípios de fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e pela livre-circulação de pessoas, e o da cooperação internacional com Estados de origem, trânsito e destino de movimentos migratórios a fim de garantir maior proteção de direitos humanos dos migrantes.

Com idêntico intuito é garantida ao imigrante, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nesse sentido, independentemente da regularidade de sua situação, confere-se ao imigrante uma série de direitos. Destacamos o direito a reunião familiar; direito a educação; a transferência de recursos; a aplicação das normas de proteção ao trabalhador.

Vale dizer que tais direitos devem ser exercidos em consonância com a Constituição e não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja parte, bem como de leis internas e de princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.

Desse modo, no Título II reformulamos a política de concessão de vistos de trânsito, de turismo e negócios, temporário, permanente, diplomático, oficial e de cortesia, a fim de amparar essa visão humanitária de imigração aqui proposta, e não fundada na criminalização do imigrante e do estrangeiro. Destaca-se que previmos visto temporário para estudante, trabalhador, tratamento de saúde, acolhimento humanitário e de reunião familiar. Esta última também se aplica ao visto permanente, que igualmente é previsto para descendentes, cônjuge ou companheiro, refugiado ou assilado, vítima de tráfico de pessoas, beneficiário de acordo internacional (como os do Mercosul), ter notório conhecimento ou ser investidor.

A repatriação seria o impedimento de ingresso de estrangeiro sem documentação adequada à entrada ou estada no território nacional que esteja em área de aeroporto, porto ou posto de fronteira. A deportação seria situação similar, de

indocumentado, mas se refere à pessoa já em área interna do País e, muitas vezes, há muito tempo aqui instalada. Por isso, o presente projeto tem o cuidado de garantir seus direitos trabalhistas. Distintamente, a expulsão tem caráter punitivo e se refere aos imigrantes que cometem crimes.

O Título III é dedicado à repatriação, à deportação e à expulsão, não abordando a extradição, por acreditarmos ser tema a ser abordado por lei dedicada à cooperação judiciária, que é um grande vácuo que paira no nosso ordenamento jurídico e um estatuto do estrangeiro mais abrangente deveria englobá-la exaustivamente. Houve, em passado recente, discussões sobre esse assunto no Executivo e, inclusive, anteprojeto de lei foi sugerido, porém jamais enviado ao Congresso Nacional.

O Título IV desse projeto regula a naturalização em suas diversas modalidades: ordinária, extraordinária, especial ou provisória. Igualmente, previmos hipótese de naturalização provisória, para ser concedida ao imigrante criança ou adolescente.

A naturalização ordinária seria aquela permitida a quem tem residência ininterrupta no território nacional de ao menos quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização, entre outros requisitos, como o de não ter cometido crime, excetuando os de menor potencial ofensivo segundo a lei brasileira. Se for proveniente de país de língua portuguesa, essa exigência cai para um ano, em atendimento ao disposto no art. 12, II, a. A naturalização extraordinária é a prevista no art. 12, II, b, que é facultada aos estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes no Brasil há mais de quinze anos de residência e idoneidade moral. A idoneidade moral é interpretada por este projeto como a não comissão de crime, a exemplo de requisito imposto aos demais naturalizandos. A naturalização especial seria a dedicada ao cônjuge ou companheiro de diplomata brasileiro e ao empregado em missão diplomática ou em repartição consular há mais de dez anos ininterruptos.

O Título V inova toda a legislação brasileira de abordagem da emigração e cria normas para o emigrante brasileiro, relacionadas à previdência social, sequestro de crianças ou adolescentes, direitos de tripulantes de embarcações ou armadoras estrangeiras, benefícios fiscais e de sepultamento. Igualmente, nas disposições gerais, corrigimos a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de proteger o imigrante brasileiro quanto a sua perspectiva de usufruir direito à aposentadoria. Registrados que tais alterações derivam do relatório final da CPMI da Emigração Ilegal.

O trabalhador brasileiro no exterior contribui com a remessa de bilhões de dólares por ano, sem ser resguardado com nenhuma política nacional. O presente projeto pretende garantir ao emigrante a opção de contribuição retroativa referente ao período trabalhado no exterior. Paralelamente, incentiva-se a celebração de acordos bilaterais

30

para validação, perante a Previdência brasileira, do tempo de trabalho formal no exterior, aproveitando, com isso, as contribuições recolhidas em favor do sistema previdenciário estrangeiro.

Por fim, no título VI, a fim de combater os chamados coiotes, previmos o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de migração. Além disso, previmos nove hipóteses de sanções administrativas por descumprimento da lei.

A Constituição Federal, no seu art. 109, X, concede aos juízes federais a competência para processar e julgar os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, que deve ser lido junto com seu art. 5º, XV, que determina ser livre a locomoção no território nacional e dele sair. Segundo a presente proposição, de não criminalização da migração, consideramos crime, nos termos do art. 109, X, o tráfico internacional de pessoas para fins de migração. Nesses termos, conjuga-se o Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, promulgado pelo Decreto nº 7.953, de 12 de março de 2013, cujo art. 4º requer a penalização desse fenômeno, enquanto o art. 5º isenta os migrantes dessa política criminal.

O Código Penal prevê o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de prostituição (art. 231) e de aliciamento de trabalhadores mediante fraude para fim de emigração (art. 206), enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente reprime o envio ilegal de menores para o exterior (art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Contudo, o tráfico de migrantes extrapola essas situações. O objetivo desse tipo penal, portanto, é a ação de terceiros, em que a fraude seria apenas elemento a ensejar o aumento de pena da ação de promover, facilitar, intermediar ou financiar a entrada irregular de pessoas em território estrangeiro, com o fim de lucro ou benefício material.

Igualmente, revoga-se o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980), excetuando-se o Título IX (arts. 75 a 94), que versa sobre a extradição, matéria que reputamos adequada a ser tratada em projeto de cooperação, e não de migração, como é o caso do presente.

Por fim, importa destacar que esse projeto zela por não afetar as faculdades do Executivo e seu poder de iniciativa legislativa, já que não atribui funções, nem cria órgãos para a administração pública. Contudo, sobre esse aspecto cabe pontuar que importaria repensar os papéis do Ministério da Justiça, da polícia federal, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Trabalho e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Diante o grande aumento do fluxo migratório ao Brasil, está no momento de pensarmos na oportunidade de criar uma Agência Nacional de Migração, fundada em lei federal de migração inspirada pelos direitos humanos, como se pretende com esse projeto, e não em decisões administrativas casuísticas, e com pessoal preparado para exercer essa função, sem utilizar a polícia federal para o que ela não é vocacionada.

31

Dante o exposto, submetemos à consideração do Congresso Nacional essa nova perspectiva sobre a imigração e o estrangeiro.

Sala das Sessões,

Senador **ALOYSIOS NUNES FERREIRA**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

.....
II - prevalência dos direitos humanos;

.....
VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

.....
Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

.....
X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

=====

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

=====

LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980.

Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

ESTA LEI FOI REPUBLICADA PELA DETERMINAÇÃO DO ARTIGO 11, DA LEI Nº 6.964, DE 09.12.1981.

32

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais.

TÍTULO I
Da Aplicação

Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precípuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

Art. 3º A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais.

TÍTULO II
Da Admissão, Entrada e Impedimento
CAPÍTULO I
Da Admissão

Art. 4º Ao estrangeiro que pretenda entrar no território nacional poderá ser concedido visto:

I - de trânsito;

II - de turista;

III - temporário;

IV - permanente;

V - de cortesia;

VI - oficial; e

VII - diplomático.

Parágrafo único. O visto é individual e sua concessão poderá estender-se a dependentes legais, observado o disposto no artigo 7º.

Art. 5º Serão fixados em regulamento os requisitos para a obtenção dos vistos de entrada previstos nesta Lei.

Art. 6º A posse ou a propriedade de bens no Brasil não confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza, ou autorização de permanência no território nacional.

Art. 7º Não se concederá visto ao estrangeiro:

I - menor de 18 (dezoito) anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa;

II - considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais;

III - anteriormente expulso do País, salvo se a expulsão tiver sido revogada;

IV - condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira; ou

V - que não satisfaça às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 8º O visto de trânsito poderá ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de entrar em território nacional.

§ 1º O visto de trânsito é válido para uma estada de até 10 (dez) dias improrrogáveis e uma só entrada.

§ 2º Não se exigirá visto de trânsito ao estrangeiro em viagem contínua, que só se interrompa para as escalas obrigatórias do meio de transporte utilizado.

Art. 9º O visto de turista poderá ser concedido ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita, assim considerado aquele que não tenha finalidade imigratória, nem intuito de exercício de atividade remunerada.

Art. 10. Poderá ser dispensada a exigência de visto, prevista no artigo anterior, ao turista nacional de país que dispense ao brasileiro idêntico tratamento.

Parágrafo único. A reciprocidade prevista neste artigo será, em todos os casos, estabelecida mediante acordo internacional, que observará o prazo de estada do turista fixado nesta Lei.

Art. 11. A empresa transportadora deverá verificar, por ocasião do embarque, no exterior, a documentação exigida, sendo responsável, no caso de irregularidade apurada no momento da entrada, pela saída do estrangeiro, sem prejuízo do disposto no artigo 125, item VI.

34

Art. 12. O prazo de validade do visto de turista será de até cinco anos, fixado pelo Ministério das Relações Exteriores, dentro de critérios de reciprocidade, e proporcionará múltiplas entradas no País, com estadas não excedentes a noventa dias, prorrogáveis por igual período, totalizando o máximo de cento e oitenta dias por ano. (Redação dada pela Lei nº 9.076, de 10/07/95)

Art. 13. O visto temporário poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil:

I - em viagem cultural ou em missão de estudos;

II - em viagem de negócios;

III - na condição de artista ou desportista;

IV - na condição de estudante;

V - na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro;

VI - na condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira.

VII - na condição de ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa. (Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

Art. 14. O prazo de estada no Brasil, nos casos dos incisos II e III do art. 13, será de até noventa dias; no caso do inciso VII, de até um ano; e nos demais, salvo o disposto no parágrafo único deste artigo, o correspondente à duração da missão, do contrato, ou da prestação de serviços, comprovada perante a autoridade consular, observado o disposto na legislação trabalhista. (Redação dada pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

Parágrafo único. No caso do item IV do artigo 13 o prazo será de até 1 (um) ano, prorrogável, quando for o caso, mediante prova do aproveitamento escolar e da matrícula.

Art. 15. Ao estrangeiro referido no item III ou V do artigo 13 só se concederá o visto se satisfizer às exigências especiais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração e for parte em contrato de trabalho, visado pelo Ministério do Trabalho, salvo no caso de comprovada prestação de serviço ao Governo brasileiro.

Art. 16. O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil.

Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos. ([Redação dada pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 17. Para obter visto permanente o estrangeiro deverá satisfazer, além dos requisitos referidos no artigo 5º, as exigências de caráter especial previstas nas normas de seleção de imigrantes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração.

Art. 18. A concessão do visto permanente poderá ficar condicionada, por prazo não-superior a 5 (cinco) anos, ao exercício de atividade certa e à fixação em região determinada do território nacional.

Art. 19. O Ministério das Relações Exteriores definirá os casos de concessão, prorrogação ou dispensa dos vistos diplomáticos, oficial e de cortesia.

Art. 20. Pela concessão de visto cobrar-se-ão emolumentos consulares, ressalvados:

I - os regulados por acordos que concedam gratuidade;

II - os vistos de cortesia, oficial ou diplomático;

III - os vistos de trânsito, temporário ou de turista, se concedidos a titulares de passaporte diplomático ou de serviço.

Parágrafo único. A validade para a utilização de qualquer dos vistos é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua concessão, podendo ser prorrogada pela autoridade consular uma só vez, por igual prazo, cobrando-se os emolumentos devidos, aplicando-se esta exigência somente a cidadãos de países onde seja verificada a limitação recíproca. ([Redação dada pela Lei nº 12.134, de 2009](#)).

Art. 21. Ao natural de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território nacional, respeitados os interesses da segurança nacional, poder-se-á permitir a entrada nos municípios fronteiriços a seu respectivo país, desde que apresente prova de identidade.

§ 1º Ao estrangeiro, referido neste artigo, que pretenda exercer atividade remunerada ou freqüentar estabelecimento de ensino naqueles municípios, será fornecido documento especial que o identifique e caracterize a sua condição, e, ainda, Carteira de Trabalho e Previdência Social, quando for o caso.

§ 2º Os documentos referidos no parágrafo anterior não conferem o direito de residência no Brasil, nem autorizam o afastamento dos limites territoriais daqueles municípios.

CAPÍTULO II Da Entrada

Art. 22. A entrada no território nacional far-se-á somente pelos locais onde houver fiscalização dos órgãos competentes dos Ministérios da Saúde, da Justiça e da Fazenda.

Art. 23. O transportador ou seu agente responderá, a qualquer tempo, pela manutenção e demais despesas do passageiro em viagem contínua ou do tripulante que não estiver presente por ocasião da saída do meio de transporte, bem como pela retirada dos mesmos do território nacional.

Art. 24. Nenhum estrangeiro procedente do exterior poderá afastar-se do local de entrada e inspeção, sem que o seu documento de viagem e o cartão de entrada e saída hajam sido visados pelo órgão competente do Ministério da Justiça. ([Redação dada pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 25. Não poderá ser resgatado no Brasil, sem prévia autorização do Ministério da Justiça, o bilhete de viagem do estrangeiro que tenha entrado no território nacional na condição de turista ou em trânsito.

CAPÍTULO III Do Impedimento

Art. 26. O visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer dos casos do artigo 7º, ou a inconveniência de sua presença no território nacional, a critério do Ministério da Justiça.

§ 1º O estrangeiro que se tiver retirado do País sem recolher a multa devida em virtude desta Lei, não poderá reentrar sem efetuar o seu pagamento, acrescido de correção monetária.

§ 2º O impedimento de qualquer dos integrantes da família poderá estender-se a todo o grupo familiar.

Art. 27. A empresa transportadora responde, a qualquer tempo, pela saída do clandestino e do impedido.

Parágrafo único. Na impossibilidade da saída imediata do impedido ou do clandestino, o Ministério da Justiça poderá permitir a sua entrada condicional, mediante termo de responsabilidade firmado pelo representante da empresa transportadora, que lhe assegure a manutenção, fixados o prazo de estada e o local em que deva permanecer o

impedido, ficando o clandestino custodiado pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

TÍTULO III Da Condição de Asilado

Art. 28. O estrangeiro admitido no território nacional na condição de asilado político ficará sujeito, além dos deveres que lhe forem impostos pelo Direito Internacional, a cumprir as disposições da legislação vigente e as que o Governo brasileiro lhe fixar.

Art. 29. O asilado não poderá sair do País sem prévia autorização do Governo brasileiro.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na renúncia ao asilo e impedirá o reingresso nessa condição.

TÍTULO IV Do Registro e suas Alterações

CAPÍTULO I Do Registro

Art. 30. O estrangeiro admitido na condição de permanente, de temporário (incisos I e de IV a VI do art. 13) ou de asilado é obrigado a registrar-se no Ministério da Justiça, dentro dos trinta dias seguintes à entrada ou à concessão do asilo, e a identificar-se pelo sistema datiloscópico, observadas as disposições regulamentares. ([Redação dada pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 31. O nome e a nacionalidade do estrangeiro, para o efeito de registro, serão os constantes do documento de viagem.

Art. 32. O titular de visto diplomático, oficial ou de cortesia, acreditado junto ao Governo brasileiro ou cujo prazo previsto de estada no País seja superior a 90 (noventa) dias, deverá providenciar seu registro no Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. O estrangeiro titular de passaporte de serviço, oficial ou diplomático, que haja entrado no Brasil ao amparo de acordo de dispensa de visto, deverá, igualmente, proceder ao registro mencionado neste artigo sempre que sua estada no Brasil deva ser superior a 90 (noventa) dias.

Art. 33. Ao estrangeiro registrado será fornecido documento de identidade.

Parágrafo único. A emissão de documento de identidade, salvo nos casos de asilado ou de titular de visto de cortesia, oficial ou diplomático, está sujeita ao pagamento da taxa prevista na Tabela de que trata o artigo 130.

CAPÍTULO II Da Prorrogação do Prazo de Estada

Art. 34. Ao estrangeiro que tenha entrado na condição de turista, temporário ou asilado e aos titulares de visto de cortesia, oficial ou diplomático, poderá ser concedida a prorrogação do prazo de estada no Brasil.

Art. 35. A prorrogação do prazo de estada do turista não excederá a 90 (noventa) dias, podendo ser cancelada a critério do Ministério da Justiça.

Art. 36. A prorrogação do prazo de estada do titular do visto temporário, de que trata o item VII, do artigo 13, não excederá a um ano. [\(Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

CAPÍTULO III Da Transformação dos Vistos

Art. 37. O titular do visto de que trata o artigo 13, incisos V e VII, poderá obter transformação do mesmo para permanente (art. 16), satisfeitas às condições previstas nesta Lei e no seu Regulamento. [\(Renumerado e alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

§ 1º. Ao titular do visto temporário previsto no inciso VII do art. 13 só poderá ser concedida a transformação após o prazo de dois anos de residência no País. [\(Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

§ 2º. Na transformação do visto poder-se-á aplicar o disposto no artigo 18 desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Art. 38. É vedada a legalização da estada de clandestino e de irregular, e a transformação em permanente, dos vistos de trânsito, de turista, temporário (artigo 13, itens I a IV e VI) e de cortesia. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Art. 39. O titular de visto diplomático ou oficial poderá obter transformação desses vistos para temporário (artigo 13, itens I a VI) ou para permanente (artigo 16), ouvido o Ministério das Relações Exteriores, e satisfeitas as exigências previstas nesta Lei e no seu Regulamento. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Parágrafo único. A transformação do visto oficial ou diplomático em temporário ou permanente importará na cessação de todas as prerrogativas, privilégios e imunidades decorrentes daqueles vistos.

Art. 40. A solicitação da transformação de visto não impede a aplicação do disposto no artigo 57, se o estrangeiro ultrapassar o prazo legal de estada no território nacional. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. Do despacho que denegar a transformação do visto, caberá pedido de reconsideração na forma definida em Regulamento.

Art. 41. A transformação de vistos de que tratam os artigos 37 e 39 ficará sem efeito, se não for efetuado o registro no prazo de noventa dias, contados da publicação, no Diário Oficial, do deferimento do pedido. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 42. O titular de quaisquer dos vistos definidos nos artigos 8º, 9º, 10, 13 e 16, poderá ter os mesmos transformados para oficial ou diplomático. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

CAPÍTULO IV Da Alteração de Assentamentos

Art. 43. O nome do estrangeiro, constante do registro (art. 30), poderá ser alterado: ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

I - se estiver comprovadamente errado;

II - se tiver sentido pejorativo ou expuser o titular ao ridículo; ou

III - se for de pronúncia e compreensão difíceis e puder ser traduzido ou adaptado à prosódia da língua portuguesa.

§ 1º O pedido de alteração de nome deverá ser instruído com a documentação prevista em Regulamento e será sempre objeto de investigação sobre o comportamento do requerente.

§ 2º Os erros materiais no registro serão corrigidos de ofício.

§ 3º A alteração decorrente de desquite ou divórcio obtido em país estrangeiro dependerá de homologação, no Brasil, da sentença respectiva.

§ 4º Poderá ser averbado no registro o nome abreviado usado pelo estrangeiro como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

Art. 44. Compete ao Ministro da Justiça autorizar a alteração de assentamentos constantes do registro de estrangeiro. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

40

CAPÍTULO V
Da Atualização do Registro

Art. 45. A Junta Comercial, ao registrar firma de que participe estrangeiro, remeterá ao Ministério da Justiça os dados de identificação do estrangeiro e os do seu documento de identidade emitido no Brasil. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. Tratando-se de sociedade anônima, a providência é obrigatória em relação ao estrangeiro que figure na condição de administrador, gerente, diretor ou acionista controlador. ([Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 46. Os Cartórios de Registro Civil remeterão, mensalmente, ao Ministério da Justiça cópia dos registros de casamento e de óbito de estrangeiro. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 47. O estabelecimento hoteleiro, a empresa imobiliária, o proprietário, locador, sublocador ou locatário de imóvel e o síndico de edifício remeterão ao Ministério da Justiça, quando requisitados, os dados de identificação do estrangeiro admitido na condição de hóspede, locatário, sublocatário ou morador. ([Renumerado e alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 48. Salvo o disposto no § 1º do artigo 21, a admissão de estrangeiro a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado (art. 30). ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. As entidades, a que se refere este artigo remeterão ao Ministério da Justiça, que dará conhecimento ao Ministério do Trabalho, quando for o caso, os dados de identificação do estrangeiro admitido ou matriculado e comunicarão, à medida que ocorrer, o término do contrato de trabalho, sua rescisão ou prorrogação, bem como a suspensão ou cancelamento da matrícula e a conclusão do curso.

CAPÍTULO VI
Do Cancelamento e do Restabelecimento do Registro

Art. 49. O estrangeiro terá o registro cancelado: ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

I - se obtiver naturalização brasileira;

II - se tiver decretada sua expulsão;

III - se requerer a saída do território nacional em caráter definitivo, renunciando, expressamente, ao direito de retorno previsto no artigo 51;

IV - se permanecer ausente do Brasil por prazo superior ao previsto no artigo 51;

V - se ocorrer a transformação de visto de que trata o artigo 42;

VI - se houver transgressão do artigo 18, artigo 37, § 2º, ou 99 a 101; e

VII - se temporário ou asilado, no término do prazo de sua estada no território nacional.

§ 1º O registro poderá ser restabelecido, nos casos do item I ou II, se cessada a causa do cancelamento, e, nos demais casos, se o estrangeiro retornar ao território nacional com visto de que trata o artigo 13 ou 16, ou obtiver a transformação prevista no artigo 39.

§ 2º Ocorrendo a hipótese prevista no item III deste artigo, o estrangeiro deverá proceder à entrega do documento de identidade para estrangeiro e deixar o território nacional dentro de 30 (trinta) dias.

§ 3º Se da solicitação de que trata o item III deste artigo resultar isenção de ônus fiscal ou financeiro, o restabelecimento do registro dependerá, sempre, da satisfação prévia dos referidos encargos.

TÍTULO V Da Saída e do Retorno

Art. 50. Não se exigirá visto de saída do estrangeiro que pretender sair do território nacional. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

§ 1º O Ministro da Justiça poderá, a qualquer tempo, estabelecer a exigência de visto de saída, quando razões de segurança interna aconselharem a medida.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o ato que estabelecer a exigência disporá sobre o prazo de validade do visto e as condições para a sua concessão.

§ 3º O asilado deverá observar o disposto no artigo 29.

Art. 51. O estrangeiro registrado como permanente, que se ausentar do Brasil, poderá regressar independentemente de visto se o fizer dentro de dois anos. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. A prova da data da saída, para os fins deste artigo, far-se-á pela anotação apostila, pelo órgão competente do Ministério da Justiça, no documento de viagem do estrangeiro, no momento em que o mesmo deixar o território nacional.

42

Art. 52. O estrangeiro registrado como temporário, que se ausentar do Brasil, poderá regressar independentemente de novo visto, se o fizer dentro do prazo de validade de sua estada no território nacional. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 53 Revogado

TÍTULO VI Do Documento de Viagem para Estrangeiro

Art. 54. São documentos de viagem o passaporte para estrangeiro e o laissez-passar. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. Os documentos de que trata este artigo são de propriedade da União, cabendo a seus titulares a posse direta e o uso regular.

Art. 55. Poderá ser concedido passaporte para estrangeiro: ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

I - no Brasil:

- a) ao apátrida e ao de nacionalidade indefinida;
- b) a nacional de país que não tenha representação diplomática ou consular no Brasil, nem representante de outro país encarregado de protegê-lo;
- c) a asilado ou a refugiado, como tal admitido no Brasil.

II - no Brasil e no exterior, ao cônjuge ou à viúva de brasileiro que haja perdido a nacionalidade originária em virtude do casamento.

Parágrafo único. A concessão de passaporte, no caso da letra b, do item I, deste artigo, dependerá de prévia consulta ao Ministério das Relações Exteriores.

Art. 56. O laissez-passar poderá ser concedido, no Brasil ou no exterior, ao estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, ou não válido para o Brasil. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. A concessão, no exterior, de laissez-passar a estrangeiro registrado no Brasil como permanente, temporário ou asilado, dependerá de audiência prévia do Ministério da Justiça.

TÍTULO VII Da Deportação

Art. 57. Nos casos de entrada ou estada irregular de estrangeiro, se este não se retirar voluntariamente do território nacional no prazo fixado em Regulamento, será promovida sua deportação. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

§ 1º Será igualmente deportado o estrangeiro que infringir o disposto nos artigos 21, § 2º, 24, 37, § 2º, 98 a 101, §§ 1º ou 2º do artigo 104 ou artigo 105.

§ 2º Desde que conveniente aos interesses nacionais, a deportação far-se-á independentemente da fixação do prazo de que trata o caput deste artigo.

Art. 58. A deportação consistirá na saída compulsória do estrangeiro. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Parágrafo único. A deportação far-se-á para o país da nacionalidade ou de procedência do estrangeiro, ou para outro que consinta em recebê-lo.

Art. 59. Não sendo apurada a responsabilidade do transportador pelas despesas com a retirada do estrangeiro, nem podendo este ou terceiro por ela responder, serão as mesmas custeadas pelo Tesouro Nacional. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Art. 60. O estrangeiro poderá ser dispensado de quaisquer penalidades relativas à entrada ou estada irregular no Brasil ou formalidade cujo cumprimento possa dificultar a deportação. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Art. 61. O estrangeiro, enquanto não se efetivar a deportação, poderá ser recolhido à prisão por ordem do Ministro da Justiça, pelo prazo de sessenta dias. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Parágrafo único. Sempre que não for possível, dentro do prazo previsto neste artigo, determinar-se a identidade do deportando ou obter-se documento de viagem para promover a sua retirada, a prisão poderá ser prorrogada por igual período, findo o qual será ele posto em liberdade, aplicando-se o disposto no artigo 73.

Art. 62. Não sendo exequível a deportação ou quando existirem indícios sérios de periculosidade ou indesejabilidade do estrangeiro, proceder-se-á à sua expulsão. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Art. 63. Não se procederá à deportação se implicar em extradição inadmitida pela lei brasileira. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

44

Art. 64. O deportado só poderá reingressar no território nacional se ressarcir o Tesouro Nacional, com correção monetária, das despesas com a sua deportação e efetuar, se for o caso, o pagamento da multa devida à época, também corrigida. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

TÍTULO VIII Da Expulsão

Art. 65. É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranqüilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. É passível, também, de expulsão o estrangeiro que:

- a) praticar fraude a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil;
- b) havendo entrado no território nacional com infração à lei, dele não se retirar no prazo que lhe for determinado para fazê-lo, não sendo aconselhável a deportação;
- c) entregar-se à vadiagem ou à mendicância; ou
- d) desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro.

Art. 66. Caberá exclusivamente ao Presidente da República resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão ou de sua revogação. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. A medida expulsória ou a sua revogação far-se-á por decreto.

Art. 67. Desde que conveniente ao interesse nacional, a expulsão do estrangeiro poderá efetivar-se, ainda que haja processo ou tenha ocorrido condenação. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 68. Os órgãos do Ministério Público remeterão ao Ministério da Justiça, de ofício, até trinta dias após o trânsito em julgado, cópia da sentença condenatória de estrangeiro autor de crime doloso ou de qualquer crime contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a economia popular, a moralidade ou a saúde pública, assim como da folha de antecedentes penais constantes dos autos. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. O Ministro da Justiça, recebidos os documentos mencionados neste artigo, determinará a instauração de inquérito para a expulsão do estrangeiro.

45

Art. 69. O Ministro da Justiça, a qualquer tempo, poderá determinar a prisão, por 90 (noventa) dias, do estrangeiro submetido a processo de expulsão e, para concluir o inquérito ou assegurar a execução da medida, prorrogá-la por igual prazo. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. Em caso de medida interposta junto ao Poder Judiciário que suspenda, provisoriamente, a efetivação do ato expulsório, o prazo de prisão de que trata a parte final do caput deste artigo ficará interrompido, até a decisão definitiva do Tribunal a que estiver submetido o feito.

Art. 70. Compete ao Ministro da Justiça, de ofício ou acolhendo solicitação fundamentada, determinar a instauração de inquérito para a expulsão do estrangeiro. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 71. Nos casos de infração contra a segurança nacional, a ordem política ou social e a economia popular, assim como nos casos de comércio, posse ou facilitação de uso indevido de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, ou de desrespeito à proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro, o inquérito será sumário e não excederá o prazo de quinze dias, dentro do qual fica assegurado ao expulsando o direito de defesa. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 72. Salvo as hipóteses previstas no artigo anterior, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do decreto de expulsão, no Diário Oficial da União. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 73. O estrangeiro, cuja prisão não se torne necessária, ou que tenha o prazo desta vencido, permanecerá em liberdade vigiada, em lugar designado pelo Ministério da Justiça, e guardará as normas de comportamento que lhe forem estabelecidas. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. Descumprida qualquer das normas fixadas de conformidade com o disposto neste artigo ou no seguinte, o Ministro da Justiça, a qualquer tempo, poderá determinar a prisão administrativa do estrangeiro, cujo prazo não excederá a 90 (noventa) dias.

Art. 74. O Ministro da Justiça poderá modificar, de ofício ou a pedido, as normas de conduta impostas ao estrangeiro e designar outro lugar para a sua residência. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 75. Não se procederá à expulsão: ([Renumerado e alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

I - se implicar extradição inadmitida pela lei brasileira; ou ([Incluído incisos, alíneas e §§ pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

46

II - quando o estrangeiro tiver:

- a) Cônjugue brasileiro do qual não esteja divorciado ou separado, de fato ou de direito, e desde que o casamento tenha sido celebrado há mais de 5 (cinco) anos; ou
- b) filho brasileiro que, comprovadamente, esteja sob sua guarda e dele dependa economicamente.

§ 1º. não constituem impedimento à expulsão a adoção ou o reconhecimento de filho brasileiro supervenientes ao fato que o motivar.

§ 2º. Verificados o abandono do filho, o divórcio ou a separação, de fato ou de direito, a expulsão poderá efetivar-se a qualquer tempo.

.....

TÍTULO IX Da Extradição

Art. 96. Sempre que lhe for exigido por qualquer autoridade ou seu agente, o estrangeiro deverá exhibir documento comprobatório de sua estada legal no território nacional.
[\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Parágrafo único. Para os fins deste artigo e dos artigos 43, 45, 47 e 48, o documento deverá ser apresentado no original.

Art. 97. O exercício de atividade remunerada e a matrícula em estabelecimento de ensino são permitidos ao estrangeiro com as restrições estabelecidas nesta Lei e no seu Regulamento. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Art. 98. Ao estrangeiro que se encontra no Brasil ao amparo de visto de turista, de trânsito ou temporário de que trata o artigo 13, item IV, bem como aos dependentes de titulares de quaisquer vistos temporários é vedado o exercício de atividade remunerada. Ao titular de visto temporário de que trata o artigo 13, item VI, é vedado o exercício de atividade remunerada por fonte brasileira. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Art. 99. Ao estrangeiro titular de visto temporário e ao que se encontre no Brasil na condição do artigo 21, § 1º, é vedado estabelecer-se com firma individual, ou exercer cargo ou função de administrador, gerente ou diretor de sociedade comercial ou civil, bem como inscrever-se em entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\) \(Vide Medida Provisória nº 621, de 2013\)](#)

Parágrafo único. Aos estrangeiros portadores do visto de que trata o inciso V do art. 13 é permitida a inscrição temporária em entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada. ([Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 100. O estrangeiro admitido na condição de temporário, sob regime de contrato, só poderá exercer atividade junto à entidade pela qual foi contratado, na oportunidade da concessão do visto, salvo autorização expressa do Ministério da Justiça, ouvido o Ministério do Trabalho. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 101. O estrangeiro admitido na forma do artigo 18, ou do artigo 37, § 2º, para o desempenho de atividade profissional certa, e a fixação em região determinada, não poderá, dentro do prazo que lhe for fixado na oportunidade da concessão ou da transformação do visto, mudar de domicílio nem de atividade profissional, ou exercê-la fora daquela região, salvo em caso excepcional, mediante autorização prévia do Ministério da Justiça, ouvido o Ministério do Trabalho, quando necessário. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 102. O estrangeiro registrado é obrigado a comunicar ao Ministério da Justiça a mudança do seu domicílio ou residência, devendo fazê-lo nos 30 (trinta) dias imediatamente seguintes à sua efetivação. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 103. O estrangeiro que adquirir nacionalidade diversa da constante do registro (art. 30), deverá, nos noventa dias seguintes, requerer a averbação da nova nacionalidade em seus assentamentos. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 104. O portador de visto de cortesia, oficial ou diplomático só poderá exercer atividade remunerada em favor do Estado estrangeiro, organização ou agência internacional de caráter intergovernamental a cujo serviço se encontre no País, ou do Governo ou de entidade brasileiros, mediante instrumento internacional firmado com outro Governo que encerre cláusula específica sobre o assunto. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

§ 1º O serviçal com visto de cortesia só poderá exercer atividade remunerada a serviço particular de titular de visto de cortesia, oficial ou diplomático.

§ 2º A missão, organização ou pessoa, a cujo serviço se encontra o serviçal, fica responsável pela sua saída do território nacional, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que cessar o vínculo empregatício, sob pena de deportação do mesmo.

§ 3º Ao titular de quaisquer dos vistos referidos neste artigo não se aplica o disposto na legislação trabalhista brasileira.

Art. 105. Ao estrangeiro que tenha entrado no Brasil na condição de turista ou em trânsito é proibido o engajamento como tripulante em porto brasileiro, salvo em navio de bandeira

48

de seu país, por viagem não redonda, a requerimento do transportador ou do seu agente, mediante autorização do Ministério da Justiça. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

Art. 106. É vedado ao estrangeiro: (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

I - ser proprietário, armador ou comandante de navio nacional, inclusive nos serviços de navegação fluvial e lacustre;

II - ser proprietário de empresa jornalística de qualquer espécie, e de empresas de televisão e de radiodifusão, sócio ou acionista de sociedade proprietária dessas empresas;

III - ser responsável, orientador intelectual ou administrativo das empresas mencionadas no item anterior;

IV - obter concessão ou autorização para a pesquisa, prospecção, exploração e aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica;

V - ser proprietário ou explorador de aeronave brasileira, ressalvado o disposto na legislação específica;

VI - ser corretor de navios, de fundos públicos, leiloeiro e despachante aduaneiro;

VII - participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada;

VIII - ser prático de barras, portos, rios, lagos e canais;

IX - possuir, manter ou operar, mesmo como amador, aparelho de radiodifusão, de radiotelegrafia e similar, salvo reciprocidade de tratamento; e

X - prestar assistência religiosa às Forças Armadas e auxiliares, e também aos estabelecimentos de internação coletiva.

§ 1º O disposto no item I deste artigo não se aplica aos navios nacionais de pesca.

§ 2º Ao português, no gozo dos direitos e obrigações previstos no Estatuto da Igualdade, apenas lhe é defeso:

a) assumir a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas mencionadas no item II deste artigo;

- b) ser proprietário, armador ou comandante de navio nacional, inclusive de navegação fluvial e lacustre, ressalvado o disposto no parágrafo anterior; e
- c) prestar assistência religiosa às Forças Armadas e auxiliares.

Art. 107. O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado: [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

I - organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem;

II - exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a idéias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país;

III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica ao português beneficiário do Estatuto da Igualdade ao qual tiver sido reconhecido o gozo de direitos políticos.

Art. 108. É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, religiosos, recreativos, benficiantes ou de assistência, filiarem-se a clubes sociais e desportivos, e a quaisquer outras entidades com iguais fins, bem como participarem de reunião comemorativa de datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Parágrafo único. As entidades mencionadas neste artigo, se constituídas de mais da metade de associados estrangeiros, somente poderão funcionar mediante autorização do Ministro da Justiça.

Art. 109. A entidade que houver obtido registro mediante falsa declaração de seus fins ou que, depois de registrada, passar a exercer atividades proibidas ilícitas, terá sumariamente cassada a autorização a que se refere o parágrafo único do artigo anterior e o seu funcionamento será suspenso por ato do Ministro da Justiça, até final julgamento do processo de dissolução, a ser instaurado imediatamente. [\(Renumerado e alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

Art. 110. O Ministro da Justiça poderá, sempre que considerar conveniente aos interesses nacionais, impedir a realização, por estrangeiros, de conferências, congressos e exibições artísticas ou folclóricas. [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

50

TÍTULO XI
Da Naturalização
CAPÍTULO I
Das Condições

Art. 111. A concessão da naturalização nos casos previstos no artigo 145, item II, alínea b, da Constituição, é faculdade exclusiva do Poder Executivo e far-se-á mediante portaria do Ministro da Justiça. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 112. São condições para a concessão da naturalização: ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

I - capacidade civil, segundo a lei brasileira;

II - ser registrado como permanente no Brasil;

III - residência contínua no território nacional, pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização;

IV - ler e escrever a língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando;

V - exercício de profissão ou posse de bens suficientes à manutenção própria e da família;

VI - bom procedimento;

VII - inexistência de denúncia, pronúncia ou condenação no Brasil ou no exterior por crime doloso a que seja cominada pena mínima de prisão, abstratamente considerada, superior a 1 (um) ano; e

VIII - boa saúde.

§ 1º não se exigirá a prova de boa saúde a nenhum estrangeiro que residir no País há mais de dois anos. ([Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

§ 2º verificada, a qualquer tempo, a falsidade ideológica ou material de qualquer dos requisitos exigidos neste artigo ou nos arts. 113 e 114 desta Lei, será declarado nulo o ato de naturalização sem prejuízo da ação penal cabível pela infração cometida. ([Renumerado e alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

§ 3º A declaração de nulidade a que se refere o parágrafo anterior processar-se-á administrativamente, no Ministério da Justiça, de ofício ou mediante representação

fundamentada, concedido ao naturalizado, para defesa, o prazo de quinze dias, contados da notificação. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 113. O prazo de residência fixado no artigo 112, item III, poderá ser reduzido se o naturalizando preencher quaisquer das seguintes condições: ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

I - ter filho ou cônjuge brasileiro;

II - ser filho de brasileiro;

III - haver prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil, a juízo do Ministro da Justiça;

IV - recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística; ou

V - ser proprietário, no Brasil, de bem imóvel, cujo valor seja igual, pelo menos, a mil vezes o Maior Valor de Referência; ou ser industrial que disponha de fundos de igual valor; ou possuir cota ou ações integralizadas de montante, no mínimo, idêntico, em sociedade comercial ou civil, destinada, principal e permanentemente, à exploração de atividade industrial ou agrícola.

Parágrafo único. A residência será, no mínimo, de um ano, nos casos dos itens I a III; de dois anos, no do item IV; e de três anos, no do item V.

Art. 114. Dispensar-se-á o requisito da residência, exigindo-se apenas a estada no Brasil por trinta dias, quando se tratar: ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

I - de cônjuge estrangeiro casado há mais de cinco anos com diplomata brasileiro em atividade; ou

II - de estrangeiro que, empregado em Missão Diplomática ou em Repartição Consular do Brasil, contar mais de 10 (dez) anos de serviços ininterruptos.

Art. 115. O estrangeiro que pretender a naturalização deverá requerê-la ao Ministro da Justiça, declarando: nome por extenso, naturalidade, nacionalidade, filiação, sexo, estado civil, dia, mês e ano de nascimento, profissão, lugares onde haja residido anteriormente no Brasil e no exterior, se satisfaz ao requisito a que alude o artigo 112, item VII e se deseja ou não traduzir ou adaptar o seu nome à língua portuguesa. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

§ 1º. A petição será assinada pelo naturalizando e instruída com os documentos a serem especificados em regulamento. ([Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

52

§ 2º. Exigir-se-á a apresentação apenas de documento de identidade para estrangeiro, atestado policial de residência contínua no Brasil e atestado policial de antecedentes, passado pelo serviço competente do lugar de residência no Brasil, quando se tratar de:
(Incluído § e incisos pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

I - estrangeiro admitido no Brasil até a idade de 5 (cinco) anos, radicado definitivamente no território nacional, desde que requeira a naturalização até 2 (dois) anos após atingir a maioridade;

II - estrangeiro que tenha vindo residir no Brasil antes de atingida a maioridade e haja feito curso superior em estabelecimento nacional de ensino, se requerida a naturalização até 1 (um) ano depois da formatura.

§ 3º. Qualquer mudança de nome ou de prenome, posteriormente à naturalização, só por exceção e motivadamente será permitida, mediante autorização do Ministro da Justiça.
(Parágrafo único transformado em § 3º pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

Art. 116. O estrangeiro admitido no Brasil durante os primeiros 5 (cinco) anos de vida, estabelecido definitivamente no território nacional, poderá, enquanto menor, requerer ao Ministro da Justiça, por intermédio de seu representante legal, a emissão de certificado provisório de naturalização, que valerá como prova de nacionalidade brasileira até dois anos depois de atingida a maioridade. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

Parágrafo único. A naturalização se tornará definitiva se o titular do certificado provisório, até dois anos após atingir a maioridade, confirmar expressamente a intenção de continuar brasileiro, em requerimento dirigido ao Ministro da Justiça.

Art. 117. O requerimento de que trata o artigo 115, dirigido ao Ministro da Justiça, será apresentado, no Distrito Federal, Estados e Territórios, ao órgão competente do Ministério da Justiça, que procederá à sindicância sobre a vida pregressa do naturalizando e opinará quanto à conveniência da naturalização. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

Art. 118. Recebido o processo pelo dirigente do órgão competente do Ministério da Justiça, poderá ele determinar, se necessário, outras diligências. Em qualquer hipótese, o processo deverá ser submetido, com parecer, ao Ministro da Justiça. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

Parágrafo único. O dirigente do órgão competente do Ministério da Justiça determinará o arquivamento do pedido, se o naturalizando não satisfizer, conforme o caso, a qualquer das condições previstas no artigo 112 ou 116, cabendo reconsideração desse despacho; se o arquivamento for mantido, poderá o naturalizando recorrer ao Ministro da Justiça; em ambos os casos, o prazo é de trinta dias contados da publicação do ato.

Art. 119. Publicada no Diário Oficial a portaria de naturalização, será ela arquivada no órgão competente do Ministério da Justiça, que emitirá certificado relativo a cada naturalizando, o qual será solememente entregue, na forma fixada em Regulamento, pelo juiz federal da cidade onde tenha domicílio o interessado. ([Renumerado o art. 118 para art. 119 e alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

§ 1º. Onde houver mais de um juiz federal, a entrega será feita pelo da Primeira Vara. ([Incluído alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

§ 2º. Quando não houver juiz federal na cidade em que tiverem domicílio os interessados, a entrega será feita através do juiz ordinário da comarca e, na sua falta, pelo da comarca mais próxima. ([Incluído alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

§ 3º. A naturalização ficará sem efeito se o certificado não for solicitado pelo naturalizando no prazo de doze meses contados da data de publicação do ato, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado. ([Parágrafo único transformado em § 3º pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 120. No curso do processo de naturalização, poderá qualquer do povo impugná-la, desde que o faça fundamentadamente. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 121. A satisfação das condições previstas nesta Lei não assegura ao estrangeiro direito à naturalização. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

CAPÍTULO II Dos Efeitos da Naturalização

Art. 122. A naturalização, salvo a hipótese do artigo 116, só produzirá efeitos após a entrega do certificado e confere ao naturalizado o gozo de todos os direitos civis e políticos, excetuados os que a Constituição Federal atribui exclusivamente ao brasileiro nato. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 123. A naturalização não importa aquisição da nacionalidade brasileira pelo cônjuge e filhos do naturalizado, nem autoriza que estes entrem ou se radiquem no Brasil sem que satisfaçam às exigências desta Lei. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 124. A naturalização não extingue a responsabilidade civil ou penal a que o naturalizando estava anteriormente sujeito em qualquer outro país. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

54

TÍTULO XII

Das Infrações, Penalidades e seu Procedimento

CAPÍTULO I

Das Infrações e Penalidades

Art. 125. Constitui infração, sujeitando o infrator às penas aqui cominadas: ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

I - entrar no território nacional sem estar autorizado (clandestino):

Pena: deportação.

II - demorar-se no território nacional após esgotado o prazo legal de estada:

Pena: multa de um décimo do Maior Valor de Referência, por dia de excesso, até o máximo de 10 (dez) vezes o Maior Valor de Referência, e deportação, caso não saia no prazo fixado.

III - deixar de registrar-se no órgão competente, dentro do prazo estabelecido nesta Lei (artigo 30):

Pena: multa de um décimo do Maior Valor de Referência, por dia de excesso, até o máximo de 10 (dez) vezes o Maior Valor de Referência.

IV - deixar de cumprir o disposto nos artigos 96, 102 e 103:

Pena: multa de duas a dez vezes o Maior Valor de Referência.

V - deixar a empresa transportadora de atender à manutenção ou promover a saída do território nacional do clandestino ou do impedido (artigo 27):

Pena: multa de 30 (trinta) vezes o Maior Valor de Referência, por estrangeiro.

VI - transportar para o Brasil estrangeiro que esteja sem a documentação em ordem:

Pena: multa de dez vezes o Maior Valor de Referência, por estrangeiro, além da responsabilidade pelas despesas com a retirada deste do território nacional. ([Redação dada pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

VII - empregar ou manter a seu serviço estrangeiro em situação irregular ou impedido de exercer atividade remunerada:

Pena: multa de 30 (trinta) vezes o Maior Valor de Referência, por estrangeiro.

VIII - infringir o disposto nos artigos 21, § 2º, 24, 98, 104, §§ 1º ou 2º e 105:

Pena: deportação.

IX - infringir o disposto no artigo 25:

Pena: multa de 5 (cinco) vezes o Maior Valor de Referência para o resgatador e deportação para o estrangeiro.

X - infringir o disposto nos artigos 18, 37, § 2º, ou 99 a 101:

Pena: cancelamento do registro e deportação.

XI - infringir o disposto no artigo 106 ou 107:

Pena: detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e expulsão.

XII - introduzir estrangeiro clandestinamente ou ocultar clandestino ou irregular:

Pena: detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e, se o infrator for estrangeiro, expulsão.

XIII - fazer declaração falsa em processo de transformação de visto, de registro, de alteração de assentamentos, de naturalização, ou para a obtenção de passaporte para estrangeiro, laissez-passar, ou, quando exigido, visto de saída:

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e, se o infrator for estrangeiro, expulsão.

XIV - infringir o disposto nos artigos 45 a 48:

Pena: multa de 5 (cinco) a 10 (dez) vezes o Maior Valor de Referência.

XV - infringir o disposto no artigo 26, § 1º ou 64:

Pena: deportação e na reincidência, expulsão.

XVI - infringir ou deixar de observar qualquer disposição desta Lei ou de seu Regulamento para a qual não seja cominada sanção especial:

Pena: multa de 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o Maior Valor de Referência.

Parágrafo único. As penalidades previstas no item XI, aplicam-se também aos diretores das entidades referidas no item I do artigo 107.

56

Art. 126. As multas previstas neste Capítulo, nos casos de reincidência, poderão ter os respectivos valores aumentados do dobro ao quíntuplo. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

CAPÍTULO II Do Procedimento para Apuração das Infrações

Art. 127. A infração punida com multa será apurada em processo administrativo, que terá por base o respectivo auto, conforme se dispuser em Regulamento. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 128. No caso do artigo 125, itens XI a XIII, observar-se-á o [Código de Processo Penal](#) e, nos casos de deportação e expulsão, o disposto nos Títulos VII e VIII desta Lei, respectivamente. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

TÍTULO XIII Disposições Gerais e Transitórias

Art. 129. Revogado.

Art. 130. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos internacionais pelos quais, observado o princípio da reciprocidade de tratamento a brasileiros e respeitados a conveniência e os interesses nacionais, estabeleçam-se as condições para a concessão, gratuidade, isenção ou dispensa dos vistos estatuídos nesta Lei. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 131. Fica aprovada a [Tabela de Emolumentos Consulares e Taxas](#) que integra esta Lei. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#)) - ([Vide Decreto-Lei nº 2.236, de 23.01.1985](#))

§ 1º Os valores das taxas incluídas na tabela terão reajustamento anual na mesma proporção do coeficiente do valor de referências.

§ 2º O Ministro das Relações Exteriores fica autorizado a aprovar, mediante Portaria, a revisão dos valores dos emolumentos consulares, tendo em conta a taxa de câmbio do cruzeiro-ouro com as principais moedas de livre convertibilidade.

Art. 132. Fica o Ministro da Justiça autorizado a instituir modelo único de Cédula de Identidade para estrangeiro, portador de visto temporário ou permanente, a qual terá validade em todo o território nacional e substituirá as carteiras de identidade em vigor. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. Enquanto não for criada a cédula de que trata este artigo, continuarão válidas:

I - as Carteiras de Identidade emitidas com base no [artigo 135 do Decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938](#), bem como as certidões de que trata o [§ 2º, do artigo 149, do mesmo Decreto](#); e

II - as emitidas e as que o sejam, com base no [Decreto-Lei n. 670, de 3 de julho de 1969](#), e nos [artigos 57, § 1º, e 60, § 2º, do Decreto n. 66.689, de 11 de junho de 1970](#).

Art. 133. Revogado.

Art. 134. Poderá ser regularizada, provisoriamente, a situação dos estrangeiros de que trata o artigo anterior. ([Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

§ 1º. Para os fins deste artigo, fica instituído no Ministério da Justiça o registro provisório de estrangeiro.

§ 2º. O registro de que trata o parágrafo anterior implicará na expedição de cédula de identidade, que permitirá ao estrangeiro em situação ilegal o exercício de atividade remunerada e a livre locomoção no território nacional.

§ 3º. O pedido de registro provisório deverá ser feito no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação desta Lei.

§ 4º. A petição, em formulário próprio, será dirigida ao órgão do Departamento de Polícia mais próximo do domicílio do interessado e instruída com um dos seguintes documentos:

I - cópia autêntica do passaporte ou documento equivalente;

II - certidão fornecida pela representação diplomática ou consular do país de que seja nacional o estrangeiro, atestando a sua nacionalidade;

III - certidão do registro de nascimento ou casamento;

IV - qualquer outro documento idôneo que permita à Administração conferir os dados de qualificação do estrangeiro.

§ 5º. O registro provisório e a cédula de identidade, de que trata este artigo, terão prazo de validade de dois anos improrrogáveis, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 6º. Firmados, antes de esgotar o prazo previsto no § 5º, os acordos bilaterais, referidos no artigo anterior, os nacionais dos países respectivos deverão requerer a regularização de sua situação, no prazo previsto na alínea c, do item II do art. 133.

58

§ 7º. O Ministro da Justiça instituirá modelo especial da cédula de identidade de que trata este artigo.

Art. 135. O estrangeiro que se encontre residindo no Brasil na condição prevista no [artigo 26 do Decreto-Lei n. 941, de 13 de outubro de 1969](#), deverá, para continuar a residir no território nacional, requerer permanência ao órgão competente do Ministério da Justiça dentro do prazo de 90 (noventa) dias improrrogáveis, a contar da data da entrada em vigor desta Lei. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. Independendo da satisfação das exigências de caráter especial referidas no artigo 17 desta Lei a autorização a que alude este artigo.

Art. 136. Se o estrangeiro tiver ingressado no Brasil até 20 de agosto de 1938, data da entrada em vigor do [Decreto n. 3.010](#), desde que tenha mantido residência contínua no território nacional, a partir daquela data, e prove a qualificação, inclusive a nacionalidade, poderá requerer permanência ao órgão competente do Ministério da Justiça, observado o disposto no parágrafo único do artigo anterior. ([Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 137. Aos processos em curso no Ministério da Justiça, na data de publicação desta Lei, aplicar-se-á o disposto no [Decreto-lei nº. 941, de 13 de outubro de 1969](#), e no seu Regulamento, [Decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970](#). ([Renumerado o art. 135 para art. 137e alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos processos de naturalização, sobre os quais incidirão, desde logo, as normas desta Lei. ([Alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 138. Aplica-se o disposto nesta Lei às pessoas de nacionalidade portuguesa, sob reserva de disposições especiais expressas na Constituição Federal ou nos tratados em vigor. ([Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

Art. 139. Fica o Ministro da Justiça autorizado a delegar a competência, que esta lei lhe atribui, para determinar a prisão do estrangeiro, em caso de deportação, expulsão e extradição. ([Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81](#))

(*Às Comissões de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo à última a decisão terminativa.*)

Publicado no **DSF**, de 12/07/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF
OS: 13841/2013

PARECER N° , DE 2013

DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *institui a Lei de Migração, regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, estabelece normas de proteção ao emigrante brasileiro e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que institui a Lei de Migração, regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, estabelece normas de proteção ao emigrante brasileiro e dá outras providências.

O autor justifica a proposição na necessidade de se conferir tratamento humanitário ao imigrante, considerado aquele que se estabeleça de forma definitiva ou temporária no Brasil. Com isso, pretende-se conferir efetividade ao disposto no art. 4º, II, da Constituição Federal, no sentido de que a República Federativa do Brasil pauta-se, em suas relações internacionais, pela prevalência dos direitos humanos.

A proposição é dividida em sete Títulos.

No Título I, estabelecem-se os princípios e direitos que nortearão a entrada e estada do imigrante no território nacional. Depois de conceituar imigrante em seu art. 1º, § 1º, como sendo o estrangeiro que transite, trabalhe ou resida e se estabeleça, de forma transitória, temporária ou definitiva no País, a proposição, nos dezessete incisos do art. 2º, elenca os postulados que regerão a política migratória nacional. Após isso, estabelecem-se, no art. 3º, os direitos assegurados aos imigrantes em território nacional.

No Título II, de acordo com o autor da proposição, reforma-se a política de concessão de vistos de trânsito, turismo e negócios, temporário, permanente, diplomático, oficial e de cortesia, a fim de conduná-la com o enfoque humanitário mencionado acima.

No Título III, disciplina-se a repatriação, a deportação e a expulsão, tudo focado na primazia da pessoa humana que declaradamente norteou a elaboração da proposta ora examinada.

No Título IV, são reguladas as diversas modalidades de naturalização, quais sejam: ordinária, extraordinária e especial ou provisória.

No Título V, o autor manifesta a sua intenção de inovar no ordenamento jurídico brasileiro. O faz, mediante a criação de normas relacionadas à proteção do emigrante brasileiro, em aspectos como a sua previdência social, o sequestro de menores, os direitos dos tripulantes de embarcações ou armadoras estrangeiras que operem em território nacional e o sepultamento digno do brasileiro que se encontra fora do País.

Nesse ponto, o autor destaca a necessidade de se tutelar o trabalhador brasileiro que labora fora do País, mediante opção de contribuição retroativa à Previdência Social, relativa ao período trabalhado além das fronteiras nacionais.

No Título VI, a fim de se combater a ação dos chamados “coiotes”, tipifica-se o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de migração. Além disso, diversas sanções administrativas pelo eventual descumprimento da lei constituem objeto da proposição.

No Título VII, dedicado às disposições finais, altera-se a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de se permitir que o brasileiro que tenha laborado no exterior possa, nas condições previstas no art. 21-B que se busca inserir na Lei de Benefícios Previdenciários, contribuir retroativamente para a Previdência Social, na condição de segurado facultativo.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), cabendo à última a decisão terminativa sobre a matéria.

Não houve, até o momento, a apresentação de emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 22, I, XV e XXIII, da Constituição Federal, incumbe à União legislar sobre direito do trabalho; emigração, imigração, entrada, extração e expulsão de estrangeiros e acerca da seguridade social, motivo pelo qual ao mencionado ente federado é atribuída a prerrogativa de disciplinar as matérias objeto do PLS nº 288, de 2013.

Além disso, não se tratam de matérias cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, aos Tribunais Superiores ou ao Procurador-Geral da República, motivo pelo qual aos parlamentares, nos termos do art. 48 da Constituição Federal, é franqueado iniciar o processo legislativo sobre elas.

No tocante à atribuição da CAS para examinar a proposição, o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) a ela confere a tarefa de opinar sobre:

I – relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social;

Assim, nos estritos limites do quanto disposto na mencionada norma do RISF, esta Comissão somente analisará a proposição em foco sob os aspectos que envolvem o seu impacto nas relações trabalhistas e previdenciárias travadas no território nacional.

Ressalte-se, ainda, que não se tratam de questões cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária é o instrumento apto à inserção delas no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, a proposição representa, consoante se depreende de sua justificativa, mudança nas diretrizes que, até então, norteavam a política nacional de migração.

A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, é fruto do regime militar. Por isso, sua preocupação era a de proteger a segurança nacional contra estrangeiros reputados “nocivos” ao corpo social.

Tal se depreende pela mera leitura do art. 2º do citado diploma legal, cujo teor é o seguinte:

Art. 2º Na aplicação desta lei, atender-se-á precípuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

Nota-se que o foco da Lei de 1980 não é a tutela do ser humano, e sim o resguardo do Estado e da segurança nacional contra eventual ação praticada pelo sujeito que não pertença ao povo brasileiro. Tal visão instrumentaliza o estrangeiro, pois o subordina aos interesses do Estado.

Sucede que, a partir da Constituição Federal de 1988, o ser humano passa a ser o fundamento de todo o sistema normativo brasileiro. Tanto é assim que, dentre os pilares da República Federativa do Brasil, encontra-se a dignidade da pessoa humana, positivada no art. 1º, III, da Constituição Federal.

Por isso, não importa a nacionalidade. Toda pessoa que transitar pelo território brasileiro tem, enquanto estiver sujeita à soberania nacional, a garantia de que todos os seus direitos fundamentais (vida, liberdade, propriedade, dentre outros) serão preservados pelo Estado Brasileiro, que não pode, ressalte-se, instrumentalizar a pessoa humana, qualquer que seja a sua procedência geográfica.

Outro não é o sentido do art. 5º, *caput*, da Carta Cidadã:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Os direitos ao trabalho e à previdência social, garantidos no art. 6º da Carta Magna, por conferirem condições materiais para o usufruto das liberdades previstos no citado art. 5º, também se revestem da mencionada jusfundamentalidade, merecendo, portanto, especial atenção do legislador nacional.

A proposição em foco, como já alardeado, colabora para que o trabalho prestado no País, independentemente da nacionalidade do trabalhador,

revista-se de dignidade, garantindo, portanto, pleno desenvolvimento das potencialidades daquele que disponibiliza a sua energia vital em prol de outrem.

Tanto é assim que, nos incisos VII e X do art. 2º da proposição, coloca-se como fundamento da política migratória nacional o incentivo à admissão da mão-de-obra estrangeira necessária ao desenvolvimento do País. Tal mão-de-obra gozará de igualdade de tratamento entre si, além de ter garantido cumprimento das normas de proteção ao trabalhador, nos termos que de dispõe o inciso XI do art. 3º da proposição.

Não menos importante destacar a inclusão previdenciária do brasileiro contratado para laborar fora do País, que poderá, na condição de segurado facultativo, contribuir retroativamente para a Previdência Social. Medidas desse jaez contribuem para dar concretude ao postulado da universalidade de cobertura e de atendimento previsto no art. 194, I, da Constituição Federal, sem, no entanto, desrespeitar o equilíbrio financeiro e atuarial inerente ao modelo bismarkiano de Previdência Social adotado no Brasil e positivado no art. 195, § 5º, da Carta Magna.

Por todas essas razões, sob o prisma do direito do trabalho e da seguridade social, a proposição merece lograr aprovação. Confere-se, pois, valor social ao trabalhador, sem distinção de sua procedência, em manifesto compasso ao disposto no art. 1º, IV, da Carta Magna.

Entretanto, a fim de aperfeiçoar o texto de tão meritória iniciativa, sugerem-se algumas modificações em seu teor.

A primeira delas refere-se à ementa da proposição. Sabe-se que o projeto de lei em exame não disciplina apenas a entrada e saída de estrangeiros no País. Normatizam-se, também, os patamares mínimos de proteção conferidos ao emigrante brasileiro.

Por isso, deve constar na ementa que a proposição também estabelece normas de proteção ao emigrante brasileiro.

Como medida de adequação do PLS nº 288, de 2013, aos imperativos de técnica legislativa, deve-se corrigir a referência constante no § 2º do art. 27 da proposição. No lugar de “§ 2º”, deve constar o termo “§ 1º”.

Ainda com relação à técnica legislativa, no parágrafo único do art. 47, deve a expressão “seguindo” ser substituída por “segundo”, pois a mudança de nome ou prenome, após a naturalização, deve se dar, de acordo com o mencionado dispositivo, de acordo com a legislação nacional.

Com o intuito de adequar a modificação da Lei nº 8.213, de 1991, aos fins que justificam a inclusão do art. 21-B em seu corpo legal, necessário deixar expresso que a permissão de contribuição retroativa nela contida, na condição de segurado facultativo, não se aplica quando o emigrante brasileiro já for vinculado à Previdência Social em outra condição que lhe seja mais favorável, e não somente naquela prevista na alínea “e” do inciso V do art. 11.

Por fim, necessário suprimir a referência ao art. 13-A constante na parte final do art. 102-A que se busca inserir na Lei nº 8.213, de 1991, pois não há o dispositivo referido no corpo da Lei de Benefícios Previdenciários.

III – VOTO

Ante o exposto, vota-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1-CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, a seguinte redação:

“Institui a Lei de Migração, regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, estabelece normas de proteção ao emigrante brasileiro e dá outras providências.”

EMENDA Nº 2-CAS

Dê-se ao § 2º do art. 27 do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 27

.....

§ 2º Em situações excepcionais, poderá ser concedido prazo superior pela autoridade competente ao máximo estipulado no § 1º, devendo o estrangeiro pessoalmente comparecer em periodicidade semanal perante a autoridade competente para informar seu domicílio e atividades.”

EMENDA Nº 3-CAS

Substitua-se, no parágrafo único do art. 47 do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, a expressão “seguindo” por “segundo”.

EMENDA Nº 4-CAS

Dê-se aos arts. 21-B e 102-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 63 do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 63.

‘Art. 21-B.

.....

II – esteve enquadrado:

- a) nas alíneas *c*, *e* e *f* do inciso I do art. 11;
- b) na alínea *e* do inciso V do art. 11.

.....

Art. 102-A.

.....
§ 2º O sujeito passivo será excluído dos parcelamentos a que se refere esta Lei na hipótese de inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que ocorrer primeiro.””

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2013

Senador WALDEMAR MOKA, Presidente

Senador CYRO MIRANDA, Relator



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 49ª REUNIÃO, DE 09/10/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATOR: Senador Cyro Miranda

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB) <i>Relator</i>
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Osvaldo Sobrinho (PTB)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	3. VAGO

PARECER N° , DE 2014

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA sobre o Projeto de Lei
do Senado (PLS) nº 288, de 2013, do Senador
Aloysio Nunes Ferreira, que *institui a Lei de
Migração, regula a entrada e estada de
estrangeiros no Brasil, estabelece normas de
proteção ao emigrante brasileiro e dá outras
providências.*

SF14902.73315-85



RELATOR: Senador EDUARDO BRAGA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, apresentado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, institui a Lei de Migração, regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, estabelece normas de proteção ao emigrante brasileiro e dá outras providências.

Página: 1/5 13/03/2014 17:51:13

9256b594ac3f051f0700d226726c6b25bb695372

Trata-se de proposição de envergadura, com sete títulos, sendo emblematicamente o primeiro dedicado a princípios e direitos humanos do imigrante, que seria o estrangeiro que transite, trabalhe ou resida e se estabeleça, de forma transitória, temporária ou definitiva no País, desconsiderado o turista e outras pessoas sem pretensão de se estabelecer no Brasil. Assim, distintamente da Lei de Estrangeiro em vigor (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980), que esse projeto pretende revogar em quase sua totalidade, dá-se tratamento humanitário à questão, e não de segurança nacional.

Muitos são os princípios dispostos no art. 2º do projeto, como o repúdio à xenofobia, a promoção da entrada regular e de regularização

Recebido em 09/04/14
Hora: 17:45
Anderson A. Azevedo - Matr. 230057
CCJ-SF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
PLS 288 DE 13
Fl. 85 wj



migratória e a não criminalização da imigração. Nesse sentido, cumpre ressaltar que o PLS nº 288, de 2013, não confunde a questão migratória com a cooperação jurídica penal e, ao contrário do Estatuto do Estrangeiro, não versa sobre o tema da extradição.

O Título II versa sobre documentos dos estrangeiros, nomeadamente os vistos de trânsito, turismo e negócios, temporário, permanente, diplomático, oficial e de cortesia, fazendo várias alterações de acordo com as resoluções do Conselho Nacional de Imigração. Além disso, esse título regula o tema do asilo político e da reunião familiar. Já o Título III dispõe sobre a repatriação, a deportação e a expulsão, sem se referir à extradição, conforme já mencionado.



SF14902.7315-85

O Título IV regula a nacionalização ordinária, extraordinária, especial ou provisória, enquanto o Título V inova ao regular o tema do emigrante brasileiro. O Título VI, além de dispor sobre sanções administrativas, tipifica o tráfico internacional de pessoas para fins de migração.

Por fim, o Título VII é sobre as disposições finais, alterando a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com o objetivo de permitir ao brasileiro que tenha trabalhado no exterior poder contribuir retroativamente para a Previdência Social, na condição de segurado facultativo, além de revogar o Estatuto de Estrangeiro, excetuando a matéria extradicional.

Página: 2/5 13/03/2014 17:51:13

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), cabendo à última a decisão terminativa sobre a matéria.

Na CAS, a matéria foi aprovada com quatro emendas. A primeira altera a ementa do PLS nº 288, de 2013, para fazer menção à proteção ao emigrante brasileiro. A segunda corrige erro material presente no § 2º do art. 27, quando este, ao invés de fazer referência ao § 1º, o faz ao próprio § 2º. A terceira é uma emenda de redação ao art. 47, trocando a expressão “seguindo” pela de “segundo”. Por fim, a quarta emenda suprime a referência ao art. 13-A constante na parte final do art. 102-A que se busca inserir na Lei nº 8.213, de 1991, em razão de não existir o dispositivo referido na Lei de Benefícios Previdenciários.

9256b594ac3f051f0700d226726c6b25bb695372

II – ANÁLISE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
PLS Nº 288 DE 13
FL 86 07



Do ponto de vista da competência, alerta-se que o art. 22, incisos I, XV e XXIII, da Constituição Federal, encarrega à União legislar sobre direito do trabalho; emigração, imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros e acerca da seguridade social. Portanto, cabe ao Congresso Nacional regular a matéria objeto do PLS nº 288, de 2013.

Além disso, frise-se, a presente proposição teve o cuidado de não incorrer em vício de iniciativa do Presidente da República, ínsito no art. 84, inc. VI, já que não dispõe sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; tampouco sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos. Não atribui funções ao Ministério da Justiça, não redefiniu o Conselho Nacional de Imigração, tampouco propôs nova autoridade migratória, por exemplo, embora a matéria induza a tal sentido.

Quanto às atribuições da CCJ para examinar a proposição, o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) a ela confere a competência de opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade de matéria de competência da União.

O PLS nº 288, de 2013, não somente é uma proposição adequada ao espírito da Constituição Federal de 1988, como vem para suprimir diploma contrário, que é o Estatuto do Estrangeiro.

A presente proposição amplia os direitos humanos e fundamentais do imigrante, que estão previstos no *caput* do art. 5º da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

Na verdade, a referência a estrangeiro residente no art. 5º é desnecessária e pode até mesmo dar a impressão que estrangeiros não residentes no Brasil não desfrutem de direitos fundamentais. O presente projeto aperfeiçoa esse fundamento constitucional ao ampliar direitos a partir de tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Não esqueçamos que o § 2º desse art. 5º constitucional afirma que os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do

9256b594ac3f051ff0700d226726c6b25bb695372
SF/14902.7315-85

Página: 3/5 13/03/2014 17:51:13

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
PLS Nº 288/13
FL 8709



SF/14902.73315-85


regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Essa ampliação de direitos, evidentemente, não adentrou matéria regulada restritivamente pela Constituição Federal, como é o caso dos direitos políticos, alvo de outra proposição do mesmo parlamentar proponente do PLS nº 288, de 2013. Referimos à PEC nº 25, de 2012, também sob análise desta Comissão, cujo primeiro subscritor é o Senador Aloysio Nunes, e que altera os arts. 5º, 12 e 14 da Constituição Federal para estender aos estrangeiros direitos inerentes aos brasileiros e conferir aos estrangeiros com residência permanente no País capacidade eleitoral ativa e passiva nas eleições municipais.

Ademais, o PLS nº 288, de 2013, por seus princípios e disposições, aperfeiçoa princípios que regem nossas relações internacionais, insitios no art. 4º da Constituição Federal de 1988, tais como a prevalência dos direitos humanos; o repúdio ao racismo; e a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Quanto ao tema da naturalização, o projeto em tela consolidou as quatro formas de naturalização praticadas no Brasil, com base na Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, no Estatuto do Estrangeiro (EE) e na Constituição Federal (CF), nomeadamente: naturalização ordinária (art. 8º da Lei nº 818, de 1949, art. 111 e seguintes do EE c/c art. 12, II, a, da CF), naturalização extraordinária (artigo art. 12, II, b, da CF), naturalização especial (art. 9º, VI, e art. 11 da Lei nº 818, de 1949, e art. 114 do EE) e naturalização provisória (art. 116 do EE). Não há supressão de direito constitucional, ao contrário, sistematiza-se o já há muito tempo é praticado por influência de diversas legislações, inclusive a norma magna.

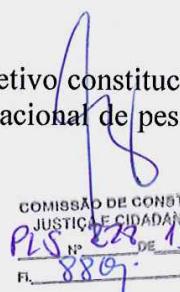
Igualmente, cumpre ressaltar que o PLS nº 288, de 2013, parte do princípio da não criminalização imigração. Entrar e sair irregularmente de um país não pode ser crime, e sim deve ser uma infração administrativa. Contudo, essa ideia pode contrastar com o art. 109, inciso V, da Constituição Federal, quando confere competência à Justiça Federal para:

X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (...)

A solução dada pelo projeto é de que o objetivo constitucional seria o de criminalizar o tráfico (ou contrabando) internacional de pessoas,

Página: 4/5 13/03/2014 17:51:13

9256b594ac3f051f0700d226726c6b25bb69e372


 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
 JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
 PLS N° 288 DE 13
 Fl. 889



coibindo quem ganha vantagem indevida ao submeter imigrantes a fluxo irregular de imigração. Em outros termos, reprime os chamados “coiotes”.

Por fim, as quatro emendas aprovadas na CAS, ao oferecer correções de índole material ou redacional, são bem vindas ao aperfeiçoamento do louvável projeto.

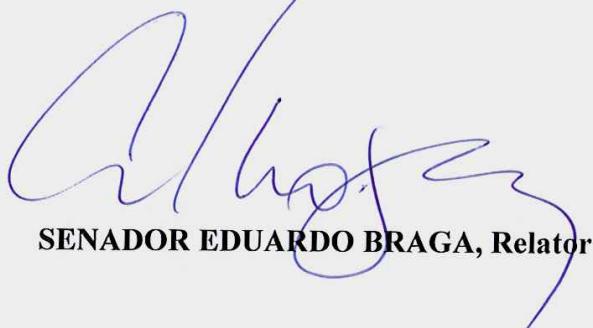
III – VOTO

Ante o exposto, por ser estar adequado à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, vota-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4-CAS - CCJ.

8
SF/14902.73315-85
|||||

Sala da Comissão, 4 de junho de 2014.

Senador Aníbal Diniz, Presidente *em exercício*



SENADOR EDUARDO BRAGA, Relator

Página: 5/5 13/03/2014 17:51:13

9256b594ac3f051ff0700d226726c6b25bb695372



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
PLS N° 228 DE 13
Fl. 89/99



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 33ª REUNIÃO, DE 04/06/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
PRESIDENTE em exercício: Senador Aníbal Diniz (Vice-Presidente da CCJ)
RELATOR: Senador Eduardo Braga

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Aníbal Diniz (PT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	8. Paulo Paim (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	9. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	4. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	7. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	9. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Paulo Bauer (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Cidinho Santos (PR)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)

1^a PARTE - DELIBERATIVA

2

RELATÓRIO N° , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Nº 18, de 2015, da Senhora Presidenta da República (Mensagem nº108, de 2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

RELATOR: Senador LINDBERGH FARIAS

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o curriculum vitae, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, filho de

Alberto Raposo Lopes e Heloisa Sylvia Leal Raposo Lopes, nasceu em 7 de novembro de 1958 no Rio de Janeiro/RJ. Ingressou em 1982 no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Em 1983, tornou-se Terceiro Secretário. Foi promovido a Segundo Secretário em 1987; a Primeiro Secretário em 1995; a Conselheiro em 2001; a Ministro de Segunda Classe em 2007; e a Ministro de Primeira Classe em 2010, sempre por merecimento.

Entre as divisões e departamentos a que serviu no Itamaraty, podemos mencionar a Divisão de Transmissões Internacionais; a Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos; o Departamento de Integração Latino-Americana, como Coordenador Executivo; a Divisão de Visitas; na condição de Subchefe; a Coordenadoria-Geral de Planejamento de Pessoal, com Coordenador-Geral; o Cerimonial, como assessor; o Departamento de Serviço Exterior e o Cerimonial da Presidência da República, como assessor e, posteriormente, como Chefe.

Serviu na Delegação junto à ALADI – Associação Latino Americana de Integração, em Montevidéu (de 1985 a 1988); e nas Embaixadas de Paris (de 1988 a 1991); Nova Déli (1991 a 1994); Roma (1997 a 2000); Buenos Aires (2002 a 2005); Cairo (2005-2007); e México (2011 até o presente).

Foi condecorado com a Ordem do Mérito da República Italiana, Itália, no grau de Oficial; com a Ordem Infante D. Henrique, Portugal, no grau de Oficial; com a Ordem do Mérito, Alemanha (Cruz do Mérito 1^a Classe); com a Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, no grau de Oficial; com a Medalha do Pacificador; com a Ordem de Rio Branco, Brasil, no grau de Comendador.

Sobre a República do Peru, devemos expor, inicialmente, considerações contidas no informe ministerial, no tocante às relações bilaterais, de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão.

Cabe mencionar, em primeiro lugar, que as relações Brasil/Peru vêm de longa data. Com

efeito, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Peru no longínquo ano de 1826, data em que esse nosso vizinho designou José Domingos Cáceres como primeiro Encarregado de Negócios no Rio de Janeiro. Em 1829, Duarte da Ponte Ribeiro foi designado como primeiro Encarregado de Negócios do então Império do Brasil em Lima.

Desde então, a relações bilaterais têm sido bastante fluidas.

No campo comercial, deve-se assinalar que, no ano passado, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 3,531 bilhões. Saliente-se que, em 2001, nosso intercâmbio comercial com o Peru ascendia a apenas US\$ 518 milhões. Portanto, neste início de século nosso intercâmbio comercial com esse vizinho aumentou ao redor de 600%. Outro ponto a ser destacado nesse fluxo comercial tange ao fato de que ele é sistematicamente superavitário a favor do Brasil. No ano de 2012, por exemplo, obtivemos um superávit comercial com o Peru de US\$ 1,12 bilhão.

Contudo, com a recente desaceleração da economia peruana, tal saldo diminuiu, em 2013 e 2014. Nesse último ano, nosso saldo positivo foi de somente US\$ 106 milhões.

Mesmo com tal desaceleração, o Brasil conseguiu consolidar-se como o terceiro maior parceiro comercial do Peru, atrás apenas dos EUA e da China.

Para o Peru, o Brasil exporta majoritariamente produtos industrializados. Com efeito, a proporção de produtos manufaturados e semimanufaturados no total de nossas exportações para o Peru ascende a 93%. Exportamos para o Peru principalmente produtos metalúrgicos, chassis de caminhões e ônibus com cabines e motores diesel, automóveis, tratores, escavadoras e papel, além de petróleo.

Tal fato volta a demonstrar a importância do processo de integração da América do Sul para a nossa indústria de transformação.

Já o Peru exporta para o Brasil principalmente produtos minerais, como zinco, cobre e

fosfatos.

Esse comércio fluido e significativo do Brasil com o Peru assenta-se juridicamente no Acordo de Complementação Econômica (ACE) firmado entre o Mercosul e o Peru, no âmbito da ALADI. De fato, o Acordo de Complementação Econômica (ACE nº 58), que entrou em vigor em 2005, vem abrindo o mercado do Peru aos produtos oriundos do Brasil e do resto do Mercosul. Isso significa que o Peru já faz parte da área de livre comércio do Mercosul, embora não seja membro pleno. A bem da verdade, em virtude desses acordos firmados na esfera da ALADI, toda a América do Sul já está unida numa grande área de livre comércio, que abrange, de igual maneira, os países da Aliança do Pacífico e os do Mercosul.

Não obstante o que reza tal acordo, o Peru tem relutado em estender as preferências tarifárias nele previstas aos produtos originários da Zona Franca de Manaus. Em virtude de tal resistência do Peru, criou-se um Grupo de Trabalho sobre Zonas Francas, o qual realizou três reuniões até o momento, sendo a última em outubro de 2014, sem que se chegasse a um acordo.

Há também debates e negociações concernentes à área agrícola. O Governo Humala, que preside atualmente o Peru, tem pressionado as autoridades sanitárias brasileiras para que imprimam maior celeridade ao processo de Análise de Riscos de Pragas.

A resistência do Peru, em relação aos produtos oriundos da Zona Franca de Manaus, não deixa de causar um pouco de estranheza, pois esse país vem adotando, há anos, uma estratégia econômica de abertura comercial praticamente irrestrita. De fato, o Peru, como se reconhece nas informações enviadas pelo Itamaraty, está entre os países latino-americanos que adotaram, desde a década de 1990, modelo de desenvolvimento econômico com ênfase na abertura comercial e nos tratados de livre comércio.

O Peru já possui acordos comerciais com mais de 20 países, participa da Parceria Transpacífica (TPP), da APEC, da Aliança do Pacífico, da Comunidade Andina e do

Mercosul, como membro associado.

O principal acordo de livre comércio do Peru é, entretanto, o Tratado de Livre Comércio (TLC) firmado com os EUA, e que começou a entrar em vigor em 2009.

Os resultados iniciais não parecem muito promissores. Com efeito, desde 2011 que as trocas comerciais com os EUA foram deficitárias para o Peru (US\$ -1,3 bi, em 2011; US\$ -1,8 bi, em 2012; e US\$ -1,5 bi, em 2013). Em março de 2013, entrou em vigor o TLC do Peru com a União Europeia.

Na realidade, o déficit da balança comercial peruana vem aumentando. Passou de US\$ 1,41 bilhão, em 2013, para US\$ 4,02 bilhões, em 2014.

Como em quase todos os países do continente, a economia peruana também está desacelerando.

Segundo as informações enviadas pelo MRE, a desaceleração econômica registrada em 2014 (2,35%, contra 5,8% de 2013) levou o Ministro da Economia Luis Castilla a renunciar, em setembro de 2014.

Assim, a existência de um sem número de acordos de livre comércio não parece fazer grande diferença, no que tange ao estímulo ao crescimento econômico.

Outro ponto que necessita ser mencionado neste Relatório se relaciona ao baixo progresso feito no Peru no combate à desigualdade. Embora a pobreza monetária tenha se reduzido, nos últimos anos, de 49% da população para cerca de 24%, os índices de Gini do Peru permanecem praticamente idênticos aos que vigoravam na década de 1990. Ademais, as regiões de Pasco, Huancavelica, Amazonas, Ayacucho y Cajamarca ainda têm 45% de sua população abaixo da linha da pobreza. Nessas regiões mais pobres, cerca de 30% da população não conseguem comprar a cesta básica de alimentos.

Entre os desafios ambientais do Peru, devemos destacar os danos ao meio ambiente causados pelas mineradoras ilegais, especialmente na região de Madre de Dios. Também é preciso assinalar que o Peru tem 70% da sua população concentrada em zonas de escassez de água, como a Região da Costa, o que torna esse país muito vulnerável às mudanças climáticas e ao stress hídrico. Saliente-se que o Peru já perdeu ao redor de 40% de seus glaciares andinos, fonte fundamental de água para irrigar a sua agricultura.

No que se refere aos investimentos, deve-se sublinhar que o Peru é o terceiro maior destino dos investimentos brasileiros na América do Sul, atrás apenas de Argentina e Uruguai, membros plenos do Mercosul. O estoque de investimentos brasileiros no Peru já soma US\$ 1,9 bilhão, o que faz do Brasil a sexta maior origem de investimentos estrangeiros no Peru.

Considere-se, adicionalmente, que tal estoque deve aumentar muito mais. Conforme as informações enviadas pelo Itamaraty, em julho de 2014, o consórcio Odebrecht-Enagás venceu licitação para construção e operação do Gasoduto do Sul, pelo valor de US\$ 7,3 bilhões. Tal gasoduto terá extensão de cerca de 1.000 km, e deverá ser construído até maio de 2019.

É oportuno mencionar também que há financiamentos do BNDES para a construção da hidrelétrica de Chaglla (exportação de serviços) e para a exportação de aeronaves Super Tucano, da Embraer (exportação de bens). Sem o concurso do BNDES, as operações financeiras que viabilizam essas exportações volumosas seriam impossíveis.

Além dessa relação robusta no campo comercial e econômico, é preciso salientar que Brasil e Peru cooperam ativamente em várias áreas.

Uma das mais profícias tange à cooperação no combate às drogas, já que o Peru é um dos países que tem maior área plantada de folha de coca. As atividades continuam intensas, nesse âmbito de cooperação. O próprio Diretor Antidrogas da Polícia Nacional do Peru visitou Brasília entre 24 e 27 de março do corrente, no âmbito do convênio de

cooperação bilateral para o combate ao narcotráfico. A visita deu seguimento à reunião da VIII Comissão Mista Brasil-Peru sobre Drogas e Temas Conexos, realizada em setembro de 2014, em Brasília.

Um ponto que também merece atenção e cooperação diz respeito à imigração haitiana. Por demanda do Brasil, o Peru passou a exigir vistos de entrada a haitianos, de forma a coibir a ação de coiotes.

Mesmo com tal exigência por parte do Peru e com a concessão de vistos permanentes pelo Brasil, a imigração irregular e as atividades dos coiotes não foram inibidas.

A Polícia Federal de Epitaciolândia, no Acre, calculou que 13.047 imigrantes tenham entrado no Brasil por aquela fronteira e solicitado refúgio em 2014 (média de 1.087 por mês). Segundo o Governo do Acre, desde 2010 já entraram 34.368 imigrantes. Somente entre janeiro e fevereiro de 2015, teriam entrado 3.201 haitianos pelo Acre, gerando muita pressão nos municípios de fronteira daquele estado brasileiro.

Por último, cabe destacar, neste Relatório, que, além do setor consular da Embaixada em Lima e do Consulado em Iquitos, o Brasil possui Consulados honorários em Arequipa e Cusco. O Itamaraty estima que a comunidade brasileira no Peru seja de 3.413 indivíduos.

Dante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 18, DE 2015 (Nº 108/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Os méritos do Senhor Marcos Leal Raposo Lopes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de abril de 2015.

EM nº 00151/2015 MRE

Brasília, 13 de Abril de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARCOS LEAL RAPOSO LOPES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARCOS LEAL RAPOSO LOPES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCOS LEAL RAPOSO LOPES

CPF.: 610.875.217-34

ID.: 5073 MRE

1958 Filho de Alberto Raposo Lopes e Heloisa Sylvia Leal Raposo Lopes, nasce em 7 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1982	CPCD - IRBr
1993	CAD - IRBr
2007	CAE - IRBr - Cooperação com os Países Árabes - O Potencial da Liga dos Estados Árabes como Parceira do Brasil

Cargos:

1983	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1995	Primeiro-Secretário, por merecimento
2001	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2010	Ministro de Primeira Classe

Funções:

1984-85	Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
1985	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
1985-88	Delegação junto à ALADI, Montevidéu, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1988-91	Embaixada em Paris, Segundo-Secretário
1991-94	Embaixada em Nova Delhi, Segundo-Secretário
1994-95	Departamento de Integração Latino-Americana, Coordenador Executivo, substituto
1995-96	Divisão de Visitas, Subchefe
1996-97	Cerimonial, assessor
1997-2000	Embaixada em Roma, Primeiro Secretário
2000	Departamento do Serviço Exterior, assessor
2000-02	Coordenadoria-Geral de Planejamento de Pessoal, Coordenador-Geral
2002-05	Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
2005-07	Embaixada no Cairo, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2007-09	Cerimonial da Presidência da República, Assessor
2009-11	Cerimonial da Presidência da República, Chefe
2011-	Embaixada no México, Embaixador

Condecorações:

1995	Ordem do Mérito da República Italiana, Itália, Oficial
1995	Ordem Infante D. Henrique, Portugal, Oficial
1995	Ordem do Mérito, Alemanha, Cruz do Mérito 1ª Classe
1996	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
2006	Medalha do Pacificador
2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

Publicações:

- 2012 "Internacionalização da educação superior no México", in Mundo Afora, n. 9, DIVULG/Ministério das Relações Exteriores : Brasília, 2012, em co-autoria com Paulo Vassily Chuc.
- 2013 "Políticas de Inovação no México: o apoio à Ciência&Tecnologia", in Mundo Afora, n. 10, DIVULG/Ministério das Relações Exteriores : Brasília, 2013, em co-autoria com Larissa Lima Lacombe.
- 2014 "Implicaciones económicas y políticas del futbol" in Foreign Affairs Latinoamérica, vol. 14, número 3, 2014, em co-autoria com Pablo Braga Costa Pereira.

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria Geral da América do Sul, Central e Caribe

Departamento da América do Sul II

Divisão da América Meridional III

PERU**Informação Ostensiva
Abril de 2015**

Informação elaborada em 1º de abril de 2015 pelo Conselheiro Marcelo Ramos Araújo e pelo Secretário Marcelo Hasunuma. Revisada pelo Embaixador Clemente Baena Soares.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Peru
CAPITAL	Lima
ÁREA	1.285.219 km ²
POPULAÇÃO	30,9 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	O espanhol é o único idioma com <i>status de idioma oficial</i> em todo o país; a Constituição peruana determina que "São idiomas oficiais o castelhano e, nas zonas em que predominem, também o são o quéchua, o aimará e as demais línguas aborígenes".
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (81,3%), protestantes (12,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Ollanta Moisés Humala Tasso (desde julho de 2011)
MINISTRA DE RELAÇÕES EXTERIORES	Ana María Sánchez Vargas de Ríos (desde 2 de abril de 2015)
PIB nominal (2013)	US\$ 202,4 bilhões
PIB PPP (2013)	US\$ 357,6 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2013)	US\$ 6.500
PIB PPP <i>per capita</i> (2013)	US\$ 11.600
VARIAÇÃO DO PIB	2,35% (2014), 5,8% (2013)
IDH (2013)	0,737 (82º)
EXPECTATIVA DE VIDA	74,8 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	94%
UNIDADE MONETÁRIA	Novo Sol (<i>Nuevo Sol</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Jorge Porfirio Bayona Medina
COMUNIDADE BRASILEIRA	3.413 (2013)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL - PERU	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
INTERCÂMBIO	2.297	2.652	3.255	1.973	2.927	3.637	3.702	3.919	3.531
EXPORTAÇÕES	1.509	1.648	2.298	1.489	2.020	2.262	2.415	2.147	1.818
IMPORTAÇÕES	788	1.004	956	484	907	1.374	1.287	1.772	1.714
SALDO	721	644	1.342	1.005	1.113	888	1.127	375	104

PERFIS BIOGRÁFICOS**OLLANTA MOISÉS HUMALA TASSO**
Presidente da República

Nasceu em Lima, em 27 de junho de 1962. Ingressou no Exército, chegando ao posto de Tenente-Coronel. Doutorou-se em Ciências Políticas pelo Instituto de Altos Estudos para a América Latina. Foi Adido Militar do Peru na França, em 2003, e na Coreia do Sul, em 2004.

Em 2000, durante o Governo de Alberto Fujimori, liderou levante militar em Locumba (Região de Tacna, sul do Peru), defendendo o restabelecimento da ordem constitucional após o fechamento do Congresso. Derrotado, recebeu perdão do Congresso Nacional após a renúncia do Presidente da República. Fundou, em 2005, o “Partido Nacionalista Peruano (PNP)”, pelo qual concorreu pela primeira vez à Presidência da República, em 2006, sendo derrotado por Alan García no segundo turno.

Nas eleições de 2011, criou a coalizão “Gana Perú”, liderada pelo PNP, com outros partidos de esquerda e centro-esquerda. Foi o candidato mais votado no primeiro turno (10/4/11), com 31,7% dos votos. A segunda colocada, Keiko Fujimori, logrou 23,5%. O segundo turno foi realizado em 5 de junho. Na ocasião, Humala foi eleito com 51,4% dos votos válidos, enquanto sua oponente obteve 48,6%.

As próximas eleições presidenciais serão realizadas em abril de 2016. O ordenamento jurídico peruano não permite a reeleição consecutiva para a Presidência da República.

ANA MARÍA SÁNCHEZ VARGAS DE RÍOS
Ministra das Relações Exteriores



A Ministra das Relações Exteriores da República do Peru, Embaixadora Ana María Sánchez Vargas de Ríos, é diplomata de carreira do Serviço Exterior Peruano.

A Embaixadora Ana María Sánchez exercia, até 2 de abril de 2015, a função de Chefa de Gabinete do então Ministro das Relações Exteriores. A Embaixadora já exercia a função de Chefe de Gabinete do cargo máximo da Chancelaria desde o início do Governo Humala, tendo exercido a Chefia de Gabinete dos três Chanceleres que já ocuparam o cargo no atual Governo, desde 2011.

Em 2 de abril de 2015, a Chancelaria peruana anunciou que a diplomata María Sánchez Vargas de Ríos estava sendo designada, pelo Presidente peruano Ollanta Humala, para exercer o cargo de Embaixadora do Peru na França. Dois dias mais tarde, porém, em 4 de abril de 2015, o Governo peruano anunciou que a Embaixadora fora nomeada nova Ministra das Relações Exteriores da República do Peru.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Peru em 1826, ano em que o país vizinho designou José Domingos Cáceres como primeiro Encarregado de Negócios no Rio de Janeiro. Em 1829, Duarte da Ponte Ribeiro foi designado como primeiro Encarregado de Negócios do então Império do Brasil em Lima.

Por ocasião da visita da Presidenta da República ao Peru, em novembro de 2013, foi assinado acordo na área de telecomunicações, estabelecendo o fim da cobrança de “roaming” nos serviços de telefonia móvel na fronteira. Os Presidentes participaram, ainda, do encerramento de Foro Empresarial e da Reunião do Conselho Empresarial Brasil-Peru.

O Presidente Humala visitou o Brasil ainda como Presidente-eleito em junho de 2011, e retornaria ao país para participar da Cúpula Rio+20, em 2012, e da Cúpula BRICS-América do Sul, em julho de 2014.

Brasil, Peru e China negociam, desde 2014, projeto de ferrovia bicontinental, que permitirá o escoamento de grãos produzidos no centro-oeste para porto no Pacífico. Desde então, são realizadas videoconferências entre as três partes para a elaboração dos estudos de viabilidade.

Temas sociais: Ações em curso na área de saúde também assinalam entendimentos bilaterais recentes. Desde 2013, realizaram-se quatro missões de cooperação envolvendo o Ministério da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em matéria de produção de medicamentos, gestão hospitalar e implantação de programa análogo ao “Farmácia Popular” brasileiro no Peru. Em agosto de 2014, realizou-se videoconferência com representantes dos Ministérios da Saúde do Brasil e Peru na área de saúde.

Comércio bilateral: Em 2014, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 3,531 bilhões. Exportações brasileiras para o Peru vêm caindo desde 2013, em razão da desaceleração da economia peruana. Superávit brasileiro caiu 72,35% em 2014 em relação a 2013. Em 2013, já havia caído 66,8% em relação a 2012. Ainda assim, o Brasil consolidou-se (desde 2013) como o terceiro parceiro comercial do Peru (atrás apenas de Estados Unidos e China) e terceiro maior fornecedor, além de tornar-se o quinto destino das exportações peruanas.

Entre os países da América do Sul, o Peru é o terceiro maior destino dos investimentos brasileiros, atrás de Argentina e Uruguai, com estoque de US\$ 1,9 bilhão (5% do total), o que faz do Brasil a sexta maior origem de investimentos estrangeiros no Peru. Em julho de 2014, o consórcio Odebrecht-Enagás venceu licitação para construção e operação do Gasoduto do Sul, pelo valor de US\$ 7,3 bilhões. Gasoduto terá extensão de cerca de 1.000 km, e deverá ser construído até maio de 2019. Recentemente, destacam-se, ainda, os crescentes investimentos peruanos no Brasil nos setores bancário, de bebidas e alimentos.

Não obstante os fluxos crescentes do comércio bilateral, persistem alguns contenciosos. O Peru tem relutado em estender as preferências tarifárias previstas no Acordo MERCOSUL-Peru aos produtos originários da Zona Franca de Manaus. Grupo de Trabalho sobre Zonas Francas realizou três reuniões até o momento, sendo a última em outubro de 2014, sem que se chegasse a um acordo. Na área agrícola, o Governo Humala tem pressionado as autoridades sanitárias brasileiras para que imprimam maior celeridade ao processo de Análise de Ricos de Pragas. Essas questões poderão ser examinadas durante próxima reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio (Brasília, 22 de abril de 2015).

Imigração haitiana: A exigência de visto por parte do Peru e a concessão de vistos permanentes pelo Brasil não foram suficientes para impedir a imigração irregular e as atividades dos coiotes. A Polícia Federal de Epitaciolândia, no Acre, calculou que 13.047 imigrantes tenham entrado no Brasil por aquela fronteira e solicitado refúgio em 2014 (média de 1.087 por mês). Segundo o Governo do Acre, desde 2010 já entraram 34.368 imigrantes. Entre janeiro e fevereiro de 2015, entraram 3.201.

Cooperação no combate às drogas: Diretor Antidrogas da Polícia Nacional do Peru visitou Brasília entre 24 e 27 de março, no âmbito do convênio de cooperação bilateral para o combate ao narcotráfico. A visita deu seguimento à reunião da Comissão Mista sobre Drogas, realizada em setembro de 2014, em Brasília.

Assuntos consulares: Além do setor consular da Embaixada em Lima e do Consulado em Iquitos, há Consulados honorários em Arequipa e Cusco. Estima-se a comunidade brasileira no Peru em 3.413 indivíduos.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Há financiamentos do BNDES para a construção da hidrelétrica de Chaglla e para a exportação de aeronaves Super Tucano, da Embraer.

POLÍTICA INTERNA

Em 31 de março de 2015, o Congresso do Peru aprovou moção de censura ao Gabinete da Primeira-Ministra Ana Jara, a primeira vez desde 1963. A razão alegada foi o monitoramento ilegal de políticos e personalidades peruanas pela Direção Nacional de Inteligência. A moção foi aprovada por 72 votos a favor, 42 contrários e 2 abstenções. Em 2 de abril de 2015, o Presidente Humala designou o ex-Ministro da Defesa, Pedro Cateriano, como novo Presidente do Conselho de Ministros.

O Congresso do Peru é unicameral, composto, desde 2011, por 130 congressistas, com mandato de 5 anos.

No Congresso, o Governo não dispõe de maioria, dependendo de frágeis alianças com outros partidos.

Segundo pesquisa divulgada em dezembro de 2014, estando a pouco mais de um ano das próximas eleições presidenciais (em que concorrerá à reeleição), Humala tem aprovação de apenas 22% dos entrevistados.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Peru busca posicionar o país como "potência regional emergente". Entre as prioridades de política externa, destacam-se a participação na Aliança do Pacífico, mecanismo fortemente estimulado pelo ex-Presidente Alan García em seu mandato, e a integração com os países asiáticos. O Peru tenciona tornar-se membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O pleito peruano emula México e Chile, que já são membros da Organização.

O Peru será sede de diversos eventos internacionais nos anos vindouros, como a Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em outubro de 2015; a Cúpula da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (*Asia-Pacific Economic Cooperation – APEC*), em 2016; e os Jogos Pan-americanos de 2019. Em dez/14, foi sede da Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança Climática (COP 20).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Peru está entre os países latino-americanos que adotaram, desde a década de 1990, modelo de desenvolvimento econômico com ênfase na abertura comercial e nos tratados de livre comércio. Hoje, o país possui acordos comerciais com mais de 20 países, participa da Parceria Transpacífica (TPP) e da APEC. Nos últimos anos, o Peru alcançou altos níveis de crescimento econômico, em grande parte vinculado às exportações de minérios (60% da pauta). Esse crescimento, no entanto, não beneficiou de forma significativa a parcela mais pobre da população, especialmente no Sul do país.

Crescimento, investimento e inflação: A desaceleração econômica registrada em 2014 (2,35%, contra 5,8% de 2013) levou o Ministro da Economia Luis Castilla a renunciar, em setembro de 2014. Em resposta à desaceleração da economia, o Governo peruano lançou, em novembro de 2014, pacote econômico que prevê um impulso fiscal equivalente a quase 2% do PIB, entre gastos do Governo e renúncia tributária. Ademais, o Banco Central deverá manter política monetária expansionista e taxa de câmbio desvalorizada, o que deverá contribuir para aumentar a competitividade do setor exportador. Em 2014, a inflação foi de 3,2%, contra 2,86% em 2013.

Setor Externo: Em 2014, as exportações peruanas registraram queda de 8,9%, ao passo que as importações caíram 2,5%. O déficit da balança comercial peruana passou de US\$ 1,41 bilhão, em 2013, para US\$ 4,02 bilhões, em 2014. Em 2012, o país havia registrado superávit de US\$ 4,2 bilhões. Principais motivos do aumento do déficit comercial foram a grande queda das vendas de petróleo e gás natural e de minérios. Desde 2013, o Brasil é o 3º maior parceiro comercial e 3º maior provedor do Peru, atrás apenas de EUA e China. Entre destinos das exportações peruanas, país ocupa 5º posição. Brasil outorga margem de preferência de 100% para 99,8% do universo tarifário peruano.

Em vigor desde 2009, o TLC com os EUA foi o primeiro de uma série de mais de 20 acordos do tipo. De 2011 a 2013, as trocas com os EUA foram deficitárias para o Peru (US\$ 1,3 bi, US\$ 1,8 bi, e US\$ 1,5 bi, respectivamente). Em março de 2013, entrou em vigor o TLC com a União Europeia.

Perspectivas: Em 2014, houve brusca queda do crescimento econômico (2,35%), porém, as expectativas são de recuperação em 2015, com base no aumento da capacidade exportadora, principalmente do setor de mineração.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PERU

1535: Foi fundada Ciudad de los Reyes (hoje Lima), capital do Vice-Reinado do Peru, porção rica em prata, ouro e mercúrio da então colônia espanhola nas Américas.

1821: Declaração de independência do Peru, por José de San Martín.

1824: Derrota final dos espanhóis, imposta pelas tropas de Antonio José Sucre.

1879 -1884: Guerra do Pacífico - o Peru perde para o Chile o controle das jazidas de nitrato no deserto de Atacama e na província de Tarapacá.

1924: Haya de la Torre funda a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA).

1963: Fernando Belaúnde Terry, da Ação Popular (AP), é eleito presidente e inicia a reforma agrária.

1968: Belaúnde é deposto pelo general nacionalista Juan Velasco Alvarado, que expropria empresas petrolíferas dos Estados Unidos (EUA).

1975: Alvarado é deposto pelo general conservador Morales Bermúdez, que devolve o poder aos civis em 1979.

1980: Belaúnde reelege-se presidente. O grupo Sendero Luminoso (inspirado nas idéias do líder comunista chinês Mao Tsé-Tung) inicia atividades terroristas em Ayacucho.

1985: Alan García (APRA) torna-se presidente e decreta moratória da dívida externa.

1990: Vargas Llosa perde as eleições presidenciais para o independente Alberto Fujimori.

1992: Fujimori fecha o Congresso, em abril, e suspende as garantias constitucionais, no episódio conhecido como autogolpe.

1992: O líder máximo do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, é capturado, julgado e condenado à prisão perpétua.

1993: Nova Constituição prevê a reeleição presidencial e a pena de morte para terroristas. Surgem denúncias de violação de direitos humanos. Fujimori é reeleito.

2000: Escândalos políticos levam Fujimori a anunciar a redução de seu mandato para um ano, em setembro. Aproveitando viagem ao Japão, Fujimori renuncia. O Congresso não aceita a renúncia e destitui Fujimori por "incapacidade moral".

2001: Após disputar segundo turno com García, Alejandro Toledo vence, em junho, as eleições presidenciais, com 53,1% dos votos.

2006: Nas eleições parlamentares, em abril, o APRA obtém o maior número de assentos, com 36 deputados eleitos. O Partido Nacionalista, de Ollanta Humala, elege 23 parlamentares. O partido elege a deputada mais votada, Keiko Fujimori, filha do ex-presidente.

2006: Alan García, do APRA, torna-se presidente, em julho, pela segunda vez, após derrotar Ollanta Humala, da “Unión por el Perú”, no segundo turno.

2008: Ocorre greve geral em todo o território peruano, em julho.

2008: O Presidente Alan García lança em Dezembro pacote de medidas anti-crise, que tem como um dos pilares centrais o aumento do gasto público para reativação da economia peruana.

2009: O TLC Peru-EUA entra em vigor, em fevereiro.

2009: Entra em vigor o TLC Peru-Chile, em março.

2009: Em abril, a Corte Suprema peruana condenou o ex-Presidente Alberto Fujimori a 25 anos de prisão por violações de direitos humanos.

2009: Em abril, integrantes do movimento Sendero Luminoso perpetraram ataque contra soldados das Forças Armadas peruanas. O ataque deixou saldo de 13 mortos.

2009: Durante o mês de junho, comunidades indígenas da região da selva peruana organizaram uma greve pela derrogação de decretos legislativos emitidos no âmbito do Tratado de Livre Comércio com os EUA. O “Paro Amazônico” transformou-se em um dos conflitos sociais mais graves dos últimos anos, após as mortes de 34 pessoas, entre indígenas e policiais, nas proximidades da cidade de Bagua.

2009: Diante da crise política agravada pelo “Paro Amazônico”, o Presidente Alan Garcia designou novo Presidente do Conselho de Ministros e seis novos Ministros de Estado, em julho.

2011: Em junho, Ollanta Humala é eleito Presidente do Peru.

2011: Em julho, Salomón Lerner é designado como o primeiro Presidente do Conselho de Ministros. Renunciou em dezembro de 2011.

2011: Em dezembro, Óscar Valdés Dancuart é designado como Presidente do Conselho de Ministros.

2012: Em julho, Juan Jiménez Mayor é designado como Presidente do Conselho de Ministros.

2013: Em outubro, César Villanueva Arévalo é designado como Presidente do Conselho de Ministros.

2014: Em fevereiro, René Cornejo Díaz é designado como Presidente do Conselho de Ministros.

2014: Em julho, Ana Jara é designada como Presidente do Conselho de Ministros.

2015: Em 31 de abril, o Congresso do Peru aprovou moção de censura ao Gabinete da Primeira-Ministra Ana Jara, em razão de denúncias de espionagem a políticos praticada pela Direção Nacional de Inteligência (DINI). Foi a primeira moção de censura aprovada desde 1963.

2015: Em 2 de abril, Pedro Cateriano é designado como Presidente do Conselho de Ministros.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1826: O Peru, sob o Governo de Simon Bolívar, designa José Domingos Cáceres como seu primeiro Encarregado de Negócios no Rio de Janeiro.

1828: Retirada de Domingos Cáceres do Rio de Janeiro após a assinatura do Tratado de Piquiza entre o Peru e a Bolívia. No Tratado, as duas repúblicas comprometiam-se a não estabelecer relações com o Brasil até que o Império celebrasse a paz com as Províncias Unidas (Argentina) na guerra Cisplatina.

1829: Duarte da Ponte Ribeiro é designado como primeiro Encarregado de Negócios do Império brasileiro em Lima.

1841: São negociados em Lima por Duarte da Ponte Ribeiro os dois primeiros tratados bilaterais: de paz, amizade, comércio e navegação; e de limites e extradição. Os tratados acabariam não sendo ratificados pelo Império.

1851: Missão de Duarte da Ponte Ribeiro a Lima. Assinatura da Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites com o Peru, que define a fronteira pelo rio Javari e pela linha Tabatinga-Apaporís, com base no uti possidetis, e concede ao Peru o direito de livre navegação pelo rio Amazonas.

1867: Brasil rompe relações diplomáticas com o Peru, em razão de apoio peruano ao Paraguai, na Guerra da Tríplice Aliança.

1869: Restabelecimento das relações diplomáticas Brasil- Peru.

1876: É assinado o Acordo de Livre Navegação do Rio Iça ou Putumayo.

1879: Início da Guerra do Pacífico, envolvendo o Chile contra o Peru e a Bolívia sobre reservas de salitre (nitrato) do Atacama. O Brasil permanece neutro.

1904: Novo Tratado de Limites bilateral ratifica a linha Tabatinga-Apaporís como limite.

1909: Assinatura do Tratado de Limites e Navegação bilateral, pelo qual é negociado o restante da fronteira com o Peru, correspondente ao território do Acre.

1922: Entra em vigor do Tratado de Extradição bilateral.

1925: Ata de Washington, firmada pelo Brasil, Colômbia e Peru, assegura a linha Tabatinga-Apaporís também como fronteira Brasil-Colômbia.

1942: Assinado o Protocolo do Rio de Janeiro. Brasil, Argentina, Chile e EUA são garantes do pacto, que delimita a fronteira em disputa entre o Peru e o Equador.

1981: Presidente João Figueiredo vai ao Peru (primeira visita de um Presidente brasileiro). Assinatura do Acordo sobre Interconexão Rodoviária.

1987: Criação do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço (GTB).

1995: Reiniciam-se as hostilidades entre Peru e Equador pela disputa do Vale do Cenepa. Brasil atua como coordenador dos países-garantes do Protocolo de 1942 e patrocina a Declaração de Paz do Itamaraty.

1998: Assinatura dos Acordos de paz de Brasília entre Peru e Equador.

2003: Presidente Lula visita Lima. São assinados o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica MERCOSUL-Peru (ACE-58) e o Memorando de Entendimento em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, bases da "aliança estratégica" com o Peru.

2005: Inauguração, em Puerto Maldonado, da pedra fundamental que marca o início das obras da Rodovia Interoceânica entre Brasil e Peru.

2006: Inauguração da ponte sobre o Rio Acre, primeira entre o Brasil e o Peru, conectando as cidades de Iñapari e Assis Brasil, em janeiro.

2006: Presença do Presidente Lula na posse do mandatário peruano, em julho.

2006: Presidente Alan García visita o Brasil, em novembro.

2008: Presidente Lula visita Lima, em maio, por ocasião da Cúpula ALC-UE.

2008: Visita do Presidente Alan García para participar da abertura da Semana do Peru em São Paulo.

2009: Peru anuncia a adoção do padrão ISDB-T de televisão digital.

2009: Encontro entre o Senhor Presidente da República e o Presidente Alan García, em Rio Branco, em 28/4.

2009: Visita do Senhor Presidente da República a Lima, em 11/12.

2011: Em julho, a Presidenta Dilma Rousseff participa da cerimônia de posse do Presidente Ollanta Humala.

2013: Presidenta Dilma Rousseff visita o Peru em novembro.

2014: Presidente Humala participa da Cúpula BRICS-América do Sul, em Brasília

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data da assinatura	Situação jurídica
Acordo Relativo ao Restabelecimento das Relações do Brasil com o Peru	23/10/1863	Em vigor
Acordo sobre a Navegação do Rio Içá ou Putumayo	29/09/1876	Em vigor
Acordo para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias	29/09/1879	Em vigor
Acordo Ampliativo do que foi Concluído em 29 de setembro de 1879, para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias	08/06/1891	Em vigor
Tratado para Completar a determinação das Fronteiras entre o Brasil e o Peru e Estabelecer Princípios Gerais sobre o seu Comércio e Navegação na Bacia do Amazonas	08/09/1909	Em vigor
Acordo Administrativo no Sentido de Modificar os Artigos V e VI do Convênio de Tráfego Mútuo Rádio-Telegráfico	18/10/1934	Em vigor
Acordo sobre Recenseamento	28/08/1953	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	28/08/1953	Em vigor
Acordo Relativo à Interpretação dos Artigos IV e VI do Convênio Cultural Brasileiro-Peruano, Firmado a 28 de julho de 1945.	25/03/1958	Em vigor
Acordo Sanitário	16/07/1965	Em vigor
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica.	30/11/1966	Em vigor
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	22/11/1967	Em vigor
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista para Assuntos Culturais.	24/03/1971	Em vigor

Acordo de Intercâmbio Cultural.	14/07/1973	Em vigor
Acordo sobre a Criação da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira.	06/10/1975	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.	08/10/1975	Em vigor
Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru.	07/11/1975	Em vigor
Acordo para Utilização de Estações Costeiras e de Navios da Região Amazônica.	05/11/1976	Em vigor
Acordo Sanitário para o Meio Tropical.	05/11/1976	Em vigor
Acordo para a Constituição de uma Subcomissão Mista Brasileiro-Peruana para a Amazônia.	05/11/1976	Em vigor
Acordo para a Constituição de um Grupo Ad-Hoc para Estudar o Trânsito de Pessoas e Embarcações na Área Fronteiriça.	05/11/1976	Em vigor
Acordo para o Início das Negociações sobre o Estabelecimento de um Depósito Franco para o Peru em Território Brasileiro.	05/11/1976	Em vigor
Acordo para a Constituição de um Grupo Técnico Destinado a Estudar o Estabelecimento de um Sistema de Auxílio à Navegação no Rio Amazonas.	05/11/1976	Em vigor
Acordo para a Constituição de uma Comissão Bilateral para Estudar a Cooperação no Setor de Telecomunicações e Serviços Postais.	05/11/1976	Em vigor
Acordo sobre as Possibilidades de uma Ação Conjunta de uma Empresa Mineira	05/11/1976	Em vigor

Especial, Destinada a Realizar Atividades no Setor do Cobre.		
Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru.	16/10/1979	Em vigor
Acordo sobre Interconexão Rodoviária.	26/06/1981	Em vigor
Acordo Geral de Cooperação entre a Siderurgia Brasileira S/A (SIDERBRÁS) e a Empresa Siderúrgica do Peru (SIDERPERU).	26/06/1981	Em vigor
Acordo Estabelecendo a entrada em vigor da Ata Final da VII Reunião de Consulta entre Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e Peruanas.	03/07/1981	Em vigor
Acordo Modificativo do Quadro de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 28 de agosto de 1953.	04/07/1981	Em vigor
Acordo de Radioamadorismo.	02/07/1986	Em vigor
Programa de Ação de Puerto Maldonado.	03/07/1987	Em vigor
Ata de Instalação da Comissão de Cooperação Brasileiro-Peruana.	09/10/1989	Em vigor
Emenda ao Acordo sobre Transportes Aéreos de 28/08/1953.	23/05/1997	Em vigor
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal	21/07/1999	Em vigor
Acordo sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países.	21/07/1999	Em vigor
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Delitos Conexos.	28/09/1999	Em vigor
Acordo sobre Cooperação e Coordenação	06/12/1999	Em vigor

em Matéria de Sanidade Agropecuária		
Acordo de Cooperação Técnica na Área de Turismo.	06/12/2002	Em vigor
Tratado de Extradicação	25/08/2003	Em vigor
Tratado sobre Transferência de Presos	25/08/2003	Em vigor
Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos	25/08/2003	Em vigor
Acordo, p.t.n., que modifica o Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Iñapari e Assis Brasil, de 11/04/2003	30/09/2003	Em vigor
Acordo sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais	10/02/2004	Em vigor
Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios.	10/02/2004	Em vigor
Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa	09/11/2006	Em vigor
Acordo entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil para Suprimir o Uso e a Apresentação do Carnê Internacional de Tripulante Terrestre (Troca de Notas)	28/04/2009	Em vigor
Acordo de Cooperação em Matéria de Desenvolvimento do Transporte Fluvial nos Rios Amazônicos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	11/12/2009	Em vigor

Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	11/12/2009	Ainda não está em vigor; ainda não foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	11/12/2009	Ainda não está em vigor; ainda não foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional
Acordo Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru.	11/12/2009	Ainda não está em vigor; ainda não foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional
Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de Sistemas de Controle Integrado em Postos de Fronteira do Brasil e do Peru	11/12/2009	Ainda não está em vigor; ainda não foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de Uso Particular	11/12/2009	Ainda não está em vigor; ainda não foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Fornecimentos de Energia Elétrica ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil	16/06/2010	Ainda não está em vigor; ainda não foi encaminhado pela Casa Civil ao Congresso Nacional
Acordo para a Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações	11/11/2013	Ainda não está em vigor; em tramitação no Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos do Peru

Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	5,95%	5,79%	3,60%	5,12%	5,47%
PIB nominal (US\$ bilhões)	192,67	202,42	208,19	217,61	238,17
PIB nominal "per capita" (US\$)	6.323	6.541	6.625	6.819	7.350
PIB PPP (US\$ bilhões)	333,12	357,64	376,74	403,32	433,41
PIB PPP "per capita" (US\$)	10.931	11.557	11.989	12.639	13.375
População (milhões de habitantes)	30,47	30,95	31,42	31,91	32,41
Desemprego (%)	6,80	7,52	6,00	6,00	6,00
Inflação (%)	2,65%	2,86%	2,94%	2,20%	2,00%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-6,28	-9,13	-10,89	-10,84	-10,71
Dívida externa (US\$ bilhões)	54,15	56,66	59,01	61,13	61,74
Câmbio (Ns / US\$)	2,55	2,80	2,99	3,08	3,14

Origem do PIB (2013 estimativa)

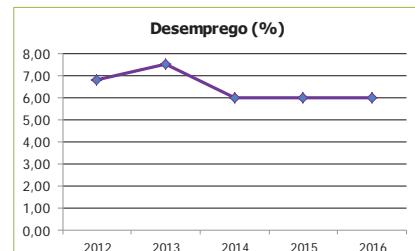
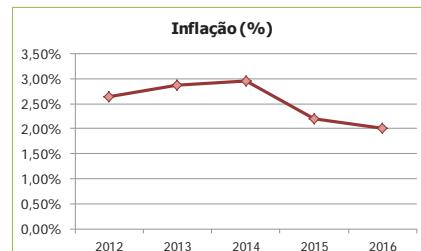
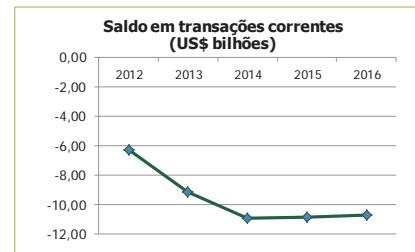
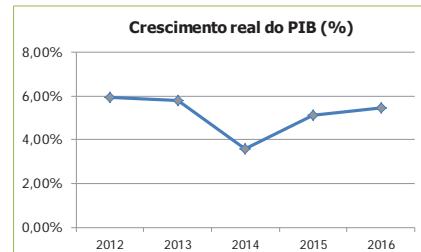
Agricultura 6,2%

Indústria 37,5%

Serviços 56,3%

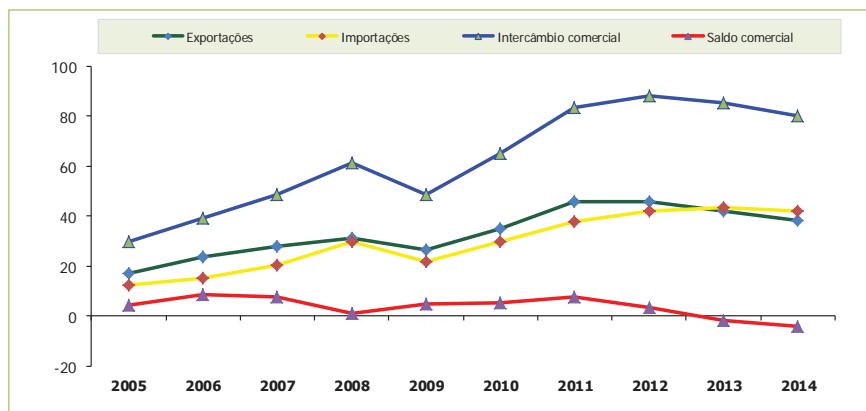
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.



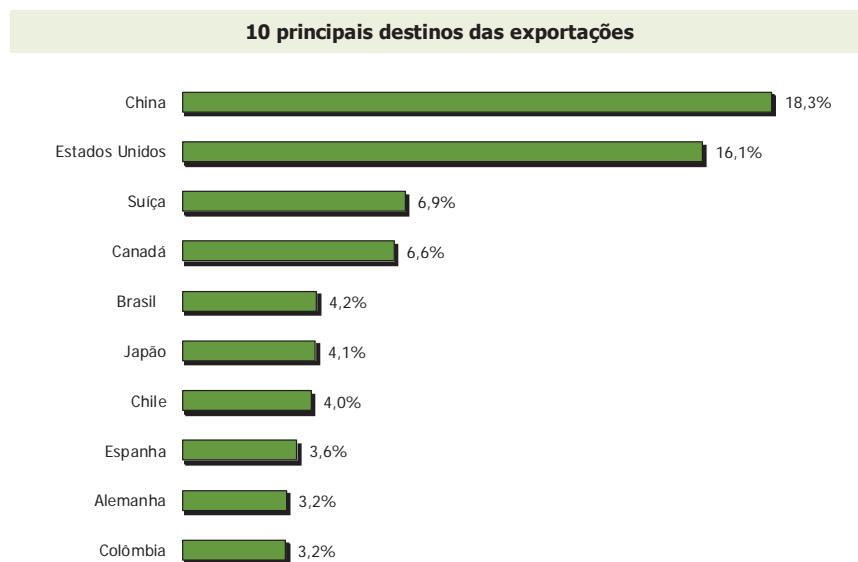
Evolução do Comércio Exterior do Peru US\$ bilhões							
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2005	17,11	34,5%	12,50	23,8%	29,62	29,7%	4,61
2006	23,76	38,9%	15,31	22,5%	39,08	31,9%	8,45
2007	28,08	18,2%	20,37	33,0%	48,45	24,0%	7,72
2008	31,29	11,4%	29,95	47,1%	61,24	26,4%	1,34
2009	26,74	-14,5%	21,81	-27,2%	48,55	-20,7%	4,92
2010	35,21	176,6%	30,03	197,3%	65,24	185,8%	5,17
2011	45,64	29,6%	37,75	25,7%	83,38	27,8%	7,89
2012	45,95	0,7%	42,27	12,0%	88,22	5,8%	3,67
2013	41,87	-8,9%	43,36	2,6%	85,23	-3,4%	-1,49
2014	38,16	-8,9%	42,19	-2,7%	80,35	-5,7%	-4,03
Var. % 2005-2014	123,0%	---	329,2%	---	273,4%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



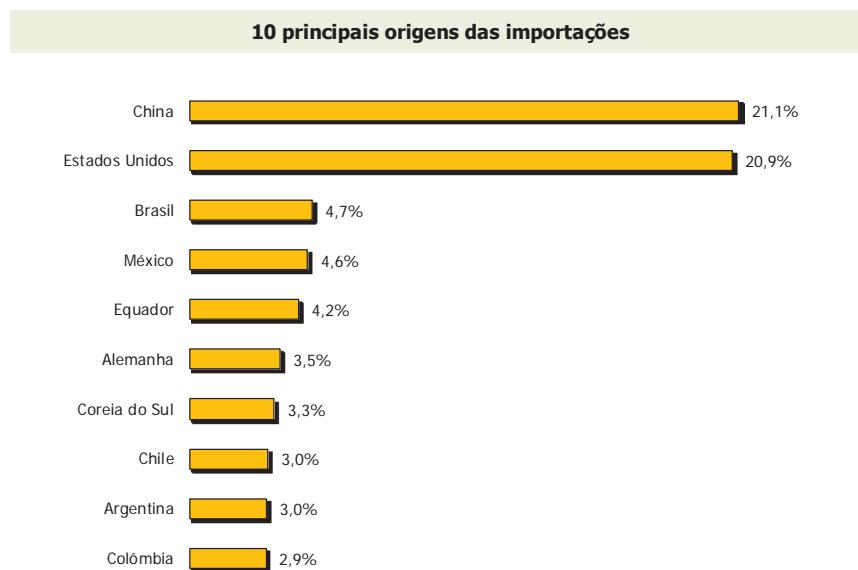
Direção das Exportações do Peru US\$ bilhões		
Descrição	2014	Part.% no total
China	6,97	18,3%
Estados Unidos	6,15	16,1%
Suíça	2,64	6,9%
Canadá	2,51	6,6%
Brasil	1,59	4,2%
Japão	1,58	4,1%
Chile	1,53	4,0%
Espanha	1,36	3,6%
Alemanha	1,23	3,2%
Colômbia	1,22	3,2%
Subtotal	26,78	70,2%
Outros países	11,38	29,8%
Total	38,16	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.



Origem das Importações do Peru US\$ bilhões		
Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
China	8,91	21,1%
Estados Unidos	8,81	20,9%
Brasil	1,99	4,7%
México	1,92	4,6%
Equador	1,77	4,2%
Alemanha	1,48	3,5%
Coreia do Sul	1,38	3,3%
Chile	1,28	3,0%
Argentina	1,25	3,0%
Colômbia	1,24	2,9%
Subtotal	30,05	71,2%
Outros países	12,15	28,8%
Total	42,19	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.



Composição das exportações do Peru US\$ bilhões		
Descrição	2014	Part.% no total
Minérios	10,45	27,4%
Ouro e pedras preciosas	6,03	15,8%
Combustíveis	4,75	12,4%
Cobre	2,42	6,3%
Frutas	1,52	4,0%
Resíduos das inds alimentares	1,51	4,0%
Vestuário de malha	1,09	2,9%
Chá	0,85	2,2%
Pescados	0,80	2,1%
Zinco	0,63	1,7%
Subtotal	30,05	78,7%
Outros	8,11	21,3%
Total	38,16	100,0%

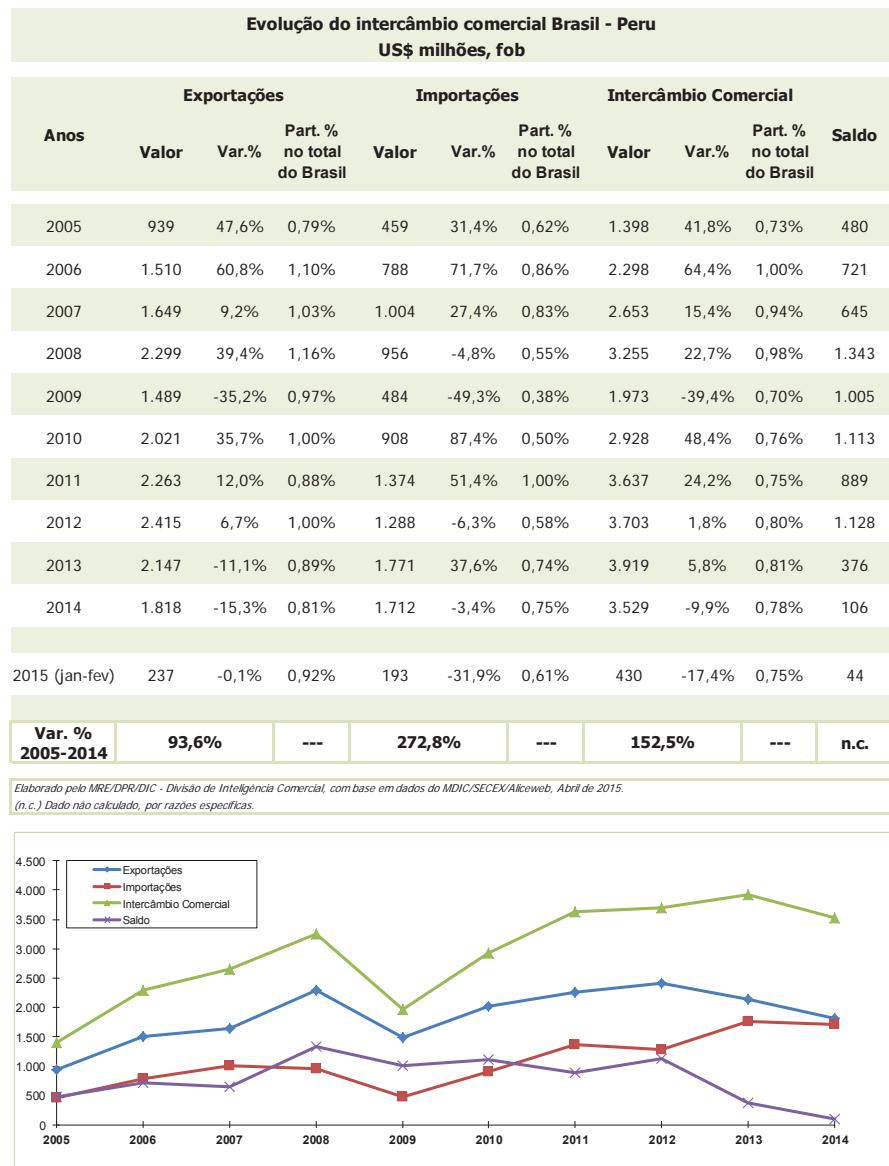
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.



Composição das importações do Peru US\$ bilhões		
Descrição	2014	Part.% no total
Máquinas mecânicas	6,32	15,0%
Combustíveis	5,99	14,2%
Máquinas elétricas	4,59	10,9%
Automóveis	3,98	9,4%
Plásticos	2,22	5,3%
Ferro e aço	1,50	3,5%
Cereais	1,37	3,2%
Obras de ferro ou aço	1,19	2,8%
Diversos inds químicas	0,81	1,9%
Borracha	0,77	1,8%
Subtotal	28,73	68,1%
Outros	13,46	31,9%
Total	42,19	100,0%

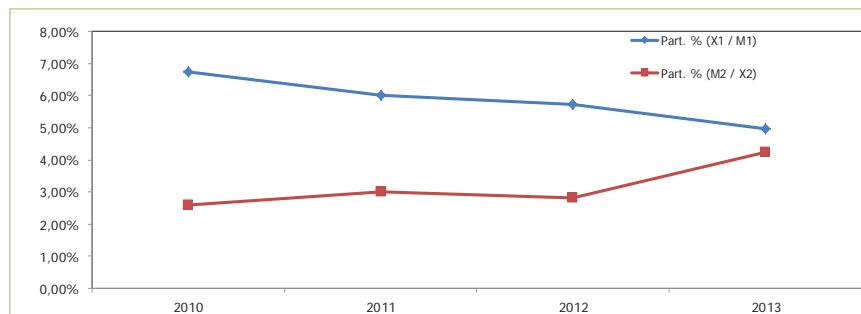
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

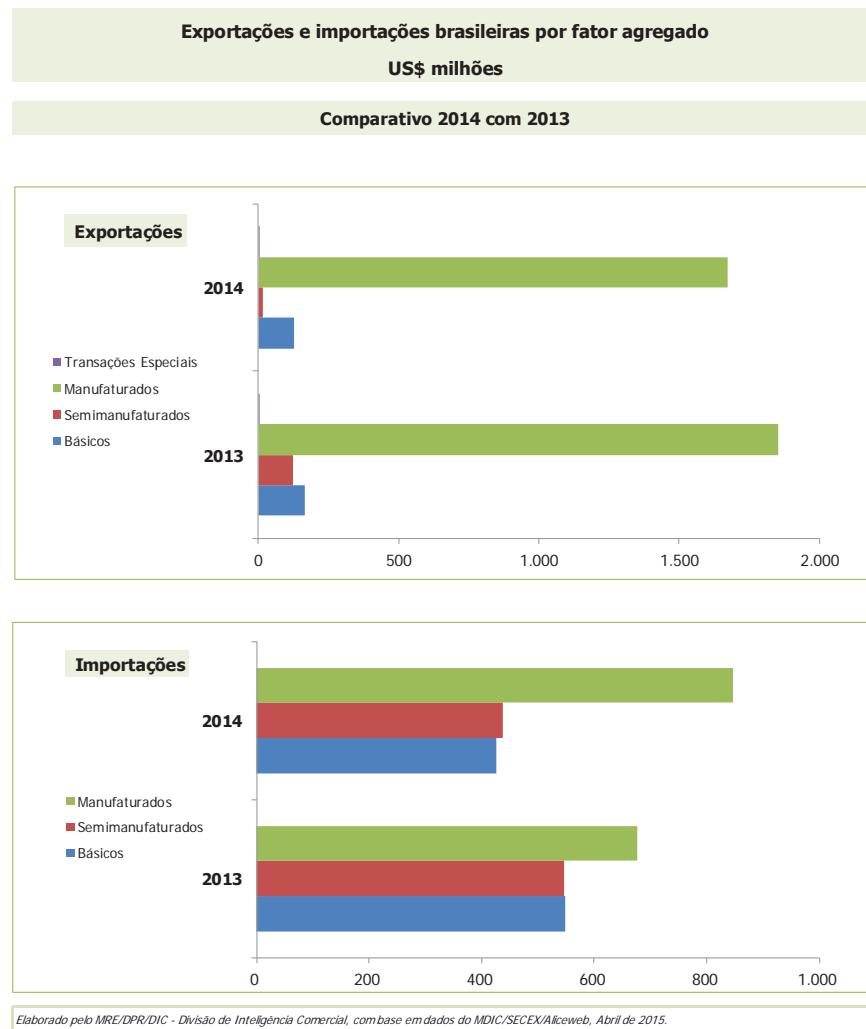




Part. % do Brasil no Comércio do Peru ⁽¹⁾ US\$ milhões						
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Peru (X1)	2.021	2.263	2.415	2.147	1.818	-10,0%
Importações totais do Peru (M1)	30.030	37.747	42.274	43.357	42.191	40,5%
Part. % (X1 / M1)	6,73%	5,99%	5,71%	4,95%	4,31%	-36,0%
Importações do Brasil originárias do Peru (M2)	908	1.374	1.288	1.771	1.712	88,6%
Exportações totais do Peru (X2)	35.205	45.636	45.946	41.872	38.162	8,4%
Part. % (M2 / X2)	2,58%	3,01%	2,80%	4,23%	4,49%	74,0%

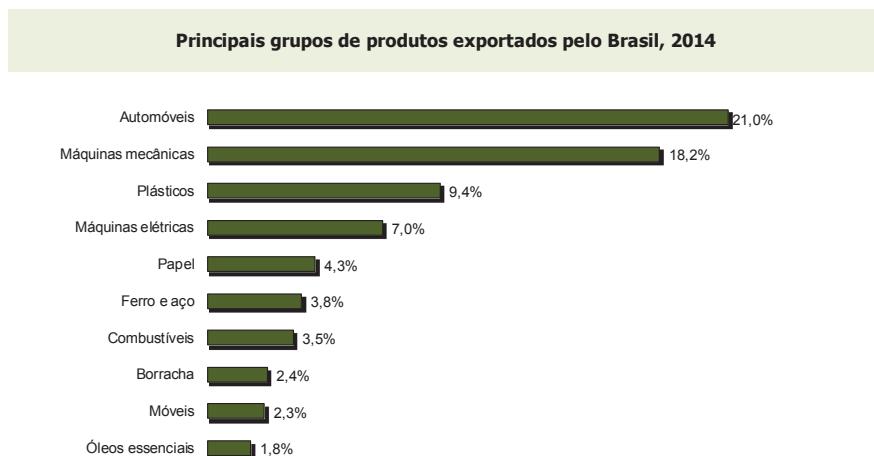
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.





Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Automóveis	589	24,4%	463	21,6%	381	21,0%
Máquinas mecânicas	450	18,6%	374	17,4%	330	18,2%
Plásticos	157	6,5%	151	7,0%	170	9,4%
Máquinas elétricas	131	5,4%	140	6,5%	128	7,0%
Papel	76	3,1%	81	3,8%	79	4,3%
Ferro e aço	142	5,9%	228	10,6%	69	3,8%
Combustíveis	189	7,8%	85	4,0%	63	3,5%
Borracha	61	2,5%	51	2,4%	44	2,4%
Móveis	31	1,3%	43	2,0%	42	2,3%
Óleos essenciais	33	1,4%	32	1,5%	32	1,8%
Subtotal	1.859	77,0%	1.648	76,7%	1.338	73,6%
Outros produtos	556	23,0%	499	23,3%	480	26,4%
Total	2.415	100,0%	2.147	100,0%	1.818	100,0%

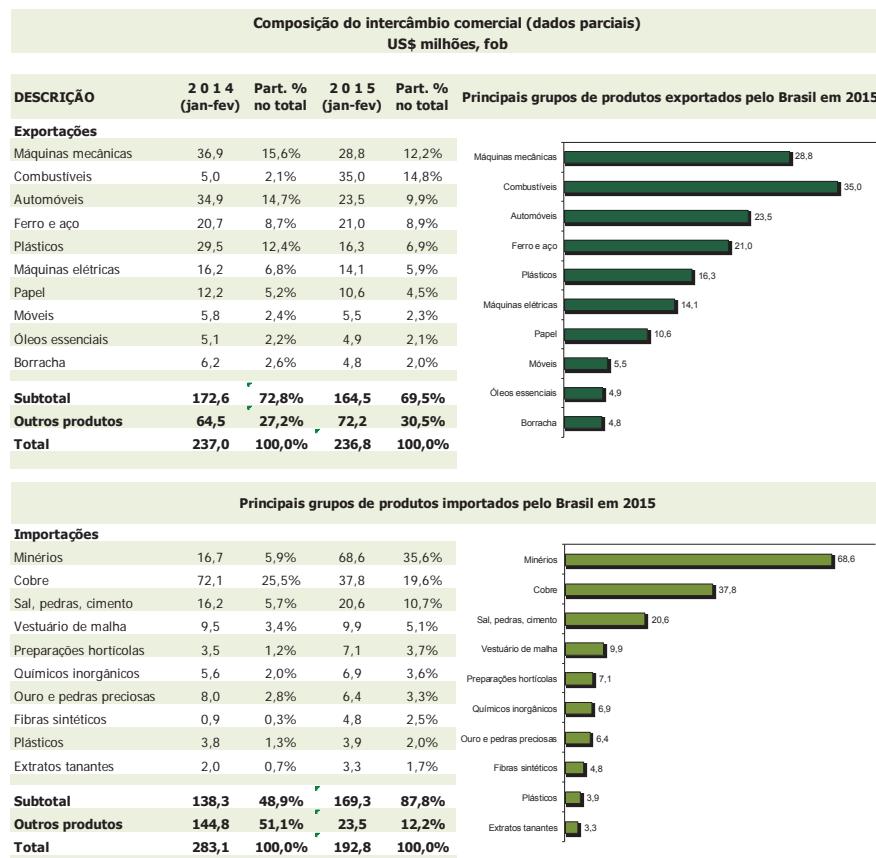
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2015.



Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	230	17,9%	409	23,1%	500	29,2%
Cobre	406	31,5%	398	22,5%	388	22,7%
Minérios	185	14,4%	383	21,6%	274	16,0%
Sal, pedras, cimento	78	6,1%	131	7,4%	102	6,0%
Vestuário de malha	69	5,4%	75	4,2%	86	5,0%
Ouro e pedras preciosas	62	4,8%	84	4,7%	46	2,7%
Preparações hortícolas	28	2,2%	29	1,6%	35	2,0%
Químicos inorgânicos	26	2,0%	25	1,4%	28	1,6%
Plásticos	23	1,8%	28	1,6%	26	1,5%
Zinco	31	2,4%	38	2,1%	23	1,3%
Subtotal	1.138	88,4%	1.600	90,3%	1.508	88,1%
Outros produtos	150	11,6%	171	9,7%	204	11,9%
Total	1.288	100,0%	1.771	100,0%	1.712	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.





Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb. Abril de 2015.

Aviso nº 156 - C. Civil.

Em 23 de abril de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF** de 29/04/2015

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

1^a PARTE - DELIBERATIVA

3

RELATÓRIO N° , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 19, de 2015 (nº 109, de 23 de abril de 2015, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.*

RELATOR: Senador **TELMÁRIO MOTA**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado é filho de Nilo Lazary Teixeira e de Nydia Guimarães Pinheiro Teixeira. Nasceu em 6 de fevereiro de 1948 na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Em 1972, concluiu o curso de Ciências Jurídicas da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1982); e o Curso de Altos Estudos (2002), tendo defendido tese com o seguinte título: “A modernização do Departamento de Promoção Comercial do MRE”.

O Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA tornou-se Terceiro-Secretário em 1976 e Segundo-Secretário em 1979. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1983; a Conselheiro em 1988; e a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2008.

Em sua carreira desempenhou, entre outras, as seguintes funções: Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (1989-93); Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Miami (1993-96); Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial (1996-2004); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2004-08); Assessor Especial na Presidência da República (2008-11); e Embaixador em Lima, desde 2011.

Acompanha a mensagem presidencial, ainda em cumprimento à mencionada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Equador, o qual informa sobre as relações bilaterais com o Brasil, com lista de tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa, e economia.

As relações diplomáticas entre Brasil e Equador foram formalmente estabelecidas em 1844. Em 1873, foi aberta legação diplomática residente em Quito. Apesar desse longo relacionamento, só em 1982 houve visita oficial de chefe de Estado, no caso, do Presidente Osvaldo Hurtado. Em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Equador. Desde então, verifica-se, de modo mais frequente, visita de presidentes e ministros de Estados dos dois países. Merece destaque, nesse contexto, a visita do Presidente Rafael Correa em 2007. Na oportunidade, foram firmados 14 atos bilaterais em distintas áreas (saúde, agricultura, governo eletrônico, TV digital).

Na esfera comercial, as trocas bilaterais registraram, em 2014, o montante de US\$ 965 milhões. O Brasil é superavitário. Verifica-se, no entanto, tendência de redução gradual do déficit equatoriano a partir de 2010. Exportamos máquinas mecânicas e elétricas, plásticos, automóveis, obras de ferro ou aço e farmacêuticos. Importamos preparações de carnes, cacau, açúcar, madeira, algodão e chumbo. O Brasil absorve 0,5% das exportações

equatorianas e figura em 8º no ranking de fornecedores, que tem Estados Unidos da América (43,8%), China (12,9%) e Colômbia (8,1%).

A agenda bilateral contemporânea apresenta desafios e oportunidades. Nesse sentido, merecem registro as gestões do governo brasileiro junto à Chancelaria equatoriana no sentido de ampliar a cooperação no combate ao tráfico de imigrantes haitianos e senegaleses; bem como a perspectiva de implementação do projetado Eixo Multimodal ligando o porto de Manta, no pacífico, ao porto de Providencia, no rio Napo, de onde será possível navegar até Tabatinga e Manaus, após cruzar território peruano.

A comunidade de brasileiros vivendo no Equador é estimada em 1.350 pessoas, que são atendidos pelo serviço consular da Embaixada em Quito, bem assim pelos consulados honorários em Guayaquil e Cuenca.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 19, DE 2015

(Nº 109/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Os méritos do Senhor Carlos Alfredo Lazary Teixeira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de abril de 2015.

EM nº 00152/2015 MRE

Brasília, 13 de Abril de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA**

CPF.: 268.793.367-87

ID.: 6470 MRE

1948 Filho de Nilo Lazary Teixeira e de Nydia Guimarães Pinheiro Teixeira, nasce em 6 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1972 Ciências Jurídicas da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro
 1982 CAD - IRBr
 2002 CAE - IRBr, A Modernização do Departamento de Promoção Comercial do MRE

Cargos:

1976 Terceiro-Secretário
 1979 Segundo-Secretário
 1983 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1988 Conselheiro, por merecimento
 2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2008 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial
 2008 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1976-77 Divisão Consular, assistente
 1977-80 Consulado-Geral em Ciudad Presidente Stroessner, Terceiro-Secretário, Segundo-Secretário e Encarregado do Consulado-Geral
 1980-81 Departamento-Geral de Administração, Coordenador-Técnico
 1981-85 Presidência da República, Cerimonial, Adjunto
 1985-89 Presidência da República, Secretaria-Geral do CSN, Adjunto
 1989-93 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
 1993-96 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral Adjunto
 1996 Consulado-Geral em Atlanta, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
 1996-2004 Divisão de Operações de Promoção Comercial, Chefe
 2004-08 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
 2008-11 Presidência da República, Assessor Especial
 2011- Embaixada em Lima, Embaixador

Condecorações:

1983 Ordem da Águia Azteca, México, Cavaleiro
 1984 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
 1986 Medalha do Pacificador, Brasil
 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

2012 Ordem da Estrela do Acre, Grã-Cruz
2012 Ordem do Mérito Naval, Grande-Oficial
2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande-Oficial

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria Geral da América do Sul, Central e Caribe

Departamento da América do Sul II

Divisão da América Meridional III

EQUADOR**INFO****RMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Equador
CAPITAL	Quito
ÁREA	276.840 km ²
POPULAÇÃO	15,6 milhões
IDIOMA OFICIAL	Espanhol (em nível nacional); quéchua e outros "idiomas ancestrais são de uso oficial para os povos indígenas, nos termos da lei".
PRINCIPAL RELIGIÃO	Católica (95% da população)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Rafael Correa Delgado
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Ricardo Patiño
PIB NOMINAL 2013	US\$ 93,7 bilhões
PIB PPP 2013	US\$ 172,1 bilhões
PIB PER CAPITA 2013	US\$ 5.900,00
PIB PER CAPITA PPP 2013	US\$ 10.900,00
VARIAÇÃO DO PIB	4% (2014), 4,5% (2013), 5% (2012)
IDH (2013)	0,711 (98º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2013)	76,5 anos (2013)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2013)	93%
UNIDADE MONETÁRIA	dólar dos EUA
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Horacio Sevilla Borja
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	1.350 habitantes

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em US\$ milhões). Fonte: MDIC

Brasil-Equador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	903	692	920,5	679,6	1.035,5	1.028,3	1.031,6	961,1	965
Exportações	873	661,7	877,9	638,2	978,6	933,1	898,5	820,2	822
Importações	30,3	30,2	42,5	41,4	56,8	95,1	133	140,8	143
Saldo	842,9	631,4	835,33	596,7	921,7	838	765,5	679,3	679

Informação elaborada em 1º de abril de 2015 pelo Conselheiro Marcelo Ramos Aratijo e pelo Secretário Marcelo Hasunuma. Revisada pelo Embaixador Clemente Baena Soares.

PERFIS BIOGRÁFICOS

RAFAEL CORREA DELGADO

Presidente da República



Nasceu em Guayaquil, em 6 de abril de 1963. Formou-se em Economia pela Universidade Católica de Santiago de Guayaquil, em 1987. Em 1991, concluiu especialização em Economia na Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, na Bélgica. Em 1999 e 2001, obteve os títulos de Mestre e Doutor em Economia na Universidade de Illinois.

Publicou livros como “*La Vulnerabilidad de la Economía Ecuatoriana: Hacia una Mejor Política Económica para la Generación de Empleo, Reducción de la Pobreza y Desigualdad*” e “*El Reto del Desarrollo: ¿Estamos Preparados para el Futuro?*”.

Foi Ministro da Economia do Equador de abril a agosto de 2005. Membro-fundador da agremiação partidária Aliança País (AP), venceu as eleições presidenciais, no segundo turno, em 26 de novembro de 2006, com 56,58% dos votos. A aprovação da nova Constituição por referendo popular, em setembro de 2008, permitiu a Correa participar de nova eleição presidencial, vencida em 26 de abril de 2009, com 51,95% dos votos.

Em fevereiro de 2013, o Presidente Rafael Correa foi reeleito em primeiro turno, com 57,17% dos votos, seguido pelo banqueiro Guilhermo Lasso, com 22,68%. Correa venceu em 23 das 24 províncias equatorianas. A posse presidencial foi realizada em maio de 2013, com participação do Vice-Presidente Michel Temer. Seu mandato irá até 2017.

RICARDO PATIÑO AROCA

Ministro de Relações Exteriores e Mobilidade Humana



Nasceu em Guayaquil, em 1954. Graduou-se em Economia na Universidade Autônoma Metropolitana de Iztalalapa – México, em 1979. Concluiu mestrado em Desenvolvimento Econômico na Universidade Internacional da Andaluzia – Espanha, em 2001. Foi professor da Universidade de Guayaquil (Faculdade de Ciências Econômicas e Comunicação), da Universidade Politécnica de Guayaquil (Faculdade de Turismo) e da Universidade Autônoma Metropolitana (México).

Publicou os livros “*Desempleo y Subempleo en Guayaquil en la Década de los 90: Teoría, Conceptos, Indicadores y Tendencia*” e “*Jubileo 2000, La vida antes que la Deuda*”. É coautor do livro “*Empleo y economía del Trabajo en el Ecuador*”.

Participou da Revolução Sandinista na Nicarágua. Foi chefe do Departamento de Planejamento Econômico do Instituto Nacional de Reforma Agrária da Nicarágua (1980–1981).

Ao regressar ao Equador, foi Assessor Econômico da Central Equatoriana de Organizações Classistas (1982-1991) e membro fundador do Conselho Diretor da Associação de Usuários e Consumidores do Guayas (1992 – 1997). Foi, também, assessor parlamentar (1990-1992). Entre setembro de 2000 e fevereiro de 2001, foi consultor da OIT. De março de 2001 a dezembro de 2002, foi Coordenador do Comitê Técnico Assessor da Comissão Interministerial de Emprego do Equador. Em 2005, foi Assessor e Subsecretário do Ministério da Economia, quando o atual Presidente, Rafael Correa, desempenhou a função de Ministro. Antes de assumir a pasta de Relações Exteriores, na atual gestão, Patiño foi Ministro das Finanças, do Litoral e de Coordenação Política, tendo sido figura importante na decisão de declarar moratória da dívida externa. Entre os Ministros que integram a gestão de Correa, Patiño é o único que está no Governo desde 2007.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Equador estabeleceram relações diplomáticas em novembro de 1844, quando o Imperador Dom Pedro II designou Manuel Cerqueira Lima Encarregado de Negócios junto aos Governos de Nova Granada (atual Colômbia) e Equador, com residência em Bogotá. Em janeiro de 1873, foi

aberta a legação diplomática do Brasil residente em Quito, tendo Eduardo Callado como Encarregado de Negócios.

Em dezembro de 2014, a Presidenta Dilma Rousseff visitou Quito para participar de Cúpula Extraordinária da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), ocasião em que foi inaugurada a nova sede da Secretaria Geral do bloco, na cidade de Mitad del Mundo.

Em julho de 2014, o Presidente Rafael Correa esteve em Brasília, no contexto das Cúpulas BRICS-Países da América do Sul e CELAC-China, ocasião em que se reuniu com a Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campelo, e com o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, para examinar os temas do combate à fome, à miséria e à desnutrição infantil.

Em janeiro de 2014, o Chanceler do Equador, Ricardo Patiño, visitou Brasília para reunir-se com o Ministro de Estado e examinar temas da agenda regional e bilateral.

Temas sociais: A cooperação bilateral em saúde tem logrado resultados concretos nos últimos anos, com ênfase nas áreas de cooperação em pesquisa, políticas de produção e distribuição de medicamentos e programas estratégicos, em especial o "programa Farmácia Popular". Em seguimento à visita do Presidente Correa a Brasília, missão do Ministério do Desenvolvimento Social esteve em Quito, em setembro de 2014, com vistas a apoiar o Equador na formulação de propostas de redefinição das políticas de transferência de renda às famílias em situação de extrema pobreza. Em fevereiro de 2015, realizou-se missão do Ministério da Saúde do Equador a Brasília, para examinar o programa Farmácia Popular.

Comércio bilateral: Em 2014, o intercâmbio comercial alcançou US\$ 965 milhões. Há desequilíbrio do comércio bilateral – em 2014, o Brasil exportou quase seis vezes o que importou do Equador. No entanto, as exportações equatorianas cresceram 1,41%, enquanto as importações provenientes do Brasil cresceram 0,23%, confirmando tendência de gradual redução do déficit equatoriano desde 2010. O lado equatoriano atribui grande importância à agilização, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), das análises de risco de produtos exportados pelo Equador.

Em dezembro de 2013, o Equador instituiu regulamento com novos requisitos técnicos para a importação de quase 300 itens. Em janeiro de 2014, o número de itens foi ampliado. Em março de 2015, Equador adotou

salvaguardas comerciais a 2.800 produtos, aplicando sobretaxas entre 5% e 45%, com vistas a restabelecer o equilíbrio de sua balança de pagamentos.

Imigração haitiana: o Brasil realizou reiteradas gestões junto à Chancelaria equatoriana com vistas a ressaltar o interesse em intensificar a cooperação no combate aos traficantes de imigrantes haitianos e senegaleses. Desde abril de 2013, a Embaixada em Quito passou a emitir vistos permanentes especiais para haitianos. Atualmente, a Embaixada emite cerca de 200 vistos a haitianos por mês. Recentemente, Equador adotou legislação que tipifica o tráfico de pessoas e contrabando de migrantes como delitos graves, com penas mais severas.

Eixo Manta-Manaus: Outro tema de interesse é o projetado Eixo Multimodal Manta-Manaus, que ligará o porto de Manta, no Pacífico, ao porto de Providencia, no rio Napo, de onde será possível navegar até Tabatinga e Manaus, após cruzar território peruano. Em setembro de 2013, realizou-se, em Brasília, reunião do Grupo de Trabalho de Transportes, para examinar o projeto. Na ocasião, o Equador realizou breve apresentação sobre a infraestrutura existente, com destaque para a conclusão das obras da rodovia que une Manta ao futuro porto de Providencia. Informou, também, sobre os investimentos necessários (previstos em US\$ 1,3 bilhão), em especial a construção do porto de Providencia e a dragagem dos 130 km da hidrovía do Napo entre o porto e a fronteira com o Peru.

Assuntos Consulares: Além do setor consular da Embaixada em Quito, há consulados honorários em Guayaquil e Cuenca. Estima-se a comunidade brasileira no Equador em 1.350 brasileiros.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Há financiamentos do BNDES para projetos de infraestrutura no Equador: o projeto de irrigação Daule Vinces (agosto de 2013) e para a hidrelétrica de Manduriacu (novembro de 2012).

POLÍTICA INTERNA

No poder desde 2007, o Presidente Correa conduz processo de reformas legislativas – incluindo nova Constituição, promulgada em 2008 – e econômicas, por ele denominado "Revolução Cidadã".

A última pesquisa, divulgada em janeiro de 2015, confirmou a alta popularidade do Presidente (aprovação de 79,3%), amparada pelo elevado nível de investimentos públicos e gastos sociais. Entre 2007 e 2014, mais de um milhão e meio de equatorianos deixaram a linha de pobreza, e a pobreza extrema foi reduzida de 16,5% para 8,6%. Meta do Governo é erradicar a pobreza extrema até 2017, ano em que findará o atual mandato de Rafael Correa.

O Parlamento equatoriano é unicameral, composto por 137 congressistas, com mandato de 4 anos. Sua sede localiza-se em Quito, no Palácio Legislativo. A atual composição é de 57 parlamentares mulheres e 80 homens. A última eleição foi realizada em 2013.

O partido governista Aliança PAÍS detém maioria absoluta na Assembleia Nacional (100 das 137 cadeiras), o que facilita a aprovação de projetos prioritários para o Governo equatoriano. A Lei de Comunicação e o Código Penal, aprovados respectivamente em junho e dezembro de 2013, foram os primeiros projetos legislativos do Governo a se beneficiarem dessa maioria.

Em maio de 2014, a Aliança PAÍS apresentou projeto de emenda constitucional para permitir a reeleição indefinida em todos os cargos eletivos. Para aprovar o projeto, o Governo precisa do apoio de 92 deputados (menos do que o total de votos da bancada de seu Partido). Embora a oposição tenha buscado defender a realização de consulta popular sobre o tema, em outubro de 2014, a Corte Constitucional decidiu que propostas de emenda à Constituição devem ser apreciadas pela Assembleia Nacional, sem necessidade de consulta popular. Em fevereiro de 2015, o Conselho Nacional Eleitoral também negou requerimento de partidos da oposição para que o tema da reeleição indefinida seja levado a consulta popular.

POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia do país andino prioriza a integração regional; a efetiva instalação do Banco do Sul; a proteção das comunidades equatorianas no exterior; o relacionamento com os vizinhos Peru e Colômbia; a defesa de interesses comerciais; e a busca por investimentos estrangeiros de países amigos, como Brasil e China. O país assumiu a Presidência da CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, que reúne os 33 países independentes da América Latina e Caribe) em 2015, e sediará a Cúpula América do Sul-África (ASA) e a Conferência Habitat III, ambas em 2016.

PPT-Equador na CELAC: Patiño declarou à imprensa, em janeiro de 2015, que durante a Presidência da CELAC o Equador tenciona consolidar posições comuns da região em temas multilaterais, como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas; a nova arquitetura financeira mundial; mudança do clima; e direitos humanos. Informou, ainda, que o país objetiva acordar metas para investimento em educação, ciência e tecnologia; redução de pobreza extrema; investimento em infraestrutura.

MERCOSUL: a assinatura do Acordo comercial com a União Europeia, em dezembro de 2014, pode possibilitar ao Governo Correa avançar nas negociações para ingresso do Equador no MERCOSUL na condição de membro pleno.

ECONOMIA

A economia equatoriana é fortemente dependente das exportações de petróleo e das remessas de divisas dos três milhões de equatorianos que residem no exterior, principal razão da política migratória de “portas abertas” observada pelo país. A forte queda do valor internacional do petróleo nos últimos anos - em janeiro de 2015, o preço do barril caiu para seu menor patamar (US\$45,00) desde março de 2009, uma queda de 60% - agravou o problema do déficit na balança comercial, gerado pelo aumento das importações de produtos industrializados (incluindo combustíveis e lubrificantes, que aumentaram 11,64% em 2013). Desde 2012, o Governo procura arrefecer o desequilíbrio da balança comercial com medidas restritivas à importação. Outro setor importante da economia é o agroexportador, que tem nos EUA e na União Europeia seus principais mercados.

Crescimento e inflação: a forte queda do preço internacional do barril de petróleo tem pressionado o orçamento público e a balança comercial equatoriana. Em 2014, estima-se que o PIB cresceu 4%, abaixo dos 4,5% de 2013 e dos 5% de 2012, mas bem acima da média da América Latina (1,1%, segundo a CEPAL).

A dolarização da economia requer especial atenção ao controle da inflação. Em 2014, o índice foi de 3,67%, acima dos 2,7% de 2013. Mesmo com o aumento, a inflação anual equatoriana ainda é uma das mais baixas de toda a América Latina, cuja média, segundo o Banco Mundial, encontra-se em torno de 4,8%.

Setor Externo: as medidas restritivas à importação de bens de consumo e as barreiras técnicas adotadas pelo Equador desde maio de 2012 (intensificadas em 2013 e 2014) não evitaram que o Equador registrasse saldo da balança comercial deficitário em 2014 (US\$ 727 milhões). O déficit, no entanto, foi 30% menor do que o registrado em 2013 (US\$ 1,084 bilhão). Desde 2010, o país vem registrando crescentes déficits comerciais. Grande parte do déficit de 2014 foi devido à busca queda dos preços internacionais do petróleo, seu principal produto de exportação. No final de 2014, o petróleo equatoriano estava cotado a US\$ 45,37, bem abaixo dos US\$ 91,25 registrados em janeiro de 2014. Para restabelecer o equilíbrio de sua balança de pagamentos, o

Equador adotou em março de 2015 salvaguardas comerciais a 2.800 produtos, aplicando sobretaxas entre 5% e 45%.

O principal destino das vendas equatorianas em 2014 foram os EUA (43,8%), seguidos do Chile (8,9%) e do Peru (6,1%). As importações, por sua vez, provêm principalmente dos EUA (31,7%), da China (12,9%) e da Colômbia (8,1%). Há tendência de perda de posições do Brasil no ranking de fornecedores para o Equador. De 5º maior exportador em 2012, o Brasil passou a 7º em 2013 e caiu para 8º em 2014. O Brasil, por outro lado, absorve apenas 0,5% das exportações equatorianas.

Os ingressos de **investimentos estrangeiros diretos** no país sofreram forte queda após a moratória parcial da dívida externa em 2008 (IED em 2008: US\$ 1 bilhão; 2009: US\$ 319 milhões). Em 2013, houve ligeira recuperação, alcançando US\$ 549 milhões. Em janeiro de 2014, o Vice-Presidente Jorge Glas anunciou, durante visita a Pequim, que a "China National Petroleum Corp" investirá cerca de US\$ 10 bilhões na construção da Refinaria do Pacífico, adquirindo 30% das ações da refinaria.

Situação fiscal: segundo o Banco Central do Equador, o déficit fiscal equatoriano passou de US\$ 985,5 milhões, em 2012, a US\$ 5 bilhões (ou 5% do PIB), em 2013. A dívida externa equatoriana, por sua vez, elevou-se a US\$ 15,44 bilhões, dos quais mais de 30% correspondem a empréstimos da China. Parte dos empréstimos é pago com petróleo.

Com a forte queda dos preços do petróleo em janeiro de 2015, o Governo reduziu o orçamento para 2015 em cerca de 4%.

Negociações comerciais: em julho de 2014, o Equador e a União Europeia finalizaram a negociação de acordo comercial, uma das prioridades econômicas para o Equador – o bloco europeu é o segundo mais importante parceiro comercial do Equador, e o segundo maior investidor. As negociações envolveram compromissos em matéria de acesso a mercado para bens industriais e agrícolas, serviços, investimentos e compras governamentais, além de alguns aspectos ligados a propriedade intelectual (indicações geográficas). O acordo deverá facilitar o ingresso no mercado equatoriano de exportações europeias, sobretudo do setor automotivo e de bebidas alcoólicas.

Perspectivas: o modelo de crescimento equatoriano, baseado em investimentos públicos, depende, sobretudo, do preço internacional de petróleo, principal fonte de renda do Governo. A desaceleração da economia chinesa poderá impactar o crescimento do Equador, na medida em que aquele país é

uma das principais fontes de financiamento externo do país e o maior comprador do seu petróleo. Por outro lado, a recuperação gradual da economia norte-americana poderá contribuir para melhorar o desempenho das exportações equatorianas e reduzir o déficit comercial. Os fortes investimentos que estão sendo realizados no setor energético do Equador (oito hidrelétricas) levarão à redução das importações anuais de eletricidade de Peru e Colômbia, e, eventualmente, à exportação da energia excedente, contribuindo para reduzir o déficit comercial.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO EQUADOR

- 1532: Francisco Pizarro funda o povoado de San Miguel de Piura.
- 1534: Sebastián de Belacázar funda a nova cidade de Quito, em 6 de dezembro.
- 1822: As forças do General Sucre derrotam os espanhóis na Batalha de Pichincha e declararam a independência de Quito, incorporada à Grã-Colômbia, em 24 de maio.
- 1830: O Equador separa-se da Grã-Colômbia, em 13 de maio.
- 1832: As ilhas Galápagos são incorporadas ao Equador.
- 1861: O conservador Gabriel Moreno assume a Presidência e inicia a centralização administrativa.
- 1897: A chamada Revolução Liberal leva ao poder José Eloy Alfaro.
- 1934: José María Velasco Ibarra, 1º de setembro, assume a Presidência, cargo que ocuparia cinco vezes e do qual seria destituído quatro vezes até 1972.
- 1941: Equador e Peru enfrentam-se numa guerra motivada por disputas de fronteira na região amazônica.
- 1942: Equador e Peru, tendo como garantes Brasil, Estados Unidos, Chile e Argentina, firmam o Protocolo do Rio de Janeiro, com o objetivo de dar fim à disputa territorial, em 29 de janeiro.
- 1981: Equador e Peru declaram novo cessar-fogo, em 4 de fevereiro.
- 1995: Equador e Peru enfrentam-se, de janeiro a março, na Guerra de Cenepa, mais uma vez motivada por disputa territorial em área de fronteira não demarcada. Os conflitos cessam depois da assinatura da Declaração de Paz do Itamaraty – firmada no Brasil, em 17 de fevereiro, e que estabeleceu uma missão de observadores militares (MOMEP) – e da Declaração de Montevidéu, firmada em 28 de fevereiro.
- 1996: Abdalá Bucarám, do Partido Roldosista, assume a Presidência.
- 1997: O Congresso destitui o Presidente Bucarám, em 6 a 11 de fevereiro. Fabián Alarcón, Presidente do Congresso, é escolhido chefe de Estado pelo legislativo.
- 1998: Jamil Mahuad assume a Presidência, em 10 de agosto. Equador e Peru assinam, 26 de outubro, a Ata de Brasília e aceitam a demarcação de 78km de fronteira, dando fim às disputas limítrofes.
- 2000: Jamil Mahuad é destituído, em janeiro, e seu vice, Gustavo Noboa, assume a Presidência.
- 2003: Lucio Gutiérrez, um dos líderes do movimento pela destituição de Mahuad, assume a Presidência.

- 2005: Lucio Gutiérrez é destituído pelo Congresso depois de decretar estado de emergência em Quito e suspender as nomeações de juízes para a Corte Suprema; seu vice, Alfredo Palacio assume a Presidência.
- 2006: O candidato Rafael Correa é eleito presidente, em novembro, com 56,58% dos votos no segundo turno das eleições contra 43,42% do empresário Álvaro Noboa do PRIAN.
- 2007: Realizado plebiscito, em 15 de abril, para a convocação de uma nova Assembléia Constituinte. Foram registrados 81,72% de votos válidos a favor e apenas 12,43% contra.
- 2008: Incursão de efetivos da polícia e do exército colombiano na província equatoriana de Sucumbíos, em 1º de março, que resultou na morte do “porta-voz” das FARC Raul Reyes e de, pelo menos, outras 22 pessoas, provoca incidente diplomático entre Equador e Colômbia.
- 2008: A nova Constituição é referendada, em setembro, em consulta popular, com aprovação de 63,93%.
- 2008: Governo equatoriano institui a Comissão de Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC), com o objetivo de examinar e avaliar todo o processo de contratação da dívida pública. O relatório divulgado informa irregularidades na contratação de parte da dívida externa. Com base nas recomendações, o Governo equatoriano declarou a moratória de parcela da dívida externa.
- 2009: O Presidente Correa conquista novo mandato nas eleições, sendo reeleito com 51,95% dos votos.
- 2009: Advogados colombianos iniciam apresentação de demanda contra o Presidente Rafael Correa no TPI, sob alegação de que ele e ex-funcionários de seu Governo teriam vínculos com as FARC.
- 2009: É divulgado, em julho, pela imprensa colombiana, suposto vídeo das FARC em que líder guerrilheiro teria declarado que seu movimento realizou contribuição financeira para campanha presidencial do Presidente Correa. Mandatário rechaça as acusações e declara que vídeo é montagem.
- 2009: O Governo equatoriano assume, em 10 de agosto, a Presidência Pro Tempore da UNASUL.
- 2009: Em agosto, Rafael Correa é reempossado no cargo de Presidente da República, para cumprir novo mandato de 4 anos.
- 2010: Em setembro, levante policial contra alteração em lei de gratificações, é abafado pelas Forças Amadas, após confronto direto entre Correa e a Polícia Nacional.
- 2013: Em maio, Presidente Correa é reempossado, para cumprir novo mandato de 4 anos.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1904: O Tratado de Limites, assinado em 6 de maio, entre Brasil e Equador, define a linha Tabatinga-Apaporis como marco divisório, em área ainda disputada com o Peru.

1922: Acordo de limites entre Colômbia e Peru deixa Equador sem fronteira com Brasil.

1942: Assinado, no Rio de Janeiro, no mês de janeiro, o Protocolo de Paz entre Peru e Equador, tendo como países-garantes Argentina, Brasil, Chile e EUA.

1978: Assinado, em 3 de julho, em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), do qual farão parte Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

1982: O presidente Osvaldo Hurtado protagoniza a primeira visita oficial de um chefe de Estado equatoriano ao Brasil.

1998: Os presidentes do Peru, Alberto Fujimori, e Equador, Jamil Mahuad, assinam, em 26 de outubro, em Brasília, o Acordo de Paz Peru-Equador, que põe fim ao conflito sobre a fronteira não demarcada na Cordilheira do Condor. O acordo cria uma zona desmilitarizada e dois parques ecológicos na região.

2003: O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita, em janeiro, o Equador.

2003: O Presidente do Equador, Lúcio Gutiérrez, visita o Brasil, em 27 de maio.

2004: Visita, nos dias 24 e 25 de agosto, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Quito. Na ocasião, são assinados Memorandos de Entendimento nas áreas de banco de leite humano e energia.

2005: O Brasil concede asilo, em abril, ao ex-Presidente Lúcio Gutiérrez, após seu refúgio na Embaixada do Brasil em Quito. Em outubro, Gutiérrez renunciou ao asilo e regressou a seu país.

2005: Visita, nos dias 16 e 17 de agosto, do Chanceler Celso Amorim a Quito.

2006: Visita, em 18 de janeiro, do Chanceler Celso Amorim ao Equador.

2006: Visita, em 8 de dezembro, do Presidente eleito do Equador, Rafael Correa, à Brasília.

2007: Visita, em 26 de março, da Chanceler do Equador, María Fernanda Espinosa, ao Brasil.

2007: O Presidente Rafael Correa realiza, em 4 de abril, visita de Estado ao Brasil. Na ocasião, são firmados 14 atos bilaterais (nas áreas de saúde, agricultura, programas sociais, governo eletrônico, TV Digital e treinamento diplomático) e dois memorandos entre empresas.

2007: Os Presidentes Lula e Correa mantêm, em 30 de setembro, encontro em Manaus.

2007: O Ministro Celso Amorim, em visita a Quito, nos dias 4 e 5 de outubro, é recebido pelo Presidente Rafael Correa e pela Ministra María Fernanda Espinosa.

2008: Visita, nos dias 4 e 5 de março, do Presidente Rafael Correa ao Brasil.

2008: Entrada em operação, em agosto, da rota aérea regular Guayaquil-Manaus-Quito, operada pela estatal equatoriana TAME. Em dezembro, a rota foi suspensa.

2008: Visita, em setembro, do Ministro da Defesa do Equador, Javier Ponce, ao Brasil para negociar contrato de aquisição de 24 aeronaves Super Tucanos da EMBRAER por parte da força aérea de seu país. O contrato foi concluído em 17 de setembro. O Equador acabaria comprando 18 aeronaves.

2008: O estatal HPEP inicia, em 19 de novembro, juízo arbitral junto à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), questionando algumas cláusulas do contrato de financiamento do BNDES para construção da Hidrelétrica de San Francisco.

2009: Com o recebimento do valor relativo à segunda parcela do financiamento do BNDES para a construção da Hidrelétrica de San Francisco, o Embaixador Antonino Marques Porto retorna a Quito em 13 de janeiro.

2009: O Chanceler Fander Falconí realiza visita a Brasília, quando encontra-se com o Ministro Celso Amorim, em 24 de agosto.

2010: Em 28 de janeiro, toma posse o novo chanceler, Ricardo Patiño.

2010: Em dezembro, laudo arbitral da CCI dá ganho de causa ao BNDES em demanda impetrada pela estatal HPEP.

2013: Em maio, Vice-Presidente Michel Temer participa da cerimônia de posse do Presidente Rafael Correa.

2014: Em julho, Presidente Rafael Correa participa das Cúpulas BRICS-América do Sul e CELAC-China.

2014: Em dezembro, a Presidenta Dilma Rousseff visitou Quito para participar de Cúpula Extraordinária da União das Nações Sul-americanas (Unasul), ocasião em que foi inaugurada a nova sede da Secretaria Geral do bloco, em Mitad del Mundo.

ATOS BILATERAIS**Acordos em tramitação no Legislativo:**

Não há, atualmente, nenhum Acordo firmado com o Equador em tramitação no Congresso Nacional.

Acordos em tramitação no Executivo:

1) Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados

Assinado em: 01/10/2012

Situação: Ainda não está em vigor; aguarda encaminhamento pelo Executivo ao Congresso Nacional, para apreciação.

2) Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador

Assinado em: 02/05/2013

Situação: Ainda não está em vigor; aguarda encaminhamento pelo Executivo ao Congresso Nacional, para apreciação.

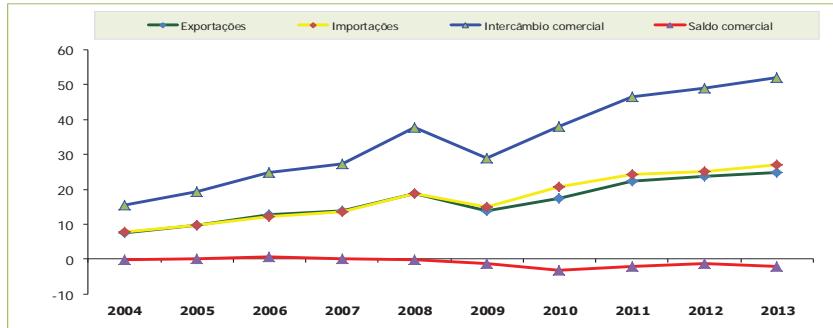
Acordos em vigor (título e data):

Tratado de Extradição	04/03/1937
-----------------------	------------

Acordo Administrativo para a Troca de Malas Diplomáticas Aéreas	31/05/1947
Acordo Modificativo de Cláusula 5 do Acordo Administrativo para a Troca de Malas Diplomáticas Aéreas de 1946	21/03/1951
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista para Intensificar o Intercâmbio Econômico Brasil-Equador	04/05/1953
Acordo sobre Tráfego Mútuo Telegráfico	21/04/1960
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e Oficiais	19/05/1965
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica	11/06/1970
Acordo para a aprovação do Regulamento Interno da Subcomissão de Transportes da Comissão Mista Brasil-Equador	31/08/1970
Acordo para a Construção do Trecho Putumayo - Lago Ágrio, da Via Interoceânica.	19/01/1971
Tratado de Amizade e Cooperação.	09/02/1982
Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica.	09/02/1982
Acordo Básico de Cooperação Técnica	09/02/1982
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional.	26/10/1989
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	22/06/1993
Acordo sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países.	14/05/1996
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa	04/04/2007
Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo	04/04/2007

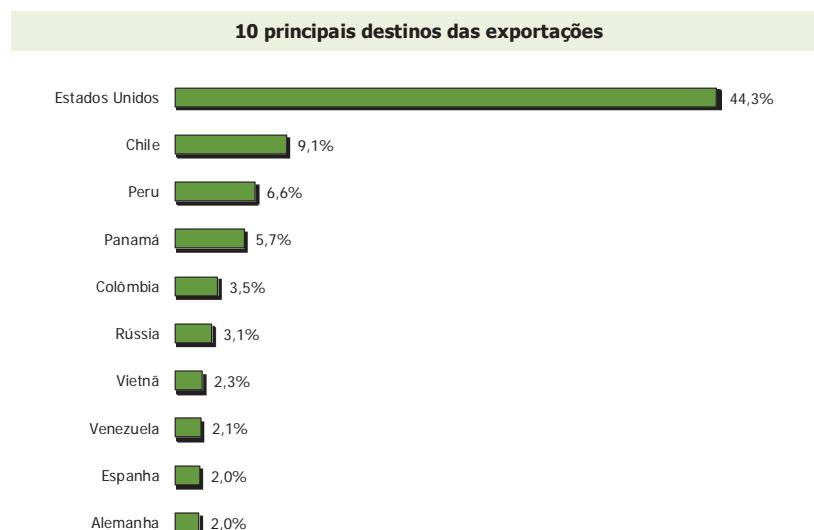
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS							
Evolução do Comércio Exterior do Equador US\$ bilhões							
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	7,61	26,0%	7,86	20,3%	15,47	23,0%	-0,25
2005	9,87	29,7%	9,61	22,2%	19,48	25,9%	0,26
2006	12,73	29,0%	12,11	26,1%	24,84	27,5%	0,61
2007	13,80	8,4%	13,57	12,0%	27,37	10,2%	0,24
2008	18,82	36,4%	18,85	39,0%	37,67	37,7%	-0,03
2009	13,86	-26,3%	15,09	-20,0%	28,95	-23,1%	-1,23
2010	17,49	129,9%	20,59	161,9%	38,08	146,2%	-3,10
2011	22,34	27,7%	24,29	17,9%	46,63	22,4%	-1,94
2012	23,85	6,8%	25,20	3,7%	49,05	5,2%	-1,34
2013	24,96	4,6%	27,06	7,4%	52,02	6,1%	-2,11
2014(jan-set) ⁽¹⁾	19,95	7,3%	20,21	-1,0%	40,2	3,1%	-0,26
Var. % 2004-2013	228,1%	---	244,3%	---	236,3%	---	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(1) Última posição disponível em 01/04/2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Direção das Exportações do Equador US\$ bilhões		
Descrição	2014 (jan-set)⁽¹⁾	Part.% no total
Estados Unidos	8,83	44,3%
Chile	1,82	9,1%
Peru	1,31	6,6%
Panamá	1,13	5,7%
Colômbia	0,71	3,5%
Rússia	0,61	3,1%
Vietnã	0,46	2,3%
Venezuela	0,42	2,1%
Espanha	0,40	2,0%
Alemanha	0,40	2,0%
...		
Brasil (23ª posição)	0,10	0,5%
Subtotal	16,19	81,2%
Outros países	3,76	18,8%
Total	19,95	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(1) Última posição disponível em 01/04/2015.

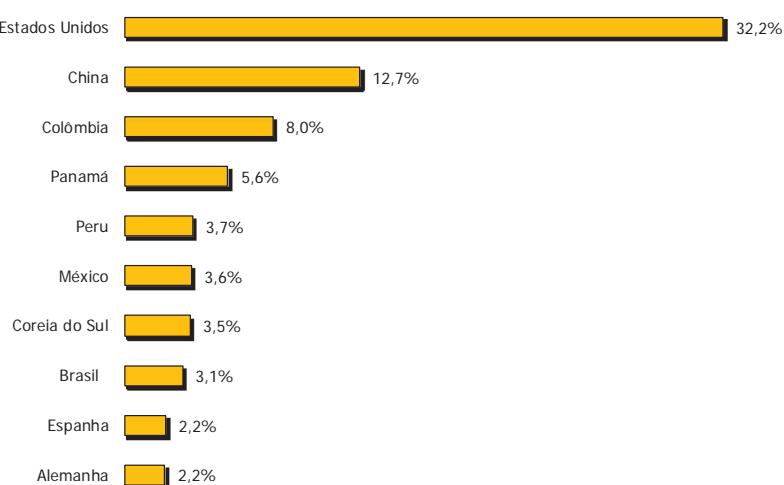


Origem das Importações do Equador		
	US\$ bilhões	
Descrição	2014 (jan-set)⁽¹⁾	Part.% no total
Estados Unidos	6,51	32,2%
China	2,56	12,7%
Colômbia	1,62	8,0%
Panamá	1,13	5,6%
Peru	0,74	3,7%
México	0,73	3,6%
Coreia do Sul	0,71	3,5%
Brasil	0,63	3,1%
Espanha	0,45	2,2%
Alemanha	0,44	2,2%
Subtotal	15,53	76,9%
Outros países	4,68	23,1%
Total	20,21	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) Última posição disponível em 01/04/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações do Equador US\$ bilhões		
Descrição	2 0 1 4 (jan-set)⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	10,70	53,6%
Pescados	2,17	10,9%
Frutas	2,01	10,1%
Preparações de carnes	0,98	4,9%
Floricultura	0,63	3,1%
Ouro e pedras preciosas	0,60	3,0%
Cacau	0,47	2,4%
Gorduras e óleos	0,24	1,2%
Minérios	0,22	1,1%
Preparações alimentícias	0,21	1,1%
Subtotal	18,22	91,3%
Outros	1,73	8,7%
Total	19,95	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) Última posição disponível em 01/04/2015.



Composição das importações do Equador US\$ bilhões		
Descrição	2014 (jan-set)⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	4,92	24,4%
Máquinas mecânicas	2,49	12,3%
Máquinas elétricas	1,81	9,0%
Automóveis	1,64	8,1%
Plásticos	0,90	4,5%
Farmacêuticos	0,81	4,0%
Ferro e aço	0,60	3,0%
Obras de ferro ou aço	0,59	2,9%
Desperdícios inds alimentares	0,47	2,3%
Instrumentos de precisão	0,43	2,1%
Subtotal	14,67	72,6%
Outros	5,55	27,4%
Total	20,21	100,0%

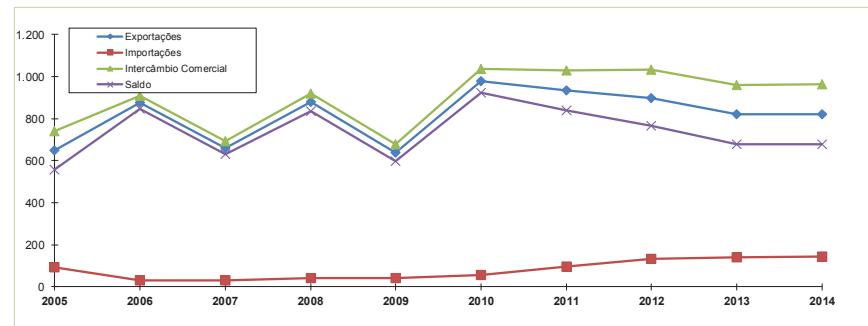
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) Última posição disponível em 01/04/2015.



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Equador US\$ milhões, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2005	649	31,1%	0,55%	92	10,8%	0,12%	740	28,2%	0,39%	557
2006	877	35,3%	0,64%	30	-66,9%	0,03%	908	22,6%	0,40%	847
2007	662	-24,6%	0,41%	30	-0,4%	0,03%	692	-23,8%	0,25%	631
2008	878	32,7%	0,44%	43	40,6%	0,02%	921	33,0%	0,28%	835
2009	638	-27,3%	0,42%	41	-2,7%	0,03%	680	-26,2%	0,24%	597
2010	979	53,3%	0,48%	57	37,3%	0,03%	1.036	52,4%	0,27%	922
2011	933	-4,6%	0,36%	95	67,4%	0,41%	1.028	-0,7%	0,21%	838
2012	899	-3,7%	0,37%	133	39,7%	0,06%	1.032	0,3%	0,22%	766
2013	820	-8,7%	0,34%	141	5,9%	0,06%	961	-6,8%	0,20%	679
2014	822	0,2%	0,37%	143	1,4%	0,06%	965	0,4%	0,21%	679
2015 (jan-fev)	114	-15,6%	0,44%	19	-13,2%	0,06%	133	-15,3%	0,23%	95
Var. % 2005-2014	26,7%	---		55,8%	---		30,3%	---	n.c.	

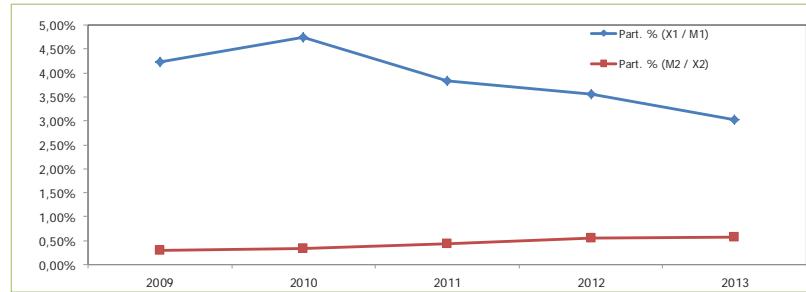
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

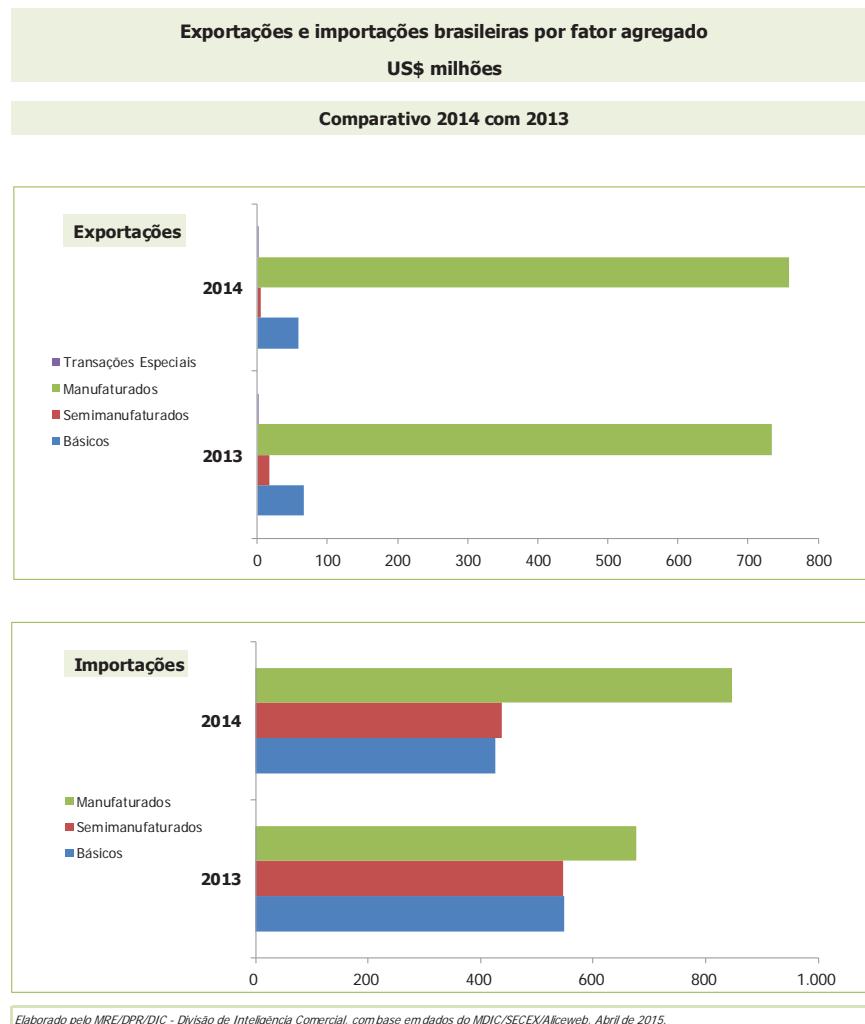


Part. % do Brasil no Comércio do Equador⁽¹⁾ US\$ milhões						
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para o Equador(X1)	638	979	933	899	820	28,5%
Importações totais do Equador(M1)	15.090	20.591	24.286	25.197	27.064	79,4%
Part. % (X1 / M1)	4,23%	4,75%	3,84%	3,57%	3,03%	-28,3%
Importações do Brasil originárias do Equador (M2)	41	57	95	133	141	240,0%
Exportações totais do Equador (X2)	13.863	17.490	22.343	23.852	24.958	80,0%
Part. % (M2 / X2)	0,30%	0,33%	0,43%	0,56%	0,56%	88,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. Abril de 2015.

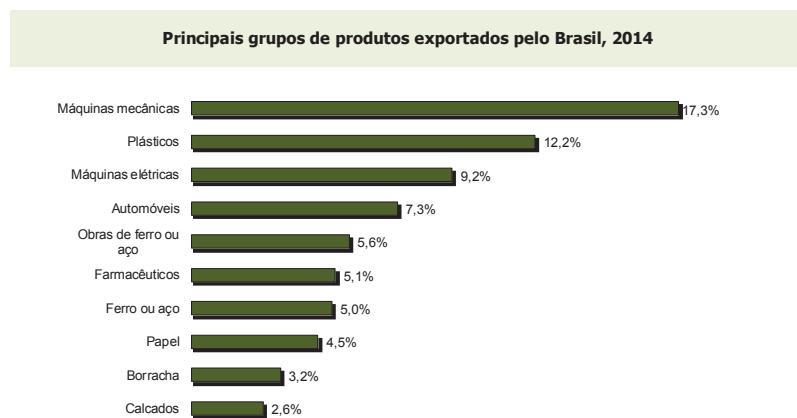
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.





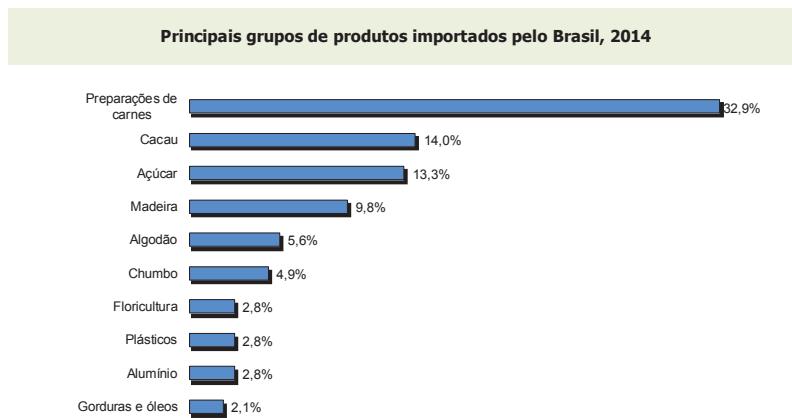
Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	134	14,9%	143	17,4%	142	17,3%
Plásticos	102	11,4%	94	11,5%	100	12,2%
Máquinas elétricas	92	10,2%	81	9,9%	76	9,2%
Automóveis	91	10,1%	71	8,7%	60	7,3%
Obras de ferro ou aço	10	1,1%	16	2,0%	46	5,6%
Farmacêuticos	38	4,2%	35	4,3%	42	5,1%
Ferro ou aço	86	9,6%	73	8,9%	41	5,0%
Papel	32	3,6%	31	3,8%	37	4,5%
Borracha	24	2,7%	22	2,7%	26	3,2%
Calcados	13	1,4%	17	2,1%	21	2,6%
Subtotal	622	69,2%	583	71,1%	591	71,9%
Outros produtos	277	30,8%	237	28,9%	231	28,1%
Total	899	100,0%	820	100,0%	822	100,0%

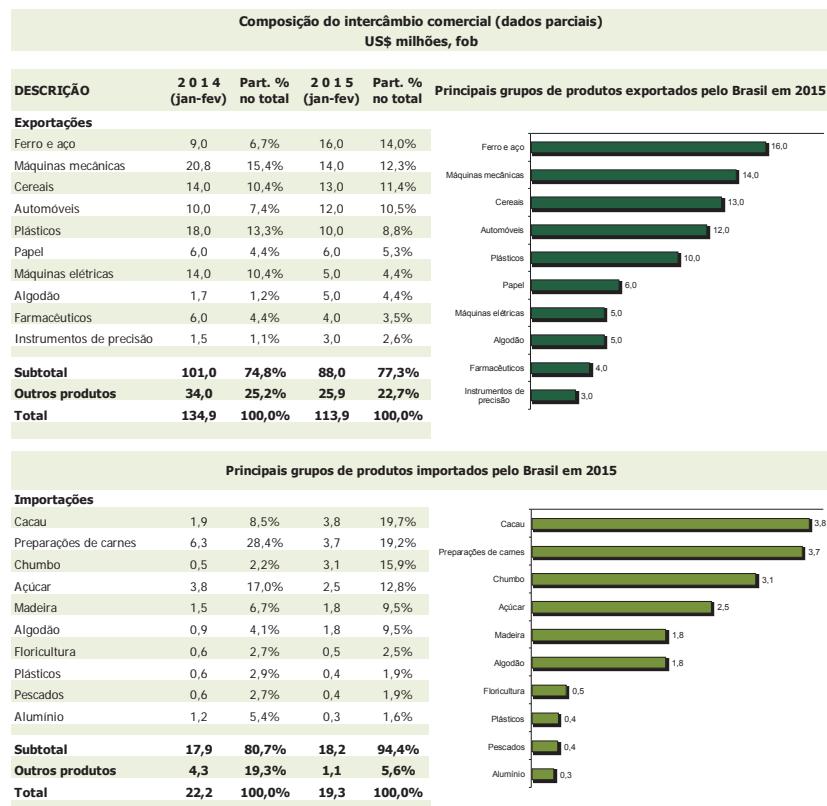
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Abril de 2015.



Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carnes	26	19,5%	41	29,1%	47	32,9%
Cacau	18	13,5%	14	9,9%	20	14,0%
Açúcar	16	12,0%	16	11,4%	19	13,3%
Madeira	13	9,8%	11	7,8%	14	9,8%
Algodão	2	1,5%	4	2,8%	8	5,6%
Chumbo	4	3,0%	9	6,4%	7	4,9%
Floricultura	4	3,0%	4	2,8%	4	2,8%
Plásticos	4	3,0%	3	2,1%	4	2,8%
Alumínio	0	0,0%	1	0,5%	4	2,8%
Gorduras e óleos	29	21,8%	14	9,9%	3	2,1%
Subtotal	116	87,2%	117	82,9%	130	91,0%
Outros produtos	17	12,8%	24	17,1%	13	9,0%
Total	133	100,0%	141	100,0%	143	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Abril de 2015.





Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Abril de 2015.

Aviso nº 157 - C. Civil.

Em 23 de abril de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF de 29/04/2015

2^a PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

1

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 - CRE

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor **Ministro da Defesa**, Jaques Wagner, para discutir projetos e situação de sua Pasta e perspectivas para o futuro.

JUSTIFICAÇÃO

O § 2º art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal preconiza que “a Comissão promoverá audiências públicas, no início de cada sessão legislativa, com os Ministros das Relações Exteriores e da Defesa para prestarem informações no âmbito de suas competências.” Visando cumprir tal dispositivo e pelo acontecimento de ascensão do novo Ministro Jaques Wagner é que requeiro tal Audiência Pública.

A modernização das Forças Armadas do Brasil ainda é um grande desafio. Com o agravamento da situação econômica atual, faz-se necessário saber quais projetos das Forças deverão sofrer contingenciamento, bem como quais as medidas que o novo Ministro pretende adotar para diminuir o impacto das restrições orçamentárias que enfrentam os Ministérios.

Em maio de 2014 foi anunciado acordo entre a Força Aérea Brasileira e a Embraer que previa aquisição de 28 aeronaves KC-390 ao longo de dez anos. Os aviões devem substituir a frota de aviões Hércules. O projeto continuará

em sua totalidade? Os recursos que seriam destinados à construção dos submarinos de propulsão convencional e nuclear e do satélite geoestacionários para comunicações estratégicas sofreram alterações?

O SISFRON – o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), um dos principais projetos estratégicos do Exército, é fortemente esperado pelo Estado brasileiro e seus cidadãos. Sua ativação significaria o combate amplo e articulado ao tráfico de drogas, armas, enfim, ao crime organizado nas regiões de fronteira. O Exército pretendia ativar o SISFRON até o início de 2015 e “fechar” Mato Grosso do Sul para o crime organizado nas regiões de fronteira. Qual o novo prazo para ativação desta primeira etapa? A ativação total e ampla sofreu alterações?

Em 02 de fevereiro deste ano o Ministério da Defesa e das Forças Armadas publicou as diretrizes de segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio, em 2016. As três forças atuarão de forma integrada seguindo o exemplo na Copa do Mundo e Copa das Confederações.

As Olimpíadas de Munique e Atlanta deixaram a obsessão, comprehensivelmente, pela segurança. Nenhum país e cidade que sedie tal evento pode pensar na hipótese de “baixar a guarda” e reduzir os contingentes policial e militar. Quais são as ações que estão sendo tomadas para garantir o mais alto nível de segurança nas Olimpíadas do Rio de Janeiro? Quais são os aperfeiçoamentos que serão realizados em relação às Copa do Mundo e das Confederações?

Desde 2014 estamos assistindo à aproximação entre Argentina e China. Agora, em 2015, tais negociações se concretizaram em acordos que, segundo especialistas, aniquilam perspectivas de parcerias de defesa do Brasil

com o vizinho. A produção de veículos blindados (destinados à Força Binacional de Paz “Cruz Del Sur”) fecha a porta para que a Argentina participe do Programa da VBTP-MR Guarani, cuja viatura já havia sido testada pelo Exército argentino.

Um lote de 16 viaturas chegou a ser negociado entre os dois países. A Argentina ainda não especificou o número de blindados chineses que irá adquirir, mas palpites dão conta que chegarão a centenas. Recentemente a Infantaria Naval da Venezuela também adquiriu o mesmo blindado da China, o VN-1. Como o Ministro de Estado avalia tais acordos? Ainda há possibilidade de parcerias entre Argentina e Brasil? Em quanto são estimadas as perdas para o Estado brasileiro com os acordos sino-argentinos?

Esses são alguns exemplos de questões que consideramos fundamentais. Os problemas e desafios neste ano que se inicia são inúmeros. E é, com esse propósito, que requeiro a presença do senhor Ministro Jaques Wagner.

Sala da Comissão,

Senador **RICARDO FERRAÇO**